



**PROJETO PEDAGÓGICO DO
CURSO DE
HISTÓRIA- LICENCIATURA**

Jaguarão, março de 2013



Reitoria

Reitora: Ulrika Arns

Vice-Reitor: Almir Bastos da Silva Santos Nete

Pró-Reitora de Graduação: Elena Maria Billig Mello

Grupo de Elaboração do PPC

Dr. Adelmir Fiabani

Dra. Adriana Fraga da Silva (Coordenadora do Curso)

Ms. Caiuá Cardoso Al-Alam

Dra. Fernanda Maria Duarte Severo

Ms. Ginter Tlajja Leipnitz

Dra. Hilda Jaqueline Fraga

Dra. Juliane Conceição Primon Serres

Ms. Rafael da Costa Campos (Coordenador Substituto)

Ms. Sílvia Nara Siqueira Pinheiro

Ms. Vagner Silva Cunha

Organização, Revisão e Formatação

Adriana Fraga da Silva

Caiuá Cardoso Al-Alam

Ginter Tlajja Leipnitz

Hilda Jaqueline Fraga

Rafael da Costa Campos

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	5
1. CONTEXTUALIZAÇÃO.....	6
1.1. Universidade Federal do Pampa.....	6
1.1.1. Missão e Visão Institucional.....	10
1.2. Contexto regional.....	11
1.3. Justificativa.....	24
1.4. Legislação.....	28
2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	32
2.1. Concepção de Curso.....	32
2.1.1. Contextualização/Concepção Pedagógica/Perfil do Egresso.....	32
2.1.1.1. História.....	35
2.1.1.2. A formação do licenciado em história.....	36
2.1.1.3. Atuação profissional e mercado de trabalho.....	36
2.1.2. Objetivos.....	36
2.1.2.1. Objetivo Geral.....	36
2.1.2.2. Objetivos Específicos.....	36
2.1.3. Perfil do Egresso.....	37
2.2. Dados do Curso.....	40
2.2.1. Administração Acadêmica.....	40
2.2.2. Funcionamento.....	42
2.2.3. Formas de Ingresso.....	43
2.3. Organização Curricular.....	45
2.3.1. Requisitos para integralização do currículo.....	45
2.3.1.1. Atividades Complementares de Graduação.....	46
2.3.1.2. Trabalho de Conclusão de Curso.....	49
2.3.1.3. Estágios.....	50
2.3.1.4. Plano de Integralização de Carga-Horária.....	57
2.3.2. Metodologia de Ensino e Avaliação.....	61
2.3.2.1. Metodologia de Ensino e Avaliação dos Processos de Ensino e Aprendizagem.....	61
2.3.3. Matriz Curricular.....	65
2.3.4. Ementário.....	83
2.3.5. Flexibilização Curricular.....	110
3. RECURSOS.....	111
3.1. Corpo Docente.....	111
3.2. Corpo Discente.....	112
3.3. Infraestrutura.....	113
3.3.1. Laboratórios.....	113
4. AVALIAÇÃO.....	115
4.1. Avaliação Institucional pela Comissão Própria de Avaliação.....	115
4.2. Autoavaliação do Curso.....	116

4.3. Acompanhamento dos Egressos.....	117
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	118
APÊNDICES.....	120
Apêndice I. Normativa de Trabalho de Conclusão de Curso.....	121
Apêndice II. Normativa de Estágio Supervisionado.....	137
Apêndice III. Equivalências de Componentes Curriculares.....	145

APRESENTAÇÃO

Apresentamos o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de História – Licenciatura, da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), resultado da busca pela qualificação do processo de formação de novos docentes de História. Objetiva-se, desta forma, contribuir para o desenvolvimento de competências e habilidades pertinentes à formação de um profissional observador, questionador, crítico do contexto social, cultural e político em que vive e em que atuará como docente de História. Além disso, busca-se instrumentalizar, através do curso aqui apresentado, o futuro profissional para atuar nas novas demandas do educador em História, que não mais estão limitadas aos espaços educacionais escolares, mas, igualmente, atingem outros setores do mundo contemporâneo, onde a presença do historiador coloca-se imprescindível, como por exemplo: museu, arquivos, memoriais, instituições culturais, órgão de planejamento turístico e culturais, espaços de gestão, avaliação e educação para o patrimônio, entre outros.

Apresenta-se, portanto, as bases pedagógicas e metodológicas do curso, sua justificativa, considerando o contexto em que o Curso de História – Licenciatura está inserido, bem como questões referentes à sua estrutura, funcionamento e organização curricular. Destaca-se, contudo, que este documento é fruto de uma construção coletiva que envolveu a Comissão de Curso e o NDE.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1. Universidade Federal do Pampa

Caracterizada como *multicampi*, a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) tem sede em Bagé e em outros nove municípios na mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul. Apresenta como desafio, contribuir para integrar e desenvolver a região de fronteira do Brasil com Uruguai e Argentina, impulsionando o desenvolvimento sustentável¹, com acesso à Educação Superior. A Universidade Federal do Pampa surge com a reivindicação da comunidade regional, que encontrou respaldo na política de expansão e renovação das instituições federais de Educação Superior atualmente promovida pelo governo federal. Esta política se propõe a contribuir com a região em que se edifica.²

Em 22 de Novembro de 2005, a reivindicação por parte de lideranças regionais, de outro espaço de Educação Superior gratuito e de qualidade com foco nas mudanças dos problemas locais, foi atendida mediante o Consórcio Universitário da Metade Sul, responsável, no primeiro momento, pela implantação da nova universidade.

O consórcio foi firmado mediante a assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Educação, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), prevendo a ampliação da Educação Superior no Estado. A instituição, com formato *multicampi*, estabeleceu-se em dez cidades do Rio Grande do Sul, com a Reitoria localizada em Bagé, à Rua General Osório, nº 900, Centro - CEP 96400-100. Coube à UFSM implantar os campi nas cidades de São Borja, Itaqui, Alegrete, Uruguai e São Gabriel e, à UFPel, os campi de Jaguarão, Bagé, Dom Pedrito, Caçapava do Sul e Santana do Livramento. A estrutura delineada se estabeleceu procurando articular as funções da Reitoria e dos campi, com a proposta de facilitar a descentralização e a integração dos mesmos. As instituições tutoras foram também responsáveis pela criação dos primeiros cursos da UNIPAMPA.

Em setembro de 2006, as atividades acadêmicas tiveram início nos campi vinculados à UFPel e, em outubro do mesmo ano, nos campi vinculados à UFSM. Nesse mesmo ano, entrou em pauta no Congresso Nacional o Projeto de Lei número 7.204/06, que propunha a criação da UNIPAMPA. E, em 11 de janeiro de 2008, a Lei 11.640, cria a Fundação Universidade Federal do Pampa, que fixa em seu artigo segundo:

A UNIPAMPA terá por objetivos ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional, mediante atuação multicampi na mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul.³

¹O sociólogo Boaventura de Souza Santos, em um estudo sobre os caminhos da produção não capitalista, apresentando alternativas à produção para o lucro, com destaque para os trabalhos cooperativos e de associações,

² Cf. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. *Projeto Institucional*, 2009. p. 10.

³ BRASIL, 2009.

Foram criados grupos de trabalho, grupos assessores, comitês ou comissões para tratar de temas relevantes para a constituição da nova universidade e que tentaram contemplar a participação de representantes dos dez campi da universidade.

A Universidade Federal do Pampa, em seu Projeto Institucional, declara como missão ser

uma instituição social comprometida com a ética, fundada em liberdade, respeito à diferença e solidariedade, assume a missão de promover a Educação Superior de qualidade, com vistas à formação de sujeitos comprometidos e capacitados a atuarem em prol do desenvolvimento sustentável da região e do país.⁴

Adota os seguintes princípios orientadores de seu fazer:

a) Formação acadêmica ética, reflexiva, propositiva e emancipatória, comprometida com o desenvolvimento humano em condições de sustentabilidade.

b) Excelência acadêmica, caracterizada por uma sólida formação científica e profissional, que tenha como balizador a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, visando ao desenvolvimento da ciência, da criação e difusão da cultura e de tecnologias ecologicamente corretas, socialmente justas e economicamente viáveis, direcionando-se por estruturantes amplos e generalistas.

c) Sentido público, manifesto por sua gestão democrática, gratuidade e intencionalidade da formação e da produção do conhecimento, orientado pelo compromisso com o desenvolvimento regional para a construção de uma Nação justa e democrática.⁵

Neste sentido, pretende-se uma Universidade que intente formar egressos críticos e com autonomia intelectual, construída a partir de uma concepção de conhecimento socialmente referenciado e comprometidos com as necessidades contemporâneas locais e globais. Para tanto, é condição necessária uma prática pedagógica que conceba a construção do conhecimento como o resultado interativo da mobilização de diferentes saberes, que não se esgotam nos espaços e tempos delimitados pela sala de aula convencional; uma prática que articule o ensino, a pesquisa e a extensão como base da formação acadêmica, desafiando os sujeitos envolvidos a compreender a realidade e a buscar diferentes possibilidades de transformá-la. Neste sentido, a política de ensino será pautada pelos seguintes princípios específicos:

1. Formação para cidadania, que culmine em um egresso participativo, responsável, crítico, criativo e comprometido com o desenvolvimento sustentável;

2. Educação como um processo global e interdependente, implicando compromisso com o sistema de ensino em todos os níveis;

3. Qualidade acadêmica, traduzida pela perspectiva de totalidade que envolve as relações teoria e prática, conhecimento e ética e compromisso com os interesses públicos;

4. Universalidade de conhecimentos, valorizando a multiplicidade de saberes e práticas;

⁴ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Projeto Institucional, 2009, p. 10.

⁵ Idem.

5. Inovação pedagógica, que reconhece formas alternativas de saberes e experiências, objetividade e subjetividade, teoria e prática, cultura e natureza, gerando novos conhecimentos usando novas práticas;

6. Equidade de condições para acesso e continuidade dos estudos na Universidade;

7. Reconhecimento do educando como sujeito do processo educativo;

8. Pluralidade de ideias e concepções pedagógicas;

9. Coerência na estruturação dos currículos, nas práticas pedagógicas e na avaliação;

10. Incorporação da pesquisa como princípio educativo, tomando-a como referência para o ensino na graduação e na pós-graduação.

A concepção de pesquisa na UNIPAMPA está voltada para a construção de conhecimento científico básico e aplicado, de caráter interdisciplinar, e busca o estreitamento das relações com o ensino e a extensão, visando ao desenvolvimento da sociedade. A institucionalização da pesquisa deve ser capaz de ampliar e fortalecer a produtividade científica, promovendo atividades que potencializem o desenvolvimento local e regional de forma ética e sustentável. Os seguintes princípios orientam as políticas de pesquisa:

1. Formação de recursos humanos voltados para o desenvolvimento científico e tecnológico;

2. Difusão da prática da pesquisa no âmbito da graduação e da pós-graduação;

3. Produção científica pautada na ética e no desenvolvimento sustentável.

Em relação às políticas de extensão, cujo principal papel é promover a articulação entre a universidade e a sociedade, adotam-se os seguintes princípios específicos:

1. Impacto e transformação: a UNIPAMPA nasce comprometida com a transformação da metade sul do Rio Grande do Sul. Essa diretriz orienta que cada ação da extensão da universidade se proponha a observar a complexidade e a diversidade da realidade dessa região, de forma a contribuir efetivamente para o desenvolvimento sustentável;

2. Interação dialógica: essa diretriz da política nacional orienta para o diálogo entre a universidade e os setores sociais, numa perspectiva de mão-dupla e de troca de saberes. A extensão na UNIPAMPA deve promover o diálogo externo com movimentos sociais, parcerias interinstitucionais, organizações governamentais e privadas. Ao mesmo tempo, deve contribuir para estabelecer um diálogo permanente no ambiente interno da universidade;

3. Interdisciplinaridade: a partir do diálogo interno, as ações devem buscar a interação entre disciplinas, áreas de conhecimento, entre os campi e os diferentes órgãos da instituição, garantindo tanto a consistência teórica, bem como a operacionalidade dos projetos;

4. Indissociabilidade entre ensino e pesquisa: essa diretriz se propõe a garantir que as ações de extensão integrem o processo de formação cidadã dos alunos e dos atores envolvidos. Compreendida como estruturante na formação do aluno, as ações de extensão podem gerar aproximação com novos objetos de estudo, envolvendo a pesquisa, bem como revitalizar as práticas de ensino pela interlocução entre teoria e prática, contribuindo tanto para a formação do profissional egresso, bem como para a renovação do trabalho docente.

Atualmente são ofertados na instituição 62 cursos de graduação, entre bacharelados, licenciaturas e cursos superiores em tecnologia, com 3.110 vagas disponibilizadas anualmente, sendo que 50% delas são destinadas para candidatos incluídos nas políticas de ações afirmativas. A Universidade conta com um corpo de servidores composto por 590 docentes e 551 técnicos-administrativos em educação que proporcionam suporte para atender os discentes que podem realizar os seguintes cursos, ofertados nos 10 Campi da UNIPAMPA:

- Campus Alegrete: Ciência da Computação, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica; Engenharia Agrícola, Engenharia Mecânica, Engenharia Software e Engenharia de Telecomunicações;

- Campus Bagé: Engenharia de Produção, Engenharia de Alimentos, Engenharia Química, Engenharia da Computação, Engenharia de Energias Renováveis e de Ambiente, Licenciatura em Física, Licenciatura em Química, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Letras (Português e Espanhol), Licenciatura em Letras (Português e Inglês) e licenciatura em Música;

- Campus Caçapava do Sul: Geofísica, Licenciatura em Ciências Exatas, Geologia, Curso Superior de Tecnologia em Mineração e Engenharia Ambiental e Sanitária;

- Campus Dom Pedrito: Zootecnia, Enologia, Superior de Tecnologia em Agronegócio e Licenciatura em Ciências da Natureza;

- Campus Itaqui: Agronomia, Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Nutrição, Licenciatura em Matemática e Engenharia de Agrimensura;

- Campus Jaguarão: Pedagogia e Licenciatura em Letras (Português e Espanhol); História - Licenciatura, Curso Superior de Tecnologia em Turismo e Bacharelado em Produção e Política Cultural;

- Campus Santana do Livramento: Administração, Ciências Econômicas, Relações Internacionais e Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública;

- Campus São Borja: Cursos de Comunicação Social – Jornalismo, Relações Públicas e Publicidade e Propaganda; Serviço Social, Ciências Sociais – Ciência Política e Licenciatura em Música;

- Campus São Gabriel: Ciências Biológicas (Bacharelado e Licenciatura), Engenharia Florestal, Gestão Ambiental e Biotecnologia;

- Campus Uruguaiana: Enfermagem, Farmácia, Licenciatura em Ciências da Natureza, Medicina Veterinária, Curso Superior de Tecnologia em Aquicultura, Licenciatura em Educação Física e Fisioterapia.

A oferta de alguns desses cursos contempla, também, o turno da noite em todos os campi, contribuindo assim para a ampliação do acesso de alunos trabalhadores ao Ensino Superior.

Além disso, a instituição busca avançar na oferta de cursos de pós graduação, mestrados e especializações. Atualmente, na UNIPAMPA, encontra-se em funcionamento oito Programas de Pós-Graduação *strictu sensu* (nível de Mestrado). São eles: Mestrado em Ciência Animal e Mestrado em Ciências Farmacêuticas (Campus Uruguaiana); Mestrado em Ciências Biológicas (Campus São Gabriel); Mestrado em Bioquímica (Campus Uruguaiana); Mestrado em Engenharia (Campus Alegrete); Mestrado em Engenharia Elétrica (Campus Alegrete); Mestrado Profissional em Ensino de Ciências (Campus Bagé); Mestrado Profissional em Educação (Jaguarão). Além dos cursos de graduação e pós graduação *Stritu sensu*, a Universidade possui, em andamento, os seguintes cursos de Especialização: Especialização em Tecnologia no Ensino de Matemática , Especialização em Engenharia Econômica e Especialização de Práticas em Ensino de Física (Campus de Alegrete); Especialização em Letras e Linguagens, Especialização em Leitura e Escrita e Especialização em Sistemas Distribuídos com Ênfase em Banco de Dados (Campus Bagé); Especialização em Produção Animal (Campus de Dom Pedrito); Especialização em Desenvolvimento de Regiões de Fronteira (Campus de Santana do Livramento); Especialização em Políticas e Intervenção em Violência Intra-familiar, Especialização em Imagem, História e Memória das Missões: Educação para o Patrimônio (Campus de São Borja); Especialização em Educação: Interdisciplinaridade e Transversalidade (Campus de São Gabriel); Especialização em Culturas, Cidades e Fronteiras (Campus Jaguarão); Especialização em Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Especialização em Ciências da Saúde, Especialização em Educação em Ciências , Especialização em Enfermagem na Saúde da Mulher, Especialização em Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (Campus de Uruguaiana).

1.1.1. Missão e Visão Institucional

Conforme seu Projeto Institucional, a Universidade Federal do Pampa

como instituição social comprometida com a ética, fundada em liberdade, respeito à diferença e solidariedade, assume a missão de promover a Educação Superior de qualidade, com vistas à formação de sujeitos comprometidos e capacitados a atuarem em prol do desenvolvimento sustentável da região e do país.⁶

Sua visão, de acordo com o mesmo documento, por sua vez, está pautada em “constituir-se como instituição acadêmica de reconhecida excelência, integrada e comprometida com o

⁶ Ibidem, p. 10.

desenvolvimento sustentável da região e do país.”⁷

1.2. Contexto Regional

Contando com uma população de 27.869 habitantes⁸, o município de Jaguarão está situado no extremo sul do Estado do Rio Grande do Sul, limitando-se com o município de Arroio Grande ao norte e nordeste, com o município de Herval ao norte e noroeste, com o rio Jaguarão ao oeste, sudoeste e sul (o município uruguaio de Rio Branco está localizado na outra margem do rio), e com a Lagoa Mirim ao leste e sudeste. Estes conformam uma região de fronteira, território que, à primeira vista, é caracterizado como espaço distante das esferas de influência política e de desenvolvimento econômico propagado a partir dos grandes centros urbanos e capitais estaduais. Estas localidades contam, quase sempre, com interferências bastante tênues dos principais mecanismos de atuação do Estado, à exceção do aparato de fiscalização militar e aduaneiro que controla os fluxos de entrada e saída de bens de consumo provenientes do mercado externo. Como tem sido o caso dos estados da Região Sul do Brasil, a criação do MERCOSUL proporcionou eventuais transformações no panorama político, econômico e social das regiões de fronteira.

⁷ Idem ibidem. p. 11.

⁸ FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Estimativa da população por município, faixa etária e sexo, 2011 – Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/populacao/03a-populacao-total-rs-faixa-etaria-sexo-2011.xls>. Acesso em 06 de agosto de 2012.

Mapa da divisão municipal do Rio Grande do Sul, com destaque (em branco) para Jaguarão e seu entorno.⁹



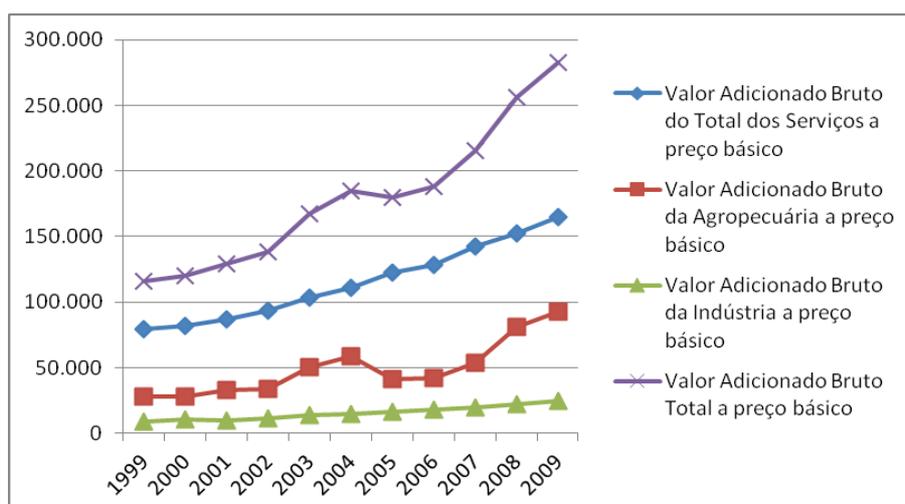
Nestas localidades, os fluxos econômicos conjunturais têm ditado a dinâmica das interações entre as cidades fronteiriças, mediante contínuas alterações no gradiente cambial e nos preços dos produtos comercializados, determinando o sentido dos fluxos de mercadorias e os impactos dinamizadores ou retrativos do controle do capital entre as chamadas “cidades-gêmeas” – municípios vizinhos de nacionalidades diferentes e separados geograficamente pela linha territorial política.

⁹ Adaptado de *Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul*. Índice de Mapas. Disponível em: <http://www.seplag.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=630>. Acesso em 09 de agosto de 2012.

Neste sentido, Jaguarão relaciona-se com a cidade uruguaia de Rio Branco, e esta tem observado desde o ano de 2003 uma profunda transformação política e socioeconômica, com a inauguração de uma zona de livre comércio. Basicamente agrícola, a economia da região contava, até o final da década de 1990, com certo predomínio de uma pequena atividade comercial do lado brasileiro em que os uruguaios – até então privilegiados pela variação cambial – eram responsáveis pelo aquecimento econômico do setor. Entretanto, a partir do referido ano, a valorização da moeda brasileira fez com que boa parte dos comerciantes uruguaios e inclusive brasileiros transferisse sua atuação para os “free-shops”, em Rio Branco.

O setor de serviços se fortaleceu, tornando-se majoritário na economia local e acompanhando, assim, o cenário estadual e nacional. Seu crescimento é vertiginoso e alavanca os dados econômicos de Jaguarão, mesmo com a estagnação do campo, da indústria e as oscilações da agropecuária devido, provavelmente, aos períodos de estiagens em que a região constantemente é atingida.

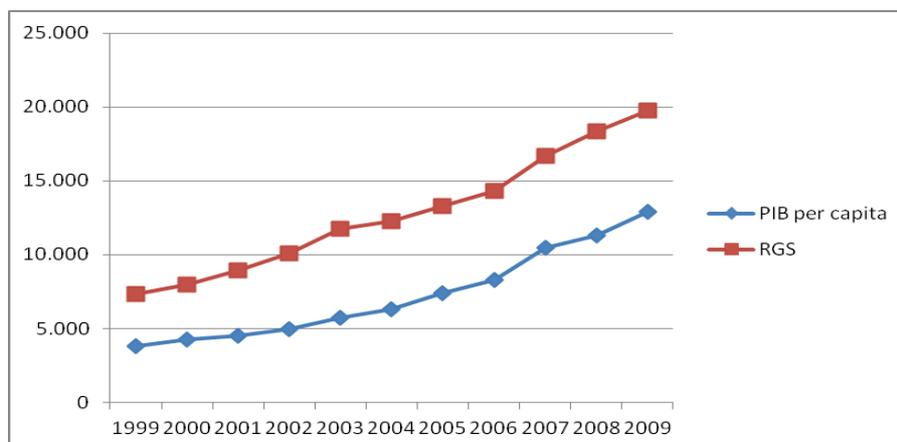
Gráfico 1. Valores Adicionados Brutos de Jaguarão: 1999-2009. ¹⁰



Contudo, alguns aspectos apontam que esta integração, realizada sob uma ótica de mercado, não foi efetivada no âmbito social. Ao relacionarmos o PIB per capita, que mede a distribuição de renda, podemos observar que a cidade, mesmo acompanhando o aumento dos números estaduais, ainda está muito aquém de outros municípios.

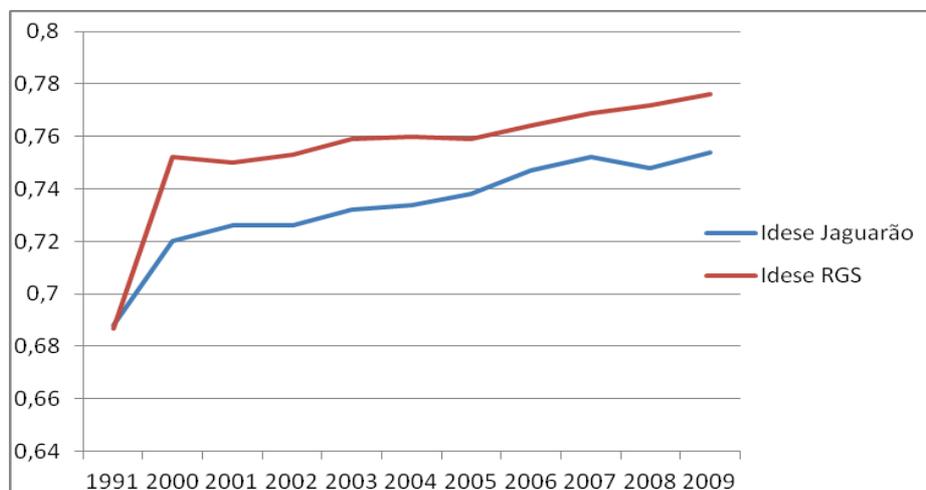
¹⁰ ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO. FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Idese – PIB Municipal Série História 1999-2009. Disponível em: http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_pib_municipal_sh.php. Acesso em 08 de agosto de 2012.

Gráfico 2. Comparação entre PIB per capita de Jaguarão e do Rio Grande do Sul: 1999-2009. ¹¹



Outro importante indicador a apontar que Jaguarão acompanhou o crescimento do estado é o Índice de Desenvolvimento Sócio-econômico (Idese)¹².

Gráfico 3. Comparação entre Idese de Jaguarão e do Rio Grande do Sul: 1999-2009. ¹³



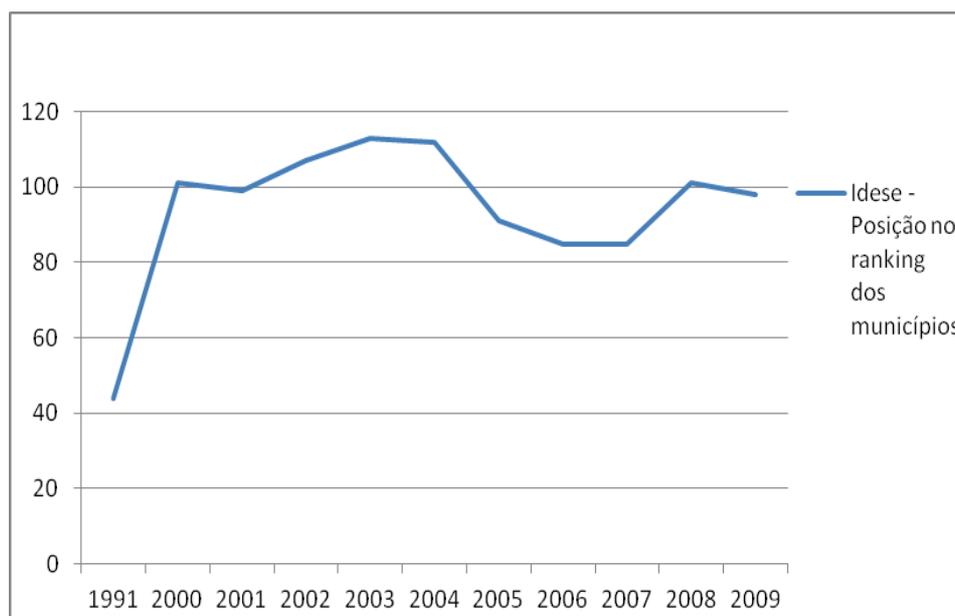
¹¹ Idem.

¹² Variando entre zero e um, “O Idese é um índice sintético, inspirado no **IDH**, que abrange um conjunto amplo de indicadores sociais e econômicos, classificados em quatro blocos temáticos: educação; renda; saneamento e domicílios; e saúde. Tem por objetivo mensurar e acompanhar o nível de desenvolvimento do Estado, de seus municípios e dos Coredes, informando a sociedade e orientando os governos (municipais e estadual) nas suas políticas socioeconômicas”. FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese). Disponível em: http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_idese.php. Acesso em 06 de agosto de 2012.

¹³ Idem.

Entretanto, no ranking dos municípios houve uma sensível melhora nos dados entre os anos de 2004 e 2008, estagnando-se em torno da centésima posição. Em 2009, tomando como base a média do Rio Grande do Sul, que é de 0,776, a região sul ainda apresenta dados mais negativos, como os municípios de Arroio Grande, que aparece na 159ª posição com 0,727 e Herval, na 305ª com 0,676.¹⁴

Gráfico 4. Idese - Posição de Jaguarão no ranking dos municípios: 1999-2009.¹⁵



¹⁴ ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO. FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Idese - Classificação conforme nome dos municípios - 2009. Disponível em: http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_idese_municipios_classificacao_idese.php?ano=2009&ordem=idese. Acesso em 06 de agosto de 2012.

¹⁵ ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO. FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Idese – PIB Municipal Série História 1999-2009. Disponível em: http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_pib_municipal_sh.php. Acesso em 08 de agosto de 2012.

Tabela 1. Idese de Jaguarão e do Rio Grande do Sul estratificado pelos setores e geral: 1999-2009.¹⁶

Ano	Educação		Renda		Saneamento e Domicílios		Saúde		Idese Jaguarão		Idese RS
	Índice	Ordem	Índice	Ordem	Índice	Ordem	Índice	Ordem	Índice	Ordem	Índice
1991	0,743	197°	0,653	104°	0,577	6°	0,779	322°	0,688	44°	0,687
2000	0,800	366°	0,608	229°	0,656	17°	0,817	447°	0,720	101°	0,752
2001	0,811	369°	0,621	256°	0,659	16°	0,814	480°	0,726	99°	0,750
2002	0,820	357°	0,610	285°	0,661	16°	0,811	481°	0,726	107°	0,753
2003	0,835	316°	0,612	340°	0,663	16°	0,818	454°	0,732	113°	0,759
2004	0,833	326°	0,622	336°	0,664	16°	0,816	458°	0,734	112°	0,760
2005	0,824	358°	0,636	276°	0,665	15°	0,828	435°	0,738	91°	0,759
2006	0,824	364°	0,643	322°	0,667	15°	0,854	293°	0,747	85°	0,764
2007	0,823	390°	0,672	298°	0,669	14°	0,844	364°	0,752	85°	0,769
2008	0,823	393°	0,678	303°	0,670	14°	0,819	466°	0,748	101°	0,772
2009	0,834	382°	0,675	286°	0,670	14°	0,836	397°	0,754	98°	0,776

Por meio da leitura de todos os dados apresentados, verifica-se na última década um crescimento da economia local, mas que limita-se fundamentalmente ao setor de serviços, o que se configura em uma carência de oportunidades de trabalho – especialmente para os mais jovens, já que a cidade e suas proximidades não contam com indústrias, ou com outras fontes alternativas de trabalho.¹⁷ Deste modo, as oportunidades de emprego restringem-se basicamente ao comércio vinculado à zona de livre comércio, ou às atividades que tiveram ligeiro crescimento a partir desta última – o setor hoteleiro e de prestação de serviços. A má distribuição de renda ainda se configura como um entrave para a melhora da qualidade de vida dos moradores da cidade, já que os dados sociais não acompanham a mesma intensidade dos dados econômicos.

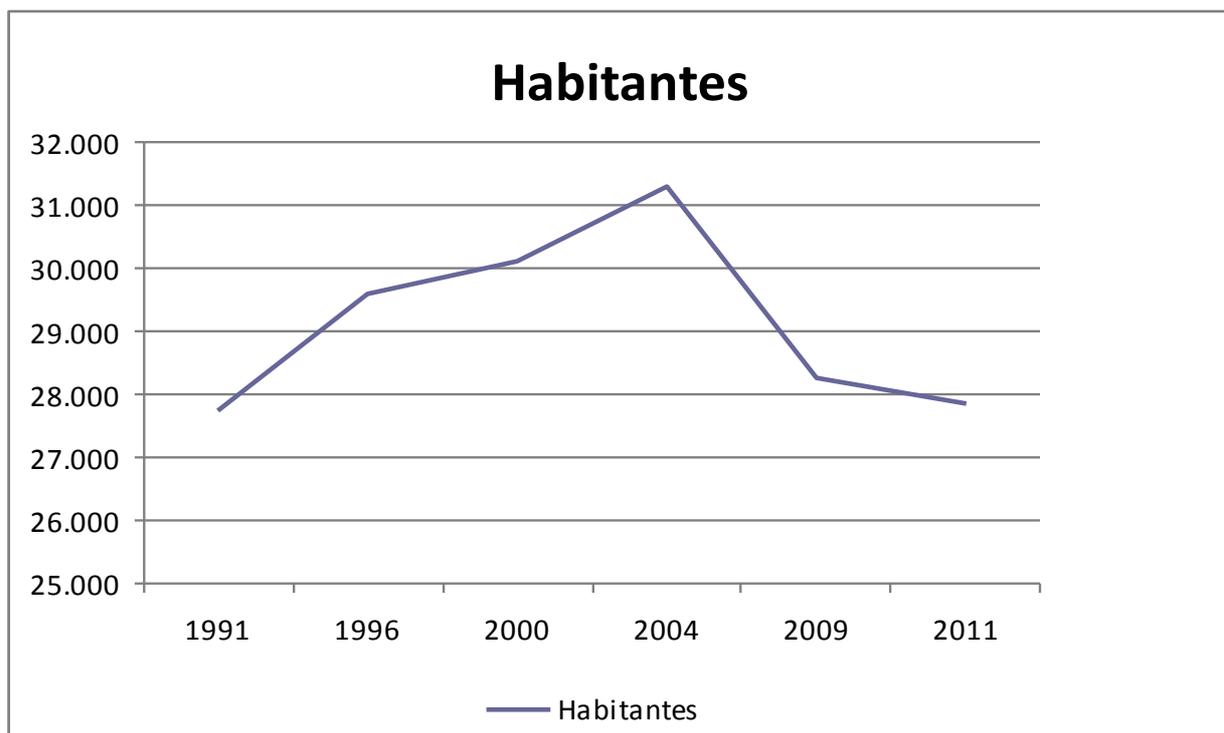
Ao mesmo tempo, observa-se um processo de retração demográfica, que coincide justamente com o momento de criação dos “free-shops”. A isto está associada a ausência de centros de formação profissionalizantes tanto em nível técnico quanto superior, bem como pouco índice de investimentos nos campos da saúde, infraestrutura e educação.¹⁸

¹⁶ Idem.

¹⁷ FERREIRA, André Cassino (2010). Interações na fronteira Brasil-Uruguai: um estudo de casos das cidades de Jaguarão e Rio Branco. Disponível em: <http://www.igeo.ufrj.br/fronteiras>. Acesso em 11 de abril de 2011.

¹⁸ A partir de constatação dos índices fornecidos pelos últimos três censos realizados pelo IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=431100#topo>. Acesso em 11 de abril de 2011; e dados do Conselho Nacional de Municípios (2009). Disponível em: http://cdhl.cnm.org.br/sites/9400/9494/Jaguarao_RS.pdf. Acesso em 11 de abril de 2011.

Gráfico 5. Evolução da população de Jaguarão: 1991-2011. ¹⁹



Alguns indicadores apontam carências importantes na realidade educacional de Jaguarão e seu entorno. Muitos deles parecem refletir, na verdade, a situação da Educação Básica no Rio Grande do Sul como um todo.

O município conta, no total, com 28 estabelecimentos de ensino da rede pública (08 estaduais e 20 municipais). ²⁰ Em 2011, foram realizadas 5.578 matrículas nestes estabelecimentos, onde estavam em atuação 357 professores.

¹⁹ Fonte: dados extraídos do Conselho Nacional de Municípios (2009). Disponível no site:

http://cdhl.cnm.org.br/sites/9400/9494/Jaguarao_RS.pdf.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA ESTADUAL DA EDUCAÇÃO. DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO. Estabelecimentos de Ensino – RS 2011. Censo Escolar da Educação Básica 2011. Porto Alegre, 2012. Disponível em: http://www.educacao.rs.gov.br/dados/estatisticas_estabs_2011.pdf. Acesso em 06 de agosto de 2012.

Tabela 2. Relação entre professores em exercício (em sala de aula) e matrículas iniciais nos estabelecimentos de ensino público de Jaguarão (redes estadual e municipal) em 2011. ²¹

	Professores em exercício	Matrículas iniciais	Relação de professores por matrículas (Jaguarão)	Relação de professores por matrículas (RS)
Rede Estadual	128	3.186	1 para cada 25	1 para cada 22
Rede Municipal	184	2.572	1 para cada 14	1 para cada 17
Total	312	5.758	1 para cada 16	

Como se pode inferir a partir dos dados da tabela, na comparação com os índices gerais do estado, há um equilíbrio na relação professor por aluno: na rede estadual, o índice de Jaguarão está abaixo da média geral do Rio Grande do Sul, ao contrário da rede municipal, no qual supera o indicador do total do estado.

Outros suportes estatísticos, como o Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica)²², apontam características educacionais vinculadas à realidade mais ampla do estado. Considerando-se a 8ª série/9º ano (rede pública), os dados do Ideb de Jaguarão e região, em termos absolutos, mostram-se abaixo da média estadual, no que tange a 2009, último ano observado.

²¹ Idem

²² “O Ideb é um indicador de qualidade educacional que combina informações de desempenho em exames padronizados (Prova Brasil ou Saeb) – obtido pelos estudantes ao final das etapas de ensino (4ª e 8ª séries do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio) – com informações sobre rendimento escolar (aprovação)”. BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Nota Técnica. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb. Disponível em http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/o_que_e_o_ideb/Nota_Tecnica_n1_concepcaoIDEB.pdf. Acesso em 06 de agosto de 2012.

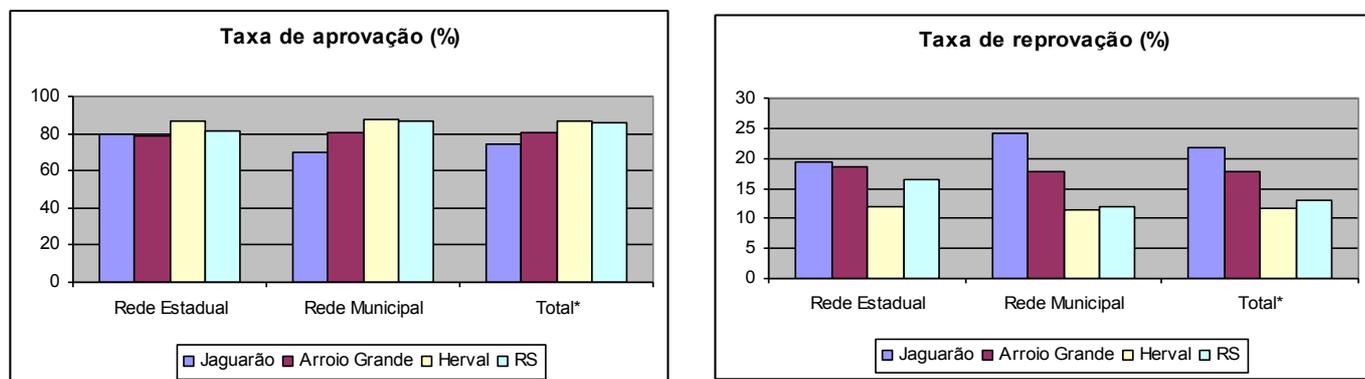
Tabela 3. Comparação entre Ideb de Jaguarão, Arroio Grande e Herval e o Rio Grande do Sul: 8ª série/9º ano (rede pública).²³

	Ideb observado			Metas projetadas			
	2005	2007	2009	2007	2009	2011	2013
Jaguarão	2,9	2,8	3,1	2,9	3,1	3,4	3,9
Arroio Grande	3,6	3,2	3,3	3,6	3,7	4,0	4,4
Herval	3,2	3,8	3,5	3,2	3,4	3,6	4,0
RS	3,6	3,7	3,9	3,7	3,8	4,1	4,5

No entanto, estes índices, por outro lado, têm correspondido às metas projetadas, acompanhando a evolução percebida no âmbito de todo o Rio Grande do Sul. No que tange ao Ensino Médio, em Jaguarão, o Ideb alcançado em 2009 (3,4), superou a meta projetada para aquele ano (3,2).²⁴

Contudo, quando analisados os dados relativos às taxas de rendimento escolar na Educação Básica, percebe-se que, com pequenas exceções, a região apresenta índices abaixo da média gaúcha.

Gráfico 6. Comparação entre taxas de rendimento escolar de Jaguarão e seu entorno e do Rio Grande do Sul: Ensino Fundamental – 2011.²⁵

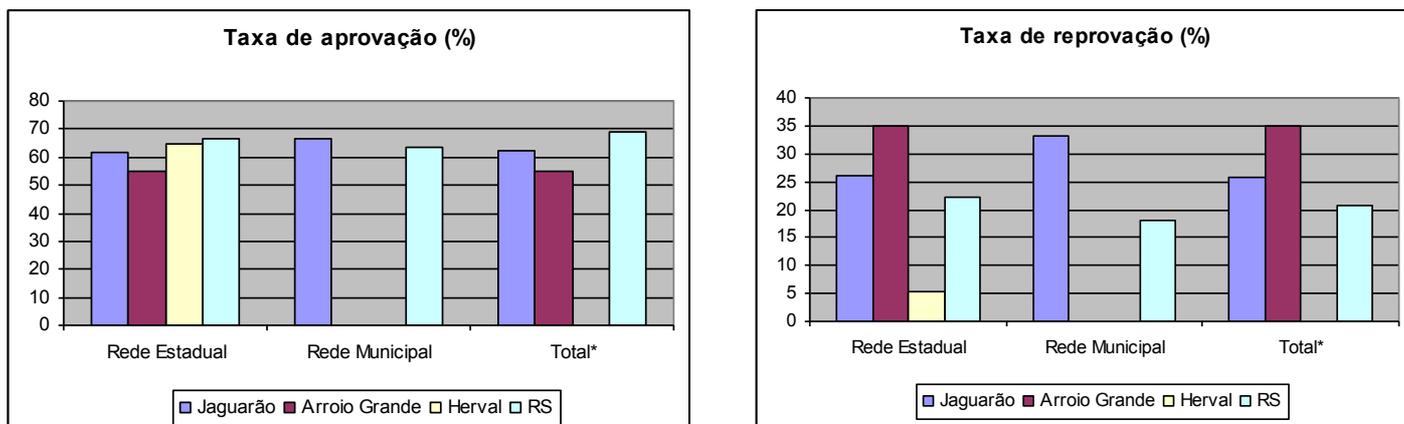


²³ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb.. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/>. Acesso em 06 de agosto de 2012.

²⁴ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Indicadores demográficos e educacionais. Jaguarão. Tabela 3. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. Disponível em <http://ide.mec.gov.br/novo/relatorio/municipios/coibge/4311007>. Acesso em 06 de agosto de 2012.

²⁵ ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA ESTADUAL DA EDUCAÇÃO. DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO. Taxa de Rendimento – ENSINO FUNDAMENTAL – RS 2011. Censo Escolar da Educação Básica 2011. Porto Alegre, 2012. Disponível em: http://www.educacao.rs.gov.br/dados/estatisticas_taxa_rend_ens_fund_2011.pdf. Acesso em 06 de agosto de 2012. Estão incluídas nos totais do Rio Grande do Sul as taxas relativas às redes de ensino federal e particular.

Gráfico 7. Comparação entre taxas de rendimento escolar de Jaguarão e seu entorno e do Rio Grande do Sul: Ensino Médio – 2011.²⁶



Ainda que apresentem pequenas variações, estes dados relativos aos municípios da região ficam aquém dos percentuais contabilizados para o estado como um todo. Especialmente os índices de reprovação em Jaguarão são altos, com 21,7% relativos ao Ensino Fundamental, confrontando-se com 13,1% da média estadual. A respeito do Ensino Médio, contabilizou-se 25,8% de reprovação nas escolas jaguarenses, contra 20,7% referente ao Rio Grande do Sul.²⁷ Em termos absolutos, são 1.005 egressos do Ensino Médio no último ano, considerando-se toda a região.

²⁶ ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA ESTADUAL DA EDUCAÇÃO. DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO. Taxa de Rendimento – ENSINO MÉDIO – RS 2011. Censo Escolar da Educação Básica 2011. Porto Alegre, 2012. Disponível em:

http://www.educacao.rs.gov.br/dados/estatisticas_taxa_rend_ens_medio_2011.pdf. Acesso em 06 de agosto de 2012. Estão incluídas nos totais do Rio Grande do Sul as taxas relativas às redes de ensino federal e particular.

²⁷ Apesar de os dados referentes a Herval, no que concerne à reprovação no Ensino Médio, estarem bem abaixo da média da região, e mesmo do estado, há uma altíssima taxa de abandono, chegando a 30%, muito além dos 10% estaduais. ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA ESTADUAL DA EDUCAÇÃO. DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO. Taxa de Rendimento – ENSINO MÉDIO – RS 2011. Censo Escolar da Educação Básica 2011. Porto Alegre, 2012. Disponível em:

http://www.educacao.rs.gov.br/dados/estatisticas_taxa_rend_ens_medio_2011.pdf. Acesso em 06 de agosto de 2012.

Tabela 4. Egressos do Ensino Médio de Jaguarão e seu entorno – 2011. ²⁸

	Jaguarão	Arroio Grande	Herval	Total
Rede Estadual	505	300	178	983
Rede Municipal	22	-	-	22
Total	527	300	178	1.005

Esses indicadores não podem ser tomados como definitivos ou suficientes para caracterizar o cenário da educação de Jaguarão e seu entorno. Contudo, são subsídios importantes para que se reflita sobre o contexto educacional da região. A partir desses dados, é possível construir um quadro da Educação Básica caracterizado por uma série de insuficiências, implicando significativos obstáculos para o ensino, especialmente em relação ao Ensino Médio, esfera que apresenta altos índices de reprovação. Impõem-se, assim, grandes desafios no sentido de se superar as dificuldades demonstradas pelos indicadores referidos.

Tais desafios são ainda maiores diante do crescimento nos índices de violência e drogadição, especialmente entre a população de baixa renda e nos bairros periféricos da cidade, o que levou o município de Jaguarão a ser foco de iniciativas de ação social e difusão cultural pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)²⁹.

²⁸ Dados produzidos a partir do cruzamento do número de matrículas iniciais com as taxas de rendimento. ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA ESTADUAL DA EDUCAÇÃO. DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO. Matrícula Inicial por Etapa/Modalidade de Ensino - Rede ESTADUAL - RS 2011. Censo Escolar da Educação Básica 2011. Disponível em: http://www.educacao.rs.gov.br/dados/estatisticas_mi_est_2011.pdf. Acesso em 09 de agosto de 2012. Matrícula Inicial por Etapa/Modalidade de Ensino - Rede MUNICIPAL - RS 2011. Disponível em: http://www.educacao.rs.gov.br/dados/estatisticas_mi_mun_2011.pdf. Acesso em 09 de agosto de 2012. Taxa de Rendimento – ENSINO FUNDAMENTAL – RS 2011. Censo Escolar da Educação Básica 2011. Disponível em: http://www.educacao.rs.gov.br/dados/estatisticas_taxa_rend_ens_fund_2011.pdf. Acesso em 06 de agosto de 2012. Taxa de Rendimento – ENSINO MÉDIO – RS 2011. Censo Escolar da Educação Básica 2011. Disponível em: http://www.educacao.rs.gov.br/dados/estatisticas_taxa_rend_ens_medio_2011.pdf. Acesso em 06 de agosto de 2012.

²⁹ “O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento executa diversos projetos em diferentes áreas. Neles, o PNUD oferece aos parceiros apoio técnico, operacional e gerencial, por meio de acesso a metodologias, conhecimentos, consultoria especializada e ampla rede de cooperação técnica internacional. Com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento humano, o combate à pobreza e o crescimento do país nas áreas prioritárias, o PNUD Brasil tem a constante missão de buscar alinhar seus serviços às necessidades de um país dinâmico, multifacetado e diversificado. Os projetos são realizados em parceria com o Governo Brasileiro, instituições financeiras internacionais, setor privado e sociedade civil”. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/>. Acesso em 09 de agosto de 2012.

Vale ressaltar que de acordo com os resultados das pesquisas feitas pelas Nações Unidas sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) na região, Jaguarão estava inserida no ano de 2000, dentro do bloco das regiões tidas com médio desenvolvimento humano, ficando abaixo de mais de 70%³⁰ dos outros municípios gaúchos e ocupando a 1485ª posição no ranking dos municípios brasileiros conforme quadro abaixo.

Tabela 5. Ranking do IDH dos Municípios do Brasil – 2000. ³¹

Posição	Município	IDHM, 1991	IDHM, 2000	IDHM-Renda, 1991	IDHM-Renda, 2000	IDHM-Longevidade, 1991	IDHM-Longevidade, 2000	IDHM-Educação, 1991	IDHM-Educação, 2000
1485	Jaguarão (RS)	0,707	0,764	0,654	0,702	0,651	0,703	0,816	0,888

Enfim, esta contextualização permite que se enxergue um cenário regional e local sob diferentes aspectos, marcado por um processo de transformação. Os indicadores demográficos, sociais, e especialmente, educacionais, revelam grandes carências, algumas históricas e mais amplas, próprias a toda a área de abrangência da UNIPAMPA,³² outras recentes e específicas de Jaguarão e de seus municípios vizinhos, ativadas pelas novas relações econômicas estabelecidas com o outro lado da fronteira política. Em outras palavras, convergem importantes demandas educacionais, profissionais e sociais, para a formação de profissionais qualificados que possam intervir diretamente nesta realidade e criar alternativas que busquem a superação dessas dificuldades, apontando para um desenvolvimento regional sustentável, calcado na autonomia e no compromisso com a cidadania e a justiça social.³³

As atividades da UNIPAMPA devem estar igualmente apoiadas na perspectiva do desenvolvimento sustentável, que leva em conta a viabilidade das ações econômicas, com justiça social e prudência quanto à questão ambiental. Essa será a forma empregada para que, a partir da apreensão da realidade e das suas potencialidades,

³⁰ DIAGNÓSTICO LOCAL DE SAÚDE JAGUARÃO. PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÃO. SECRETARIA DA SAÚDE. Porto Alegre, 2007. P. 49.

³¹ Acessado no dia 9 de agosto de 2012 do site:

http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH_Municipios_Brasil_2000.aspx

³² “A região em que a UNIPAMPA está inserida já ocupou posição de destaque na economia gaúcha. Ao longo da história, porém, sofreu processo gradativo de perda de posição relativa no conjunto do estado. Em termos demográficos, registrou acentuado declínio populacional. Sua participação na produção industrial foi igualmente decrescente. Em termos comparativos, destaca-se que as regiões norte e nordeste do estado possuem municípios com altos Índices de Desenvolvimento Social - IDS, ao passo que, na metade sul, os índices variam de médios a baixos. A metade sul perdeu espaço, também, no cenário do agronegócio nacional devido ao avanço da fronteira agrícola para mais próximos de importantes centros consumidores. A distância geográfica, o limite na logística de distribuição e as dificuldades de agregação de valor à matéria-prima produzida regionalmente, colaboram para o cenário econômico aqui descrito”. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Projeto Institucional. 2009, p. 7.

³³ Idem.

contribua-se para o enfrentamento dos desafios, com vistas à promoção do desenvolvimento regional.³⁴

Mais especificamente, um profissional vinculado diretamente à educação, área que concentra grande parte das carências da região, que contemple os

interesses e características regionais, mantendo elos de aproximação com a comunidade local, de modo especial com os sistemas de ensino públicos e privados dos municípios e órgãos de educação municipais e estaduais, buscando, a partir da realização de um diagnóstico da realidade e da aproximação com o contexto escolar, contribuir para o desenvolvimento humano, socioeconômico e político dos sujeitos e para a sua participação plena na sociedade.³⁵

Para além de suas funções enquanto educador que vivencia integralmente a experiência escolar, exercendo seu ofício dentro e fora de sala de aula, estabelecendo relações com os agentes públicos que compõem a estrutura educacional dos municípios, este profissional deve atender à necessidade de problematizar a realidade em que está inserido. Realidade que extrapola o ambiente escolar e educativo, profundamente marcada pelo contexto fronteiriço. Contexto constituído de processos permeados de tensões e aproximações nas relações entre brasileiros e uruguaios, e de interações sociais contraditórias, tanto de um lado da fronteira quanto do outro.

A importância do tema do ensino de História atrelado ao de Fronteira remete às problemáticas já aqui abordadas relacionadas ao lugar sede deste curso, e que podem proporcionar uma singularidade interessante, de formar educadores na área de História, que sejam capazes de dar conta das especificidades e complexidades das relações sociais dos territórios fronteiriços. Agregando valores positivos às trajetórias destes lugares, proporcionando reflexões que possam provocar mudanças na autoestima da população e fundamentalmente, que possam, a partir de trabalhos de pesquisa, fornecer novos elementos dentro da produção científica e do ensino de História, que colaborarão com um melhor entendimento das noções de nação e cidadania, por exemplo, produzindo a singularidade de um Curso de História - Licenciatura da UNIPAMPA em Jaguarão.

É fundamental ressaltar que, ao identificar demandas específicas à região da fronteira sul e se propor a aceitar o desafio de intervir neste contexto, o Curso de História – Licenciatura igualmente abraça toda o território atendido pela UNIPAMPA, uma vez que a realidade fronteiriça do Rio Grande do Sul se constitui em um *continuum*, guardadas as particularidades locais. Em outras palavras, a permanente reflexão e problematização da fronteira – e do pampa, termo que engloba aspectos geográficos, culturais, econômicos, históricos³⁶ -

³⁴ Ibidem, p. 8.

³⁵ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Diretrizes orientadoras para elaboração dos Projetos Pedagógicos das Licenciaturas da Universidade Federal do Pampa. 2011, p. 12.

³⁶ O pampa gaúcho corresponde àquilo que é conhecido atualmente como “Bioma Pampa”, sendo este compreendido como “um conjunto ambiental, cerca de 176.496 Km², que ‘abrange a metade meridional do Estado do Rio Grande do Sul e constitui a porção brasileira dos Pampas Sul-Americanos que se estendem pelos territórios do Uruguai e da Argentina’ (IBGE, 2004). O pampa ou os campos sulinos são formados por ‘quatro conjuntos principais de fitofisionomias campestres naturais: Planalto da Campanha, Depressão Central, Planalto Sul-Rio-Grandense e Planície Costeira’, que apresentam diferentes composições de solo e de cobertura vegetal, predominando a vegetação herbácea e arbustiva e um relevo aplainado e suavemente ondulado (IBGE, 2004).

enquanto espaço historicamente construído contribui para a Universidade e a Fronteira como um todo. Além disso, o fato de ser um curso de licenciatura permite que se estabeleça um diálogo com outras graduações da Universidade voltadas ao campo de conhecimento das “Humanidades” e/ou à formação de profissionais do ensino, abrindo possíveis caminhos de trocas interdisciplinares, mobilidade docente e discente, aproveitamento da formação pedagógica, projetos e parcerias entre os *campi*, não esquecendo também que os futuros licenciados gabaritam-se ao atendimento das demandas educacionais que não são exclusivas da realidade regional imediata.

Desse modo, o curso vai diretamente ao encontro dos objetivos estabelecidos – e já referidos anteriormente – do Projeto Institucional da Universidade.³⁷

1.3. Justificativa

Iniciativas como a construção da Universidade podem ampliar os caminhos para uma condução ao entendimento e valorização do ambiente cultural e social da comunidade. Neste sentido, o Curso de História - Licenciatura deverá ser um ambiente para a troca de experiências, promoção de debates, e iniciativas de formação extensiva em projetos e ações que contemplem a formação de educadores.

Para além de sua contextualização geopolítica, e acrescentando os aspectos multiculturais e o conjunto patrimonial que envolve a cidade de Jaguarão e a região do Pampa, a *Fronteira*³⁸ se caracteriza por outros aspectos: ela também é uma fronteira de culturas e visões de mundo, etnicidades, da história e da historicidade do homem e, sobretudo, uma *fronteira do humano*. Em um ambiente de fronteira, que não é imutável e tampouco simplificável, pode-se perceber como as sociedades se encontram, se embatem e se confrontam em um processo de fricção conflituoso, e constantemente balizado pelo esforço de mediação do *eu* em relação ao *outro*. Logo, o termo “fronteira” deve ser entendido muito mais como zonas de contato³⁹, de interação entre diferentes culturas do que apenas limites geopolíticos entre países e regiões. Este processo é, assim como antropológico e sociológico, profundamente histórico, cujas concepções emergem não apenas pela divergência de seus interesses econômicos, mas também pelo abismo histórico que as separa. Embora a intenção não seja estabelecer uma

Matos restritos aos capões e às margens dos rios também integram o pampa.” ZARTH, Paulo & GERHARDT, Marcos. Aproximações entre História Agrária e História Ambiental: o pampa do Rio Grande do Sul. In: GARCIA, Graciela B. (org.). *Anais do II Encontro do GT História Agrária ANPUH-RS*. Porto Alegre, 2009, p. 2. No entanto, como os autores enfatizam, a conformação daquilo que conhecemos como o “pampa” tem que ser analisada à luz da história, isto é, através das relações estabelecidas entre homem e natureza e entre os próprios homens. Desde as primeiras populações que habitaram este território, a paisagem pampiana tem se modificado substancialmente, principalmente a partir do século XVI, quando foi introduzido pelos europeus o gado vacum, passando pela formação dos latifúndios agropastoris, pela introdução de novas forragens e pelo atual monocultivo de eucaliptos, formando o que é conhecido como “lavouras de árvores”, cujos impactos socioambientais têm sido bastante profundos. Id.. Logo, compreender o pampa é compreender a sua história.

³⁷ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Projeto Institucional. 2009, especialmente p. 8.

³⁸ MARTINS, José de Souza. Introdução. In: *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997, pp. 9-24.

³⁹ PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império. Relatos de viagem e transculturação*. São Paulo: EDUSC, 1999.

definição conceitual para “fronteira”, mas atentar para a importância do debate acerca deste conceito, e como ele está fortemente vinculado às perspectivas de observação do campo de atuação da Universidade, busca-se delinear algumas das premissas mais gerais e aceitas sobre o seu significado.

As fronteiras brasileiras, ao contrário das teses embasadas na experiência norte-americana por Frederick Jackson Turner, que evidenciavam o desenvolvimento do Estado e de uma história expansionista e nacionalista na experiência para o Oeste, geraram formas peculiares de absorção de terras, que excluíram uma grande parte da sociedade brasileira, acentuando as desigualdades. A disponibilidade de terras como justificativa no avanço de fronteiras na trajetória do Estado brasileiro, agravou a situação dos despossuídos, que acabaram subjugados a um controle social rigoroso.⁴⁰

Desta maneira, o conceito de “fronteira” não deve ser entendido como a oposição entre civilização/barbárie, e sim como um território imaginado, instável e permeável de circulação, de convenções e lutas de distintas ações entre indivíduos e grupos de diferentes origens.⁴¹ Mais ainda, observam-se também ocasionais destruições, integrações, revelação de alteridades, tensões e desequilíbrios de poder.⁴²

Neste sentido, os países do MERCOSUL não querem perder suas respectivas soberanias nacionais e terminam acentuando os sistemas de controle nas fronteiras políticas. Em contrapartida, os conflitos de classe, étnicos, nacionais, que ocorrem em um contexto bilateral de imigração, são permeados por representações e relações de poder. Diante desta conjuntura de constante redefinição, os deslocamentos de brasileiros e uruguaios, para além dos limites internacionais, podem possibilitar uma aproximação das relações econômicas, políticas e culturais entre estas nações, ampliando a visão que temos desses países e da própria sociedade brasileira – ainda profundamente parcial e elitista, que prefere se associar a comparações entre o Brasil, os Estados Unidos e a Europa Ocidental. Portanto, mediante esta breve reflexão e análise do contexto local/regional, o Curso de História - Licenciatura do Campus de Jaguarão justifica-se pela necessária formação de profissionais que sejam sujeitos críticos de sua realidade social e educacional.

A UNIPAMPA e o seu Curso de História - Licenciatura possuem a particularidade de atuar num posicionamento geopolítico privilegiado para as interações sócio-educacionais e culturais das fronteiras binacionais sul-americanas. Neste âmbito, a produção do conhecimento e a formação profissional encontram um terreno fértil para interações e transformações locais e regionais, em que conceitos pertencentes à sociedade contemporânea⁴³, pós-moderna⁴⁴ e globalizada oferecem a este Curso de História – Licenciatura.

⁴⁰ SECRETO, María Verónica, O destino não manifesto. A historiografia brasileira das fronteiras. *Dimensões. Revista de História da UFES*, n. 14, 2002.

⁴¹ BOCCARA, Guillaume. Relectura de los procesos coloniales de etnogenesis, etnificación y mestizaje em tiempos de globalización. In: *Mundos em las fronteras del Nuevo Mundo*. Disponível em: www.cerna.com.

⁴² ALBUQUERQUE, José Lindomar C. As identidades fronteiriças. In: *A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai*. São Paulo: Fapesp/Annablume, 2007, pp. 199-244.

⁴³ Neste sentido, a humanidade se encontra num ciclo civilizatório denominado modernidade. Para o sociólogo Giddens ela pode ser definida como “estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a

Na contemporaneidade - momento em que as possibilidades de acesso e a quantidade de informações aumentam exponencialmente, assim como as exigências de uma prática pedagógica criativa e crítica em relação aos documentos e recursos didáticos utilizados, à historiografia e ao mundo que nos cerca -, demanda-se cada vez mais a familiaridade dos professores de História, bem como de todo o ambiente escolar, com os instrumentos e as práticas de investigação típicas dos pesquisadores.

Enquanto referencial crítico e transformador da consciência individual e coletiva, a História busca um questionamento perene dos principais elementos que caracterizam o tempo presente, agregando às interpretações dos eventos humanos, às análises dos paradigmas e dos preceitos concernentes aos valores éticos, e à construção da cidadania na sociedade contemporânea.

Para além dessas necessidades, próprias ao contexto fronteiriço - de se pensar e repensar em termos históricos -, há uma demanda educacional local e regional que o Curso de História – Licenciatura deve contemplar. Em Jaguarão, do grupo de educadores que atuam no ensino de História nas escolas, somente uma pequena parcela possui formação específica nesta área.⁴⁵ Neste sentido, a oferta desta licenciatura abre não só a possibilidade da formação de novos profissionais aptos a atuarem nesta área, mas uma oportunidade de formação continuada a esses educadores já atuantes, na qual tomam contato com temas, debates, conceitos e métodos produzidos do seio do conhecimento histórico atual. Qualifica-se assim, o ensino de História na Educação Básica como um todo.

Além disso, Jaguarão vislumbra em seu patrimônio histórico e cultural a possibilidade de reflexões e o restabelecimento de uma posição regional significativa, visto que, nos últimos anos, setores da sociedade jaguareense e autoridades locais têm investido na promoção deste patrimônio. A cidade foi inserida no Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas (PAC das Cidades Históricas) e teve em 2011 tombado pelo IPHAN como

partir do século XVII, que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência”. GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991, p. 17. Tomando como exemplo a conceituação de Giddens, podemos entendê-la enquanto uma proposta social preconizada pelos teóricos capitalistas de expansão dos padrões de vida digna para todas as pessoas independentemente de fatores externos tais como: cor, raça e classe social. Assim sendo, o homem atingiria seu ápice no processo civilizatório e histórico, efetivando finalmente e cabalmente a transição do teocentrismo para o antropocentrismo.

⁴⁴A noção de *pós-modernidade* é um tópico acalorado de debates. Não pretendemos utilizar este espaço para definir este conceito, embora verter alguma luz sobre o mesmo seja importante para complementar a reflexão sobre o conjunto das transformações na contemporaneidade. Para Zigmunt Bauman, vivemos em meio a uma conjuntura excludente, estimuladora voraz do consumismo desenfreado, com o estigma da revolução cultural individualista e de profundas transformações no mundo do trabalho industrial moderno e, desta maneira, caracterizadores de uma “modernidade líquida”. BAUMAN, Zigmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. Uma definição macro-estrutural da sociedade contemporânea nos serve como ponto de partida para uma reflexão sobre particularidades nas quais se encontra inserida crianças e jovens da região de fronteira, como é o caso “Brasil – Uruguai”, e “Jaguarão-Rio Branco”. Por conseguinte, o multiculturalismo e o processo de globalização responsável pela tirana tentativa de implantação do pensamento único de uma cultura capitalista dominante, inflige transformações nas culturas locais, estando presente no cotidiano dos alunos do Curso de História - Licenciatura da Universidade Federal do Pampa.

⁴⁵ A maioria possui formação em áreas correlatas como “Estudos Sociais” e “Geografia”. Dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Jaguarão.

patrimônio histórico do país o seu Conjunto Histórico e Paisagístico.⁴⁶ Como objeto produzido pelo homem em sociedade, o patrimônio deve ser compreendido a partir das interpretações e significados dados por aqueles para as quais ele faz sentido. O patrimônio é fonte histórica, dando materialidade às relações sociais e culturais. Logo, abre-se um importante campo de demanda para o licenciado em História, para atuar nas mais diversas áreas relacionadas a este campo, como por exemplo, a educação para o patrimônio, na qual o patrimônio é tanto objeto quanto um canal fundamental para o ensino de História. Atualmente causa ansiedade na região o projeto do Centro de Interpretação do Pampa (CIP), que está sendo construído a partir das ruínas do antigo prédio de uma Enfermaria Militar construída ainda no século XIX. O projeto do CIP é fruto do trabalho conjunto entre a prefeitura, a UNIPAMPA e o IPHAN, e conta, para sua construção, com recursos do Ministério da Educação e do Ministério da Cultura. Este espaço será gerido pela Universidade, e o Curso de História - Licenciatura poderá desempenhar um papel fundamental na promoção de atividades que discutam a trajetória histórica da região, a construção e a valorização de seu patrimônio, envolvendo a população como protagonista nas reflexões proporcionadas por tal intervenção.

Sendo assim, levando-se em conta a conjuntura política, econômica, cultural e sócio-histórica da região do Pampa gaúcho e uruguaio, as particularidades concernentes ao ambiente de fronteira regional e binacional, e especificamente, as demandas educacionais por profissionais qualificados, o Curso de História - Licenciatura do Campus Jaguarão da UNIPAMPA tem o desafio de oferecer um posicionamento pedagógico que contemple este cenário local e regional atual. E este posicionamento se concretiza por meio dos três eixos integradores que conduzem o curso - Saberes Específicos da História, Formação Pedagógica, Cultura, Sociedade e Investigação – considerando as temáticas Ensino de História e Fronteira. Em torno destes eixos e temas, o Curso de História - Licenciatura objetiva a busca de competências, mediante o desenvolvimento de habilidades específicas, esperando-se que a natureza relacional do saber histórico contribua efetivamente para a formação de educadores que problematizem a realidade da fronteira por meio de sua prática profissional, instrumentalizando-se para intervir criticamente na sociedade.

Em resumo, o Curso de História – Licenciatura conjuga o atendimento de demandas locais e regionais no âmbito educacional, justifica-se por objetivar a formação de profissionais qualificados para o ensino de História (especialmente dentro das escolas, porém também em espaços não-escolares, como museus e associações de bairro, etc), mas igualmente para a educação para o patrimônio (atuando em instituições específicas como estabelecimentos de ensino e espaços de memória) e para a pesquisa histórica (engajando-se em projetos de instituições públicas, a exemplo de órgãos governamentais, e entidades privadas). Em um âmbito geral, é importante ressaltar que o campo de atuação do profissional de História tem crescido, e que este crescimento deverá se intensificar nos próximos anos, a partir da regulamentação da profissão de historiador. Deste modo, o egresso do Curso de História – Licenciatura possui um leque importante de alternativas de inserção profissional.

⁴⁶ Tombamento Federal: processo 1569-T-08, 03/05/2011. IPHAN. *Dossiê de Tombamento*. Conjunto histórico e Paisagístico de Jaguarão-RS, 2011.

1.4. Legislação

A legislação relacionada abaixo foi fundamental para a construção de uma perspectiva de Curso de História - Licenciatura socialmente engajado, envolvido com as atuais demandas da área da educação no país como, por exemplo, a inclusão curricular das trajetórias dos grupos indígenas, africanos e afrodescendentes, assim como dos debates em torno da cidadania e dos direitos humanos. O Curso de História - Licenciatura da UNIPAMPA segue as diretrizes curriculares estabelecidas nacionalmente, buscando sincronia com o estabelecido na legislação, o que conforma neste documento estratégias para a formação de futuros profissionais que possam suprir as lacunas encontradas e contribuir para a transformação do atual cenário da educação, como os descritos neste documento, que apresentam inúmeros desafios. Assim, o Curso de História - Licenciatura do campus Jaguarão da UNIPAMPA busca viabilizar a formação de professores, coerente com as demandas e desafios estabelecidos pela sociedade brasileira a partir das instituições e colegiados relacionados à área da educação.

A legislação (leis, resoluções, normativas, pareceres, etc) nacional e institucional, portanto, utilizada para a construção deste PPC, inclui os seguintes itens:

- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);
- Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
- Parecer CNE/CES nº 492, de 03 de abril de 2001 – Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social;
- Parecer CNE/CP nº 9, de 8 de maio de 2001 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de Licenciatura, de graduação plena;
- Parecer CNE/CP nº 21, de 6 de agosto de 2001 – Duração e carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de Licenciatura, de graduação plena;
- Parecer CNE/CP nº 27, de 2 de outubro de 2001 – Dá nova redação ao item 3.6, alínea c, do Parecer CNE/CP 9/2001, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de Licenciatura, de graduação plena;
- Parecer CNE/CP nº 28, de 2 de outubro de 2001 – Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação

de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de Licenciatura, de graduação plena;

- Parecer CNE/CES nº 1.363, de 12 de dezembro de 2001 – Retifica o Parecer CNE/CES nº 492, de 3 de abril de 2001, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social;
- Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002: Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.
- Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002 – Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de Licenciatura, de graduação plena;
- Resolução CNE/CP nº 2, de 18 de fevereiro de 2002 – Institui a duração e a carga horária dos cursos de Licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior;
- Resolução CNE/CES nº 13, de 13 de março de 2002 – Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de História;
- Resolução nº1 de 17 de junho de 2004 do Conselho Nacional de Educação, vinculado ao Ministério da Educação;
- Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 - Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira".
- Resolução CNE/CP nº 2, de 27 de agosto de 2004 – Adia o prazo previsto no art. 15 da Resolução CNE/CP 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de Licenciatura, de graduação plena;
- Portaria nº 4059, de 13 de Dezembro de 2004- Autoriza a inclusão de componentes curriculares não presenciais em cursos superiores reconhecidos;
- Parecer CNE/CP nº 4, de 6 de julho 2004 – Adiamento do prazo previsto no art. 15 da Resolução CNE/CP 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de Licenciatura, de graduação plena;
- Parecer CNE/CES nº 197, de 7 de julho de 2004 – Consulta, tendo em vista o art. 11 da Resolução CNE/CP 1/2002, referente às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica em nível superior, curso de Licenciatura, de graduação plena;

- Parecer CNE/CES nº 228, de 4 de agosto de 2004 – Consulta sobre reformulação curricular dos Cursos de Graduação;
- Parecer CNE/CES nº 15, de 2 de fevereiro de 2005 – Solicitação de esclarecimento sobre as Resoluções CNE/CP nº 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de Licenciatura, de graduação plena, e 2/2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de Licenciatura, de graduação plena, de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior;
- Parecer CNE/CP nº 4, de 13 de setembro de 2005 – Aprecia a Indicação CNE/CP nº 3/2005, referente às Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores fixada pela Resolução CNE/CP nº 1/2002;
- Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de novembro de 2005 – Altera a Resolução CNE/CP nº 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de Licenciatura de graduação plena;
- Parecer CNE/CP nº 5, de 4 de abril de 2006 – Aprecia Indicação CNE/CP nº 2/2002 sobre Diretrizes Curriculares Nacionais para Cursos de Formação de Professores para a Educação Básica;
- Parecer CNE/CES nº 223, de 20 de setembro de 2006 – Consulta sobre a implantação das novas diretrizes curriculares, formulada pela Universidade Estadual de Ponta Grossa;
- Parecer CNE/CP nº 9, de 5 de dezembro de 2007 – Reorganização da carga horária mínima dos cursos de Formação de Professores, em nível superior, para a Educação Básica e Educação Profissional no nível da Educação Básica;
- Lei nº 11.645, de 10 março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.
- Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 – Dispõe sobre estágio de estudantes; altera redação do art. 428 da Consolidação das Leis de Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.
- Resolução CONAES nº 1, de 17 de junho de 2010 - Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências.
- Parecer CONAES nº 4, de 17 de junho de 2010 - Sobre o Núcleo Docente Estruturante (NDE).

- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. *Projeto Institucional*. 2009.
- Resolução nº 5, de 17 de junho de 2010. Regimento Geral da Universidade. UNIPAMPA.
- Resolução nº 20, de 26 de novembro de 2010 – Dispõe sobre a realização dos estágios destinados a estudantes regularmente matriculados na Universidade Federal do Pampa e sobre os Estágios realizados no âmbito desta instituição. UNIPAMPA.
- Resolução nº 29, de 28 de abril de 2011 - Aprova as Normas Básicas de Graduação, Controle e Registro das Atividades Acadêmicas. UNIPAMPA.
- Resolução CONAES nº 1, de 30 de maio de 2012 - Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
- Parecer CNE/CP nº 14, de 06 de junho de 2012 – Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.
- Resolução CNE nº 2 de 15 de junho 2012 – Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental Brasília: Ministério da Educação.

2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

2.1. Concepção do Curso

2.1.1. Contextualização / Concepção Pedagógica/ Perfil do Curso

O Curso de História – Licenciatura é ofertado pela UNIPAMPA no Campus Jaguarão (localizado na Rua Conselheiro Diana, número 650, no município de Jaguarão, RS). A implementação do curso foi aprovada, conforme observa-se em ata número 09, na 9ª Reunião do Conselho de Dirigentes, realizada em 27 de agosto de 2009 e validada pela Portaria 1.776, de 07 de dezembro de 2011.

O curso, que oferece habilitação de Licenciado(a) em História, tem uma carga horária total de 2.825 (duas mil oitocentas e vinte e cinco) horas, estando, portanto, de acordo com o que observa-se na resolução CNE/CP 2/2002. A carga horária do curso pode ser integralizada em no mínimo 4 (quatro) anos - oito semestres- e no máximo 8 (oito) anos – dezesseis semestres. O curso é ofertado na modalidade presencial, em turno integral e oferta, a cada ano, 50 (cinquenta) novas vagas.

Atualmente o curso tem como coordenadora, desde maio de 2012, a Profa. Dra. Adriana Fraga da Silva e como coordenador substituto o Prof. Ms. Rafael da Costa Campos. A coordenadora atua na instituição, no Curso de História – Licenciatura, desde agosto de 2010, é mestre e doutora em História, com experiência em arqueologia histórica e patrimônio. Atua em projetos de extensão e de pesquisa que envolvem a arqueologia histórica em temáticas relacionadas ao patrimônio arqueológico e a formação da fronteira. O coordenador substituto, Rafael da Costa Campos, por sua vez, é mestre em História, atualmente doutorando na mesma área, e atua em projetos de pesquisa relacionados à temática da História Antiga.

O projeto pedagógico do Curso de História- Licenciatura foi estruturado de acordo com a legislação nacional vigente para formação de professores para a Educação Básica, em cursos de licenciatura, bem como em atenção a alguns documentos institucionais. Dentre estes citamos o *Projeto Institucional*, documento elaborado no ano de 2009, as *Diretrizes Orientadoras para Elaboração dos Projetos Pedagógicos das Licenciaturas da Universidade Federal do Pampa*, além do documento intitulado *Elementos do Projeto Político-Pedagógico de Curso de Graduação da UNIPAMPA*, sendo estes dois últimos aprovados em novembro de 2011 pelo CONSUNI. Doravante, destaca-se que este projeto pedagógico foi concebido a partir de diálogos da Comissão de Curso e Núcleo Docente Estruturante (NDE), mediante a realização de uma série de leituras e avaliações conjunturais, discutidas em reuniões realizadas entre os meses de agosto de 2011 e maio de 2012, nas quais se discutiu as premissas deste curso, suas definições, os compromissos acerca da História como área de conhecimento e seu papel social na formação de novos docentes para a Educação Básica, considerando o contexto regional/local calcado na fronteira. Neste sentido, a concepção e a articulação dos componentes curriculares apresentados se constituem como resultado das

discussões acerca do contexto de inserção do curso e da caracterização dos futuros egressos. As reflexões se iniciaram a partir dos conceitos de projeto institucional/educacional:

Um projeto institucional se elabora ao se constituir um *nós*, com o protagonismo da equipe docente e da comunidade. Uma das condições que tornará possível a constituição do *nós* é o reconhecimento recíproco dos direitos humanos de todos os implicados no projeto. Os conflitos de direitos estão no ponto de partida e terá que se estabelecer, mediante acordos, os critérios que garantam a igualdade e favoreçam a cooperação entre os participantes.

Um projeto educativo coerente (...) começa por reconsiderar a localização e o significado que se dá ao sujeito que aprende em sua identidade individual e cultural.

Deve propiciar o encontro do aluno consigo mesmo, com o fato de pertencer a uma cultura, ser homem ou mulher, possuir um corpo, um potencial de ser; deve ter como meta principal formar um sujeito em sua dignidade como pessoa, ou seja, um *sujeito de direitos*.⁴⁷

Este cenário teórico conceitual cristalizar-se-á no perfil do egresso, pois buscamos compreender o contexto em que o curso está inserido, bem como o perfil econômico, político, cultural e sócio-afetivo de seus acadêmicos. Conforme propõe a UNIPAMPA como concepção para seus cursos de licenciatura,

preconiza-se a superação do modelo técnico e da racionalização do ensino. Com isso, busca-se a descentralização da transmissão de conteúdos em prol da construção do saber a partir da contextualização da realidade social, dos pressupostos da interdisciplinaridade e da relação intrínseca teoria e prática (teorização da prática e da prática teorizada). Desse modo, torna-se fundamental estabelecer possibilidades de observação e reflexão no decorrer da formação acadêmica, relacionando saber científico e saber geral.⁴⁸

Neste sentido, os debates realizados durante a construção deste projeto permitiram a ampliação do entendimento da realidade local, o que norteou a estruturação da matriz curricular e da concepção de curso, concebidos como parte de um projeto educativo mais abrangente para a formação de professores de História na e para a fronteira.

A construção dos componentes curriculares e da concepção geral deste curso nos remeteu a ideia de currículo apresentada por Forquin⁴⁹. Para este autor, o currículo contém um conjunto de saberes e condutas daquilo que é considerado relevante para uma determinada aprendizagem. Espécie de programa de formação que parte de uma visão global e estrutura os componentes de forma didática, a fim de promover situações de aprendizagem coerentes com a consolidação de saberes inter-relacionados. Miceli⁵⁰, por sua vez, alerta-nos que todo e qualquer currículo é portador de uma visão de mundo teórica e filosófica, e por que não dizer também que política, e objetiva orientar práticas sociais. Nesse sentido, as seleções e ordenações dos conteúdos dos componentes curriculares, além de estruturas técnicas,

⁴⁷ LOPEZ, Daniel; PIERA, Virginia; KLAINER, Rosa. *Diálogos com crianças e jovens – Construindo projetos educativos em e para os Direitos Humanos*. Porto Alegre: Artmed, 2004, pp.40-1.

⁴⁸ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Diretrizes orientadoras para elaboração dos Projetos Pedagógicos das licenciaturas da Universidade Federal do Pampa-UNIPAMPA, 2011, p. 16.

⁴⁹ FORQUIN, Jean Claude. *École et culture. Le point de vue des sociologues britanniques*. 2 ed. Belgium: De Boeck & Larcier, 1996.

⁵⁰ MICELI, Paulo. Por outras histórias do Brasil. In PINSKY, Jaime (org.). *O Ensino de História e a criação do fato*. São Paulo, Contexto, 1988, p. 33.

didáticas e formalísticas, representam escolhas sociais, políticas e culturais conduzidas intelectualmente por um grupo responsável pela formação dos futuros historiadores.

Stephanou apresenta-nos novos elementos teóricos que ampliaram as reflexões sobre o papel do currículo.⁵¹ A autora desafia-nos a inserir na esfera do currículo de História a dimensão do vivido, aceitando as tramas de relações complexas:

A possibilidade de instaurar outra relação com o conhecimento nas aulas de história supõe produzir ativamente outras organizações curriculares e outras práticas de ensino, em especial aquelas que proporcionem espaço para que os alunos se aproximem da análise da realidade social presente, vivida, concebida como trama de relações complexas. Em oposição aos currículos tradicionais, sugere-se que à análise do vivido se faça acompanhar:

- a- da compreensão de como se produz conhecimento histórico, reconstruindo os critérios a partir dos quais os historiadores formulam perguntas, problematizam a realidade, elaboram explicações;
- b- da compreensão dos diferentes processos históricos que, de algum modo, engendram o presente e,
- c- da formulação de problemas significativos que constituam temas de investigação coletiva nessas aulas.⁵²

As relações complexas da produção do conhecimento histórico enunciadas pela autora consideraram a relevância do estabelecimento de problemáticas investigativas em torno do ensino-aprendizagem de História. Almeja-se, desse modo, que os profissionais em formação exercitem a capacidade de estabelecer observações e escutas sensíveis da sociedade, desenvolvendo uma compreensão ampla da aplicabilidade das concepções teóricas e metodológicas combinadas à sua atuação como sujeitos históricos, em relação ao espaço e ao tempo social.

Assim, conforme Morin, ao estudar a complexidade capaz de organizar o conhecimento, “todo o acontecimento, informação ou conhecimento em relação de inseparabilidade com seu meio ambiente – cultural, social, econômico, político e, é claro, natural”⁵³ oportuniza um local privilegiado para pensar a sociedade e a si mesmo. Nesse sentido, desenvolver as aptidões da contextualização e da interrelação dos saberes, consolidando um processo de aprendizagem contínua em que os sujeitos sejam capazes de atribuir significados aos conhecimentos, percebendo-se como partes de um todo social, é uma operação a ser exercitada. Criar meios para que esses sujeitos se tornem aptos para produzir e fazer uso dos saberes de modo sistêmico, crítico e reflexivo é uma das principais ambições que o projeto pedagógico do Curso de História - Licenciatura da UNIPAMPA assume.

Desta forma, o projeto pedagógico do Curso de História - Licenciatura identifica-se com as premissas de uma concepção educativa que almeja à consolidação da cidadania, da

⁵¹ STEPHANOU, Maria. Instaurando Maneiras de Ser, Conhecer e Interpretar. In: *Revista Brasileira de História*, vol. 18 n. 36 São Paulo, 1998. Disponível em: <file:///Volumes/FERNANDA/UNIPAMPA/EPISTEMOLOGIA/Revista%20Brasileira%20de%20História%20-%20Instaurando%20maneiras%20de%20ser,%20conhecer%20e%20interpretar.webarchive>. Acesso em 05 de julho de 2011.

⁵² Idem, p. 2.

⁵³ MORIN, Edgar. *A cabeça bem feita*. Repensar a reforma. Reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p.18.

democracia, da autonomia e da liberdade para produção intelectual e outros meios de expressão. O foco deste curso está centrado na formação de professores e professoras de História a partir de uma realidade regional/local, a fronteira. Neste sentido, como não poderia ser diferente, o contexto cultural, econômico, social e político da fronteira faz parte da concepção e do cenário de implementação deste curso. A fronteira, desta forma, torna-se um eixo investigativo, de ação pedagógica, de ação social, sempre presente na concepção do curso, seja em determinados componentes curriculares, em projetos de pesquisa, de ensino e/ou de extensão. A partir do desafio da formação de educadores no contexto sócio-cultural regional/local e do polissêmico conceito de fronteira (apresentados no item 1), a história deste curso iniciou e seu projeto pedagógico ganhou forma.

2.1.1.1. História

A História enquanto área do conhecimento científico experimentou inúmeras formulações em sua concepção e sentido. Entretanto, não nos cabe neste espaço descrever em detalhes a variedade destes postulados e seus autores. Desde sua definição enquanto um saber destacável das outras humanidades durante o século XVIII, passando por tentativas de equiparação com os conhecimentos tidos como “exatos” durante o século XIX, até o momento em que deixa, em meados do século XX, de contemplar o esforço de compilação dos feitos e relatos tidos como “verdadeiros” e importantes (i.e., os eventos que serviam aos desígnios ideológicos dos estados nacionais em consolidação), para considerar a multiplicidade dos agentes transformadores, a diversidade dos pontos de vista e de interpretação do passado, e a construção de uma narrativa que não visa absolutamente a ser uma versão “definitiva” da experiência humana, se passaram muitas décadas de intenso debate, crises de sentido, e renovação do interesse pelo homem, as transformações por ele provocadas e também nele sentidas. Para tanto, lembremo-nos da contribuição (ainda relevante), de Marc Bloch:

"Ciência dos homens", dissemos. É ainda vago demais. É preciso acrescentar: "dos homens, no tempo". O historiador não apenas pensa "humano". A atmosfera em que seu pensamento respira naturalmente é a categoria da duração. Decerto, dificilmente imagina-se que uma ciência, qualquer que seja, possa abstrair do tempo.⁵⁴

O passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa.⁵⁵

Nesse sentido, o historiador deve se preocupar com o sentido das ações humanas em suas causalidades e desdobramentos, nos mais diversos períodos e espaços, questionando, sempre que possível, como a transformação da sociedade ao longo do tempo pode nos auxiliar na compreensão do que somos no presente, do que queremos, e quais são nossos horizontes de expectativas. Este questionamento deve transcender as especificidades de um saber formal para tornar-se fonte de inquietações, questionamentos, cuja finalidade é incutir no indivíduo que vive o presente – seja ele pesquisador, professor, cidadão (ou as três coisas) – a noção de que ele é também um agente histórico; suas ações e seus pontos de vista críticos podem trazer

⁵⁴ BLOCH, Marc. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002, p. 52.

⁵⁵ Idem, p. 75.

interpretações sobre si mesmo, sobre seu passado, e sobre a coletividade que está ao seu redor e da qual faz parte. Este exercício de autocompreensão e autopercepção no espaço-tempo corresponde, seja no âmbito profissional-acadêmico ou social, a um saber histórico, e finalmente, à possibilidade de transformação na sociedade.

2.1.1.2. A formação do licenciado em História

O Curso de História – Licenciatura tem como objetivo primordial a formação de professores aptos à docência de História na Educação Básica, e em outros espaços de ensino e aprendizagem não necessariamente relacionados aos espaços escolares. Enquanto pressuposto básico e similar a qualquer outra licenciatura, a especificidade desta graduação - na UNIPAMPA Campus Jaguarão - consiste na formação de licenciados com contato direto com o contexto da fronteira. Essencialmente, trata-se de uma formação propositiva e crítico-reflexiva, a partir do conhecimento formal e temático das experiências vividas por diferentes sociedades e culturas, em tempos e espaços diversos, por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão. O resultado esperado é a produção e a disseminação do conhecimento histórico em ambiente educacional mediante uma postura socialmente engajada e transformadora da realidade.

2.1.1.3. Atuação profissional e mercado de trabalho

O profissional habilitado pelo Curso de História – Licenciatura poderá exercer a docência na Educação Básica, nos ensinos Fundamental e Médio, seja ele público ou privado. Igualmente, poderá seguir a formação superior em cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* em História ou áreas afins, de modo a habilitar-se para a docência no Ensino Superior. Mais ainda, poderá exercer atividades educativas em espaços não-escolares (como museus, associações, centros culturais e outros espaços públicos e privados que contemplem o saber histórico e seu ensino em suas atividades), bem como exercer a pesquisa em órgãos governamentais ou instituições privadas que necessitem de um profissional para esta área, ou cujos propósitos correlacionem-se com este saber.

2.1.2. Objetivos

O Curso de História – Licenciatura define como seus objetivos:

2.1.2.1. Objetivo Geral

- Formação qualificada de docentes para o ensino de História, apoiados nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

2.1.2.2. Objetivos Específicos

- Capacitar ao exercício do trabalho de historiador, em todas as suas dimensões, o que supõe domínio da natureza do conhecimento histórico e das práticas essenciais de sua produção, crítica e difusão;
- Problematizar as múltiplas dimensões das experiências dos sujeitos históricos e a constituição de diferentes relações de tempo e espaço;

- Busca de competências, mediante o desenvolvimento de habilidades específicas, esperando-se que a natureza relacional do saber histórico contribua efetivamente para a formação de indivíduos indagadores, criativos e autônomos, que intervenham propositivamente na sociedade;
- Desenvolver competências e habilidades que proporcionem aos futuros licenciados em História uma prática profissional responsável, ética e comprometida com a qualificação da Educação Básica do país e da região.

2.1.3. Perfil do Egresso

A UNIPAMPA, de acordo com as diretrizes norteadoras da Educação Superior deste país, em seu Projeto Institucional, como uma universidade pública anuncia que

deve proporcionar uma sólida formação acadêmica generalista e humanística aos seus egressos. Essa perspectiva inclui a formação de sujeitos conscientes das exigências éticas e da relevância pública e social dos conhecimentos, habilidades e valores adquiridos na vida universitária e inserção em respectivos contextos profissionais de forma autônoma, solidária, crítica, reflexiva e comprometida com o desenvolvimento local, regional e nacional sustentáveis, objetivando a construção de uma sociedade justa e democrática.⁵⁶

Desta maneira, espera-se que a vivência acadêmica do discente permita-lhe – durante a experiência universitária e posteriormente profissional – interagir com e transformar a realidade conjuntural local, regional e nacional, por meio da orientação, mediação do ensino, e comprometimento com o êxito de uma aquisição e construção significativa de conhecimento para a aprendizagem dos alunos; pela aceitação e conscientização da diversidade existente entre os alunos e os membros da comunidade. Tudo isto por meio do incentivo e da promoção de atividades que coliguem a tolerância, a ética e o respeito às diferenças por meio do enriquecimento cultural; do desenvolvimento de práticas investigativas, atividades de questionamento, reflexão e enriquecimento das relações sociais e seus componentes culturais; da elaboração e execução de projetos que apoiem e desenvolvam conteúdos curriculares interligados – mediante proposições temáticas que permitam a interação com os saberes prévios da comunidade; e também, por meio da busca consciente de metodologias interdisciplinares, estratégias e materiais de apoio que desenvolvam hábitos de colaboração e trabalho em equipe, e que tenham como instância última uma contribuição para a produção de conhecimento significativo que colabore para uma transformação consciente da sociedade.

O Curso de História – Licenciatura, em consonância com o perfil do egresso anunciado pela UNIPAMPA, ainda considera, para a construção do perfil de seus egressos, de acordo com o apontado acima, as competências e habilidades gerais e específicas apresentadas nas Diretrizes Curriculares dos Cursos de História (Parecer CNE/CES 492/2001) na proposição do seu perfil de egresso, quais sejam:

A) GERAIS

- a. Dominar as diferentes concepções metodológicas que referenciam a construção de categorias para a investigação e a análise das relações sócio-históricas;

⁵⁶ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Projeto Institucional, 2009, p. 11.

- b. Problematizar, nas múltiplas dimensões das experiências dos sujeitos históricos, a constituição de diferentes relações de tempo e espaço;
 - c. Conhecer as informações básicas referentes às diferentes épocas históricas nas várias tradições civilizatórias assim como sua interrelação;
 - d. Transitar pelas fronteiras entre a História e outras áreas do conhecimento;
 - e. Desenvolver a pesquisa, a produção do conhecimento e sua difusão não só no âmbito acadêmico, mas também em instituições de ensino, museus, em órgãos de preservação de documentos e no desenvolvimento de políticas e projetos de gestão do patrimônio cultural.
 - f. competência na utilização da informática.
- B) Específicas para licenciatura
- a. Domínio dos conteúdos básicos que são objeto de ensino – aprendizagem no ensino fundamental e médio;
 - b. domínio dos métodos e técnicas pedagógicos que permitem a transmissão do conhecimento para os diferentes níveis de ensino.⁵⁷

Desta maneira, partindo das particularidades que envolvem o contexto local e regional, os discentes lidarão com conjuntos de referenciais pedagógicos, históricos e historiográficos que atribuam competências para que, ao longo de seu processo de formação, adquiram “condições de suprir demandas sociais específicas relativas ao seu campo de conhecimento (magistério na Educação Básica, preservação do patrimônio, assessorias a entidades públicas e privadas nos setores culturais, artísticos, turísticos, etc)”⁵⁸, e que sejam capazes de mobilizar e se mobilizarem para a produção e socialização significativa dos mesmos. Como resultado, estes deverão oferecer uma resposta crítica para novas temáticas e problemas que envolvem a formação social, histórica e cultural regional, e que fazem da universidade não mais um ambiente distante da comunidade, e sim um pólo de reflexão sobre e na sociedade, indo ao encontro da concepção de universidade previsto no Projeto Institucional da UNIPAMPA, que

[...] constitui-se em espaço em que a formação pressupõe a produção, a aplicação e a disseminação do conhecimento. A Universidade, em função do meio em que está inserida, tem também o papel de ser mais um agente que se propõe a contribuir para a transformação da região, por meio de pesquisas cujos temas se coadunam com a realidade. Nessa perspectiva, o papel da Universidade na formação desse capital intelectual está voltado às práticas educativas problematizadoras. Os desafios da pesquisa estão voltados às ações pedagógicas que estabeleçam condições para desenvolver a capacidade de aprender a aprender e a inovar a partir de um pensamento autônomo, crítico e reflexivo, contribuindo para melhorar a realidade da metade sul do Rio Grande do Sul, por meio de pesquisas interdisciplinares e voltadas ao desenvolvimento sustentável.⁵⁹

Uma prática que busque “contribuir para o desenvolvimento humano, socioeconômico e político dos sujeitos e para a sua participação plena na sociedade” requer a problematização e desnaturalização cotidiana das relações e dos contextos sociais, constantemente em mudança. Em um contexto regional e local matizado por disputas políticas, movimentos populacionais e arranjos sociais e econômicos afirmados, solapados e/ou renovados ao longo do tempo, a formação de profissionais com habilidades para a produção de reflexão, e logo, de

⁵⁷ Parecer CNE/CES 492/2001, referente às Diretrizes Curriculares dos Cursos de História, p. 8. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>. Acesso em junho de 2011.

⁵⁸ Parecer CNE/CES 492/2001, referente às Diretrizes Curriculares dos Cursos de História, p. 7. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>. Acesso em 08 de agosto de 2012.

⁵⁹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Projeto Institucional. 2009, p. 33.

conhecimento histórico, é fundamental, pois o desenvolvimento de uma consciência histórica como condição ímpar para uma intervenção crítica na realidade social, e igualmente para o que é definido como “compromisso maior da Universidade: **formar sujeitos da própria história**”.⁶⁰ Desse modo, vislumbra-se nesse perfil de profissional demandado, um licenciado em História que tenha como foco em sua formação o desenvolvimento de competências e habilidades próprias para o ensino de História para e no contexto de fronteira.

O perfil do egresso vislumbrado pelo Curso de História – Licenciatura, do Campus Jaguarão pretende, portanto, a formação de profissionais que exerçam o ensino de História como um dos elementos de transformação da sociedade e de contribuição para a garantia de direitos sociais que preconizam a oferta de uma Educação Básica pública e de qualidade a todos os cidadãos.⁶¹ A formação deste perfil profissional encontra ressonância nos componentes curriculares do curso, primordialmente pela necessidade de proporcionar condições e oferecer ferramentas conceituais e operacionais, para que os discentes possam compreender de modo crítico a maneira pela qual a realidade social está construída – a presença de conflitos permeados pela tensão entre inclusão e exclusão social, os problemas de tolerância e respeito ao *outro*, à pluralidade identitária, às questões de gênero e o repensar de ações políticas que tratem de delicadas questões envolvendo a vulnerabilidade educacional, arraigadas disputas políticas, dentre outros fatores.

Desta maneira, o Curso de História – Licenciatura está posicionado em meio a uma conjuntura de reflexão, debate e anseios de transformação de docentes e discentes vinculados ao ambiente universitário. O resultado deste contato – por vias de um Projeto Pedagógico de Curso e da sua execução, visa operar transformações significativas na sociedade, tanto durante a vivência estudantil quanto após a sua habilitação, característica de uma perspectiva educacional humanística que preconiza a continuidade da formação profissional e a manutenção dos vínculos de interação entre comunidade acadêmica e a sociedade como um todo.

Consequentemente, o Projeto Pedagógico do Curso de História - Licenciatura agrega estas peculiaridades à definição do perfil de seu egresso. O principal aspecto deste último consiste em oportunizar mecanismos educacionais para que o egresso possa contribuir para a sociedade brasileira, em conformidade com o Título VIII, Capítulo III, Seção I, Art. 205, da Constituição brasileira:

⁶⁰ Idem, p. 10. Grifos Nossos.

⁶¹ As contradições do mundo atual, ou seja, o declínio das sociedades de *Welfare State* levando a caminhada da humanidade a passos largos em direção ao neoliberalismo levou Jock Young a concluir que: “a transição da modernidade à modernidade recente pode ser vista como um movimento que se dá de uma sociedade inclusiva para uma sociedade excludente; isto é, de uma sociedade cuja tônica estava na assimilação e na incorporação para uma que separa e exclui”. YOUNG, Jock. *A sociedade excludente: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente*. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002, p. 23. Diante deste quadro, repleto de antagonismos e paradoxos, é necessária a adoção de mecanismos de inserção que garantam ingresso e permanência, com qualidade, dos jovens na Universidade. Tais medidas estão em consonância com a legislação federal, mais especificamente o ECA (Estatuto da Criança e Adolescente), que ultima a proteção integral de crianças e adolescentes tornando-os atores sociais com *protagonismo* na comunidade em que vivem.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Igualmente, este projeto apoia-se no conjunto de prerrogativas estabelecidas a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Título V, Capítulo IV, Art. 43 que, ao definir a finalidade da Educação Superior, estabelece princípios que poderão auxiliar na composição do perfil do aluno egresso na sua atividade profissional.

Por último, porém não menos importante, o Curso de História - Licenciatura espera do seu egresso a transmissão e a continuidade das reflexões açambarcadas em sua formação como professor/pesquisador. Isto significa dizer que o profissional da História deverá ser responsável por desenvolver um conhecimento significativo e mediador que estimule a sociedade à reflexão crítica e por uma busca de orientação e sentido dentro da própria contemporaneidade. Assim, o professor/pesquisador de História adquire autonomia em sua prática docente ao saber, dentre outras coisas, como se constroem os conhecimentos na área, permitindo a este o compartilhamento de uma linguagem comum entre o conhecimento científico acadêmico e a vivência significativa em comunidade. Portanto, considera-se que a justificativa do curso e a caracterização do perfil de seu egresso ensejam a consolidação de uma Educação Básica pautada em uma relação dialógica entre a construção do conhecimento normativo de nível superior e as práticas de docência em nível básico, e que possibilite a este mesmo profissional uma formação continuada e perene, incentivando, em um segundo momento, seu ingresso em programas de especialização e pós-graduação.

2.2. Dados do curso

2.2.1. Administração acadêmica

De acordo com a Resolução nº 1 do CONAES, de 17 de julho de 2010, em seu artigo primeiro,

o Núcleo Docente Estruturante (NDE) de um curso de graduação constitui-se de grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógica do curso.

O mesmo documento ainda indica, em seu artigo terceiro, que o NDE deve “ser constituído por um mínimo de 5 professores pertencentes ao corpo docente do curso”. Desta forma, o NDE do Curso de História – Licenciatura é, atualmente, composto por 5 membros que atuam como servidores públicos em regime de dedicação exclusiva (DE), com 40h de trabalho semanal. Conforme observa-se no quadro abaixo.

Docente Membros do NDE	Titulação	Regime de Trabalho/Classe
Adriana Fraga da Silva	Doutora	40h- Dedicção Exclusiva/Adjunta
Caiuá Cardoso Al Alam	Mestre	40h- Dedicção Exclusiva/Assistente
Fernanda Maria Duarte Severo	Doutora	40h- Dedicção Exclusiva/Adjunta
Guinter Tlajja Leipinitz	Mestre	40h- Dedicção Exclusiva/Assistente
Hilda Jaqueline de Fraga	Doutora	40h- Dedicção Exclusiva/Adjunta
Rafael da Costa Campos	Mestre	40h- Dedicção Exclusiva/Assistente

O NDE atua cotidianamente na implementação e consolidação do Curso, buscando maior qualificação nos processos de ensino e aprendizagem anunciados neste projeto. Além disso, é na esfera de atuação do NDE que o projeto pedagógico do curso é constantemente discutido, bem como as normativas e procedimentos adotados pelo curso. Entretanto, no Curso de História-Licenciatura, o NDE mantém um cotidiano diálogo com a Comissão de Curso. Isto implica em, por vezes, implementar reuniões conjuntas ou emitir convites para que os membros da Comissão de Curso participem dos encontros do NDE. Objetiva-se, com esta prática, formar um curso que atue de forma orgânica e coletiva em suas decisões e procedimentos, visando uma prática democrática e transparente de gestão. Observa-se ainda que o NDE realiza uma reunião ordinária mensal e que, quando necessário, se reúne extraordinariamente.

A coordenação de curso (coordenador e seu substituto), por sua vez, é eleita pela comunidade acadêmica do curso para um mandato de 2 (dois) anos e tem suas atribuições apresentadas no artigo 105 do Regimento Geral da Universidade Federal do Pampa⁶². A coordenação de curso deve ministrar componentes curriculares no curso e possuir formação em História. O regime de trabalho do coordenador deve ser de tempo integral (DE). O coordenador deve dedicar-se de forma excelente à gestão do curso, caracterizada pelo atendimento diligente e diplomático aos discentes e docentes, pela representatividade no Conselho de Campus e demais instâncias da Universidade, pela dialogicidade com a comunidade interna e externa, pela transparência, organização e liderança no exercício das funções, pela acessibilidade às informações e pelo conhecimento e comprometimento com o Projeto Pedagógico do Curso. Atualmente, a coordenação do Curso de História – Licenciatura está composta pela Dra. Adriana Fraga da Silva (coordenadora) e pelo Ms. Rafael da Costa Campos (coordenador substituto).

O núcleo básico de decisões do curso é a Comissão de Curso. É presidida pelo coordenador do curso, formada pelos docentes atuantes no curso e representação dos discentes e dos servidores técnicos-administrativos, ambos eleitos por seus pares, com mandatos de 1 (um) ano e de 2 (dois) anos, respectivamente. Seu funcionamento encontra, igualmente, regulamentação no regimento da UNIPAMPA. A Comissão reúne-se mensalmente (em reunião ordinária) para deliberações acerca do cotidiano acadêmico do curso e

⁶² UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Resolução nº 5, de 17 de junho de 2010. Regimento Geral da Universidade, p. 27.

extraordinariamente sempre que necessário.

Em cada campus da UNIPAMPA contamos ainda com um corpo técnico-administrativo específico atuante nos seguintes setores: um secretário executivo do campus, três servidores assistentes administrativos na Secretaria acadêmica; dois bibliotecários e um assistente de administração na Biblioteca; um técnico da informação e um analista de tecnologia de informação; um pedagogo, um assistente social e dois técnicos em assuntos educacionais, estes últimos pertencentes ao Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NUDE).

O NUDE, por sua vez, tem suas atividades coordenadas e acompanhadas pela Coordenação Acadêmica do Campus. Trata-se, portanto, de um núcleo destinado ao apoio e assessoria didático-pedagógica aos docentes e discentes, no atendimento educacional especializado (AEE), no desenvolvimento de projetos de extensão e pesquisas que visem a qualificação dos processos e projetos pedagógicos de qualificação do ensino.

Ainda no que diz respeito à supervisão acadêmica e administrativa, no fórum do Curso, no que se refere a Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), ao Estágio Curricular e às Atividades Complementares de Graduação (ACG) aponta-se que, além da legislação nacional para estes itens em cursos de graduação, em específico aos cursos de formação de professores em licenciaturas, o Curso de História – Licenciatura ainda considera as “Normas Básicas de Graduação, controle e registro de atividades” encontradas na Resolução nº 29, de 28 de abril de 2011, da UNIPAMPA. O Artigo 123 deste documento aponta que a supervisão administrativa e acadêmica do componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é atribuição da Coordenação do TCC, exercida por um docente do curso desde o período anterior à matrícula neste componente. No Artigo 134 da mesma resolução, indica-se que a Coordenação de Estágio Obrigatório (estágio curricular) também será exercida por um docente, como atividade de ensino, para coordenar os estágios dos discentes matriculados.

No que se refere a ACG, é na mesma resolução que o curso encontra as orientações norteadoras para estruturação básica deste componente da carga horária a ser integralizada, bem como os procedimentos que os discentes devem seguir para solicitar avaliação das atividades por eles cumpridas.

No âmbito do Campus, como parte da estrutura de administração acadêmica, contamos com as comissões de ensino, de pesquisa e de extensão, bem como com o Conselho do Campus. Estes tem sua composição, funcionamento e atribuições regulamentadas no regimento geral da UNIPAMPA (Resolução nº 5, de 17 de junho de 2010). Estas comissões são estruturadas a partir de representações de todas as categorias presentes na comunidade acadêmica. O Conselho do Campus, em específico, ainda conta com uma representação da comunidade externa.

2.2.2. Funcionamento

O Curso de História – Licenciatura tem duração de 8 (oito) semestres, seguindo o Calendário Acadêmico Institucional e estando de acordo com a Resolução nº 29, de 28 de abril de 2011 da UNIPAMPA.

- Titulação Conferida: Licenciado em História;
- Modo de Ingresso: Sistema de Seleção Unificada (SiSU), utilizando exclusivamente as notas obtidas pelos candidatos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), entre outras modalidades definidas pela instituição, conforme Resolução nº 29/2011 (Título II – Do Ingresso na Universidade);
- Regime de Oferta: anual;
- Número de Vagas: 50 (cinquenta) vagas anuais, no Campus Jaguarão;
- Regime de Matrícula: 8 (oito) a 32 (trinta e duas) horas-aula⁶³ por semestre;
- Período de Realização: Integral;
- Carga Horária Total: 2.825 (duas mil oitocentas e vinte e cinco) horas-aula
 - I. Componentes Curriculares Obrigatórios (incluindo 120h de TCC)⁶⁴: 1.640h
 - II. Componentes Curriculares Complementares de Graduação: 180h
 - III. Prática como Componente Curricular⁶⁵: 400h
 - IV. Atividades Complementares de Graduação: 200h
 - V. Estágio Curricular Obrigatório: 405h

2.2.3. Formas de Ingresso

O ingresso nos cursos da UNIPAMPA é regido por editais específicos, Portaria Normativa MEC 02/2010 e pela Resolução nº 29 de 28 de abril de 2011. No Curso de História – Licenciatura (que ofertará 50 vagas anualmente) bem como nos demais cursos da Universidade o ingresso será realizado a partir dos processos a seguir pontuados:

a) Processo seletivo pelo Sistema de Seleção Unificada (SiSU) com a utilização das notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)

b) Reopção: forma de mobilidade acadêmica condicionada à existência de vagas, mediante a qual o discente, regularmente matriculado ou com matrícula trancada em curso

⁶³ Conforme o Artigo nº 65 da Resolução nº 29, de 28 de abril de 2011, da UNIPAMPA, consta:

“A integralização da carga horária dos cursos de graduação da UNIPAMPA segue a carga horária total mensurada em horas (60 minutos), dedicadas às atividades acadêmicas e ao trabalho discente efetivo independente da duração do período de aula. I. fica estabelecido que o período de aula na UNIPAMPA tem duração de 55 (cinquenta e cinco) minutos;”

⁶⁴ As 1640h compostas pelos componentes Curriculares Obrigatórios, incluindo 120h de TCC, e componentes curriculares complementares (180h), correspondem a 1820h de componentes dedicados aos conteúdos de natureza científico cultural. Estando, portanto, de acordo com a Resolução CNE/CP 02, de 19 de fevereiro de 2002.

⁶⁵ Conforme pode ser observado no item “2.3.3. Matriz Curricular” deste PPC, a carga horária de Prática como Componente Curricular é realizada em diversos componentes curriculares obrigatórios. Observa-se que, em atenção a Resolução CNE/CP 02, de 19 de fevereiro de 2002, dedica-se 400h para as práticas como componentes curriculares.

de graduação da UNIPAMPA, poderá transferir-se para outro curso de graduação desta Universidade.

c) Processo seletivo complementar:

- i. **Reingresso:** ingresso de ex-discente da UNIPAMPA em situação de abandono ou cancelamento de curso a menos de 2 anos.
 - ii. **Transferência voluntária:** ingresso de discente regularmente matriculado ou com trancamento de matrícula em curso de graduação de outra Instituição de Ensino Superior (IES), que deseje transferir-se para esta Universidade.
 - iii. **Portador de diploma:** forma de ingresso para diplomados por outra IES.
- d) Transferência compulsória:** forma de ingresso concedida ao servidor público federal, civil ou militar, ou a seu dependente discente, em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício que acarrete mudança de domicílio para a cidade do campus pretendido ou município próximo.
- e) Regime especial:** consiste na inscrição em componentes curriculares para complementação ou atualização de conhecimentos, é concedida para portadores de diploma de curso superior, discente de outra IES e portador de certificado de conclusão de ensino médio com idade acima de 60 anos.
- f) Programa estudante convênio:** matrícula destinada à estudante estrangeiro mediante convênio cultural firmado entre o Brasil e os países conveniados.
- g) Programa de mobilidade acadêmica interinstitucional:** permite ao discente de outras IES cursar componentes curriculares da UNIPAMPA, como forma de vinculação temporária pelo prazo estipulado pelo convênio assinado entre as Instituições.
- h) Programa de mobilidade acadêmica intrainstitucional:** permite ao discente da UNIPAMPA cursar temporariamente cursar, temporariamente, componentes curriculares em outros campi.
- i) Matrícula Institucional de cortesia:** consiste na admissão de estudantes estrangeiros funcionários internacionais ou seus dependentes, que figuram na lista diplomática ou consular, conforme Decreto Federal nº 89.758, de 06/06/84 e Portaria 121, de 02/10/84.
- j) Para os acadêmicos ingressantes pelo Sistema de Seleção Unificada (SiSU) e processo seletivo complementar (exceto na modalidade de transferência voluntária) e que possuam componentes curriculares a serem aproveitados de outras IES,** visando à construção do perfil do egresso descrito no Projeto Institucional da UNIPAMPA.

Ainda, em atendimento ao disposto na Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, regulamentada pelo Decreto 7.824, de 11 de outubro de 2012, e a Portaria nº 18, de 11 de outubro de 2012, a UNIPAMPA oferta 50% de suas vagas para ações afirmativas. Desse total, 44% (quarenta e quatro por cento) das vagas são destinadas aos estudantes que tenham cursado integralmente o Ensino médio escolas públicas. Essas vagas serão preenchidas segundo a ordem de classificação, de acordo com as notas obtidas pelos estudantes, dentro de cada um dos seguintes grupos de inscritos:

I - estudantes egressos de escola pública, com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita:

- a) que se autodeclararam pretos, pardos e indígenas;
- b) que não se autodeclararam pretos, pardos e indígenas.

II - estudantes egressos de escolas públicas, com renda familiar bruta superior a 1,5 (um vírgula cinco) salário mínimo per capita:

- a) que se autodeclararam pretos, pardos e indígenas;
- b) que não se autodeclararam pretos, pardos e indígenas.

III - demais estudantes.

Além disso, 6% (seis por cento) das vagas são destinadas aos estudantes com necessidades especiais de educação.

2.3. Organização Curricular

2.3.1. Requisitos para a integralização do currículo

CARGA HORÁRIA A SER INTEGRALIZADA (com vistas à colação de grau)	
Componentes Curriculares Obrigatórios, incluindo 120h de TCC ⁶⁶ .	1.640h
Componentes Curriculares Complementares de Graduação	180h
Prática como Componente Curricular ⁶⁷	400h
Atividades Complementares de Graduação	200h
Estágios Curriculares Supervisionados	405h
Carga Horaria Total a Ser Integralizada	2.825h

Para obter a integralização do currículo, com vistas à colação de grau, o acadêmico deve:

- Cursar, com aprovação, todos os componentes curriculares obrigatórios, inclusive os componentes TCC I e TCC II;
- Cursar, com aprovação, a carga horária mínima de componentes curriculares complementares de graduação;
- Comprovar o cumprimento de, no mínimo, 200 (duzentas) horas de Atividades Complementares de Graduação.
- A participação do discente, matriculado no Curso de História – Licenciatura, no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) é exigência para a integralização curricular, conforme Lei 10.861/2004.

⁶⁶ Conforme especificado na nota 62.

⁶⁷ Conforme especificado na nota 63.

2.3.1.1. Atividades Complementares de Graduação (ACG)

As Atividades Complementares de Graduação (ACG) no Curso de História – Licenciatura, têm como objetivo proporcionar aos discentes o contato com outros saberes e formas de construção destes que não, necessariamente, são temas diretamente ligados aos componentes curriculares do curso, mas sim de interesse na formação humanista e generalista de um professor de História. As resoluções do Conselho Nacional de Educação, CNE/CP 2/2002 e CNE/CES 2/2007, prevêem a carga horária mínima para os cursos de graduação, e em específico para o caso das licenciaturas, de 200 (duzentas) horas de atividades acadêmico-científico-culturais. Dentro desta carga horária obrigatória, os discentes deverão participar de diversas atividades relacionadas à pesquisa, ao ensino, à extensão e às atividades culturais e artísticas, sociais e de gestão. Observa-se que, em observação ao indicado na Resolução nº 29, de 2011, que institui as normas de graduação na UNIPAMPA, tais atividades, estão classificadas em quatro grupos básicos, como poderá ser observado no quadro que segue a seguir.

O desenvolvimento e participação em atividades de pesquisa podem proporcionar ao discente um envolvimento prático com os conteúdos trabalhados em sala de aula, aprendendo, desde sua formação, a como lidar com situações reais de pesquisa. No campo da extensão, o discente poderá intervir extramuros da Universidade, participando junto às comunidades projetos que possibilitem a intervenção social a partir das reflexões do conhecimento histórico e práticas que este pode provocar. No ensino, o discente poderá envolver-se em atividades de monitoria, PIBID, dentre outras, que possam lhe proporcionar um acompanhamento e uma participação no cotidiano do educador. Ainda como ACG os discentes devem participar de palestras, cursos, encontros acadêmicos, oficinas, dentre outras que possam ser relacionadas com a grande área das Ciências Humanas e da Educação.

Segundo o Artigo 103 das “Normas Básicas de Graduação, Controle e Registro das Atividades Acadêmicas” da Universidade Federal do Pampa,

Atividade Complementar de Graduação (ACG) é definida como atividade desenvolvida pelo discente, no âmbito de sua formação acadêmica, com o objetivo de atender ao perfil do egresso da UNIPAMPA e do respectivo curso de graduação, bem como à legislação pertinente.⁶⁸

No Curso de História - Licenciatura, estas atividades compreendem um total de 200 (duzentas) horas, classificadas em grupos, como: Atividades de Ensino, Atividades de Pesquisa, Atividades de Extensão e Atividades Culturais e Sociais e de Gestão, conforme aponta a resolução 29 já citada. Destaca-se que estas 200h computam como parte da carga horária total do curso a ser integralizada para a colação de grau.

Além disso, destaca-se ainda que no total de 200 horas de ACG a serem integralizadas pelo discente, em cada um dos grupos ele deve obter no mínimo de 20 horas, ou seja 10% da carga horária de ACG.

⁶⁸ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Resolução nº 29, de 28 de abril de 2011. Normas Básicas de Graduação, Controle e Registro das Atividades Acadêmicas, p. 17.

O Curso de História – Licenciatura, em consonância com a Resolução nº 29/ 2011 da UNIPAMPA, apresenta como atividades as seguintes modalidades e carga horária máxima a ser cumprida pelos discentes, relembrando que o mínimo é de 10% da carga horária em cada grupo.

Grupo	Modalidade	Carga Horária Mínima de ACG para Integralização do Curso e Colação de Grau
Atividades de Ensino	<ul style="list-style-type: none"> a) Componentes curriculares de graduação, desde que aprovados pela Comissão de Curso; b) Monitoria em componentes curriculares de cursos da UNIPAMPA; c) Participação em projetos de ensino (PIBID, dentre outros); d) Realização de estágio não obrigatório relacionada às atividades de ensino e educacionais; e) Participação na organização de eventos relacionados ao ensino e a educação; f) Participação (com apresentação de trabalhos) em eventos de ensino; g) Participação (como ouvinte) em eventos de ensino, pesquisa e extensão. 	
Atividades de Pesquisa	<ul style="list-style-type: none"> a) Participação em projetos de pesquisa da UNIPAMPA, ou de outras instituições de ensino superior, de centros de pesquisa, de museus, de arquivos, escolas, etc, desde que aprovadas pela Comissão de Curso; b) Publicação de resumo, e/ou resumo expandido, referentes a participação em projetos de pesquisa, em anais de eventos; c) Publicação de participação em projetos de pesquisa em fontes de referência acadêmica de acesso impresso ou online, na forma de periódicos, revistas, vídeos, anais de eventos, capítulos de livros, ou outro material de cunho acadêmico; d) Participação em eventos acadêmicos (congressos, seminários, simpósios, encontros, semanas acadêmicas, etc), com apresentação de trabalho resultado da participação em projetos de pesquisa, em modalidades como: comunicador, simposiasta, palestrante, debatedor, painalista, conferencista, etc; e) Participação, como ouvinte, em eventos acadêmicos como seminários, simpósios, congressos, semanas acadêmicas, palestras, entre outros, relacionados ao desenvolvimento e compartilhamento de pesquisas; f) Realização de estágio e práticas não obrigatórias, em 	

	atividades de pesquisa na UNIPAMPA e/ou em outras instituições de ensino superior, de centros de pesquisa, de museus, de arquivos, etc, desde que aprovadas pela Comissão de Curso;	
Atividades de Extensão	<p>a) Participação em projetos de extensão da UNIPAMPA, ou de outras instituições de ensino superior, de centros de pesquisa, de museus, de arquivos, escolas, etc, desde que aprovadas pela Comissão de Curso;</p> <p>b) Realização de estágios e práticas não-obrigatórios, no campo da extensão na UNIPAMPA e/ou em outras instituições de ensino superior, de centros de pesquisa, de museus, de arquivos, etc, desde que aprovadas pela Comissão de Curso;</p> <p>c) Organização de eventos de extensão (cursos, minicursos, oficinas, simpósios, congressos, seminários, semanas acadêmicas, palestras , etc);</p> <p>d) Trabalho voluntário em organizações da sociedade civil;</p> <p>e) Participação, como ouvinte, em eventos relacionados à extensão, como por exemplo: oficinas, minicursos, cursos, seminários, simpósios, congressos, semanas acadêmicas, palestras, etc;</p> <p>f) Participação, com apresentação de trabalhos, em eventos relacionados à extensão, como por exemplo em seminários, simpósios, congressos, semanas acadêmicas, etc. Em modalidades de participação como: comunicador, simposiasta, palestrante, debatedor, painalista, conferencista, etc;</p> <p>g) Publicação de resumo, e/ou resumo expandido, referentes a participação em projetos de extensão, em anais de eventos;</p> <p>h) Publicação de participação em projetos de extensão, em fontes de referencia acadêmica de acesso impresso ou online, na forma de periódicos, revistas, vídeos, anais de eventos, capítulos de livros, ou outro material de cunho acadêmico;</p>	200 horas
Atividades Culturais e Sociais e de Gestão	<p>a) Organização e/ou participação em atividades de cunho social, artístico e/ou cultural;</p> <p>b) Participação na organização de campanhas beneficentes, educativas, ambientais e/ou de publicidade de atividades de caráter social, cultural ou artístico;</p> <p>c) Premiação referente a trabalho acadêmico, de pesquisa, de extensão, de ensino, ou artístico;</p> <p>d) Representação discente em órgãos colegiados;</p> <p>e) Representação discente em diretórios acadêmicos;</p> <p>f) Participação como bolsista e/ou estagiário (não obrigatório) em atividades de iniciação ao trabalho técnico-profissional e de gestão administrativa e/ou acadêmica;</p> <p>g) Participação como bolsista e/ou estagiário (não obrigatório) em atividades culturais, sociais, artísticas.</p>	

2.3.1.2. Trabalho de Conclusão de Curso

De modo a eliminar o já tão discutido hiato entre a pesquisa, a extensão e o ensino, o Curso de História – Licenciatura da UNIPAMPA incluiu em sua matriz curricular dois componentes curriculares de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação e de acordo com a Resolução nº 29, de 28 de abril de 2011, da UNIPAMPA, em que aprova as Normas Básicas de Graduação, Controle e Registro das Atividades Acadêmicas.

Desta forma, os componentes curriculares TCC I e TCC II visam à produção de um projeto e a execução deste através da elaboração de um trabalho monográfico, respectivamente, relacionado às temáticas e problemáticas referentes à História e/ou seu ensino, para fomentar a prática de pesquisa entre os futuros docentes, na perspectiva da formação de um docente/pesquisador. Neste sentido, compreendemos o TCC como resultado de uma reflexão teórico-prática oriunda de leituras, debates e atividades de ensino, pesquisa e extensão promovidas ao longo do curso e pautadas em diferentes temas, problemáticas e abordagens da pesquisa histórica e/ou da atividade docente nesta área; estas prerrogativas serão demonstradas mediante a observação de procedimentos teórico-metodológicos, comprometimento e a responsabilidade social do fazer histórico concernente às normas de produção de um trabalho científico. Portanto, o trabalho monográfico, obrigatoriamente, terá como produto final um texto reflexivo apresentado de acordo com o “Manual de elaboração e normatização de trabalhos acadêmicos, conforme a ABNT”, da UNIPAMPA⁶⁹.

Na matriz curricular do Curso de História - Licenciatura, os componentes TCC I e TCC II estão, respectivamente, locados no sétimo e oitavo período, de modo a dividir esta atividade em duas etapas, quais sejam: o TCC I é o Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso, componente curricular em que os discentes cursam uma carga horária de 60 (sessenta) horas. Destas, 30 (trinta) horas são destinadas a encontros coletivos, com alunos devidamente matriculados no componente TCC I, com o objetivo de apropriarem-se de discussões teóricas pertinentes à elaboração de um projeto de pesquisa relacionado às temáticas na área da História e/ou de seu ensino, sob acompanhamento do Coordenador de TCC, a quem o discente apresenta um pré-projeto de TCC. As demais 30 (trinta) horas são destinadas a elaboração de projeto, com acompanhamento dos respectivos orientadores. Nesta carga horária o discente realizará leituras, receberá orientações específicas através de debates, leituras e reuniões, desenvolverá, ainda que inicialmente (para a elaboração do projeto de TCC) a pesquisa bibliográfica e documental. A avaliação do projeto final de TCC I é realizada pelo orientador e pelo coordenador de TCC do Curso de História - Licenciatura, em consonância com os parâmetros avaliativos estabelecidos no documento “Normativa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC I e TCC II) do Curso de História – Licenciatura /Campus Jaguarão”, apresentado no apêndice I deste PPC, que, por sua vez, está de acordo com o estabelecido na Resolução nº 29, de 28 de abril de 2011, da UNIPAMPA.

⁶⁹ Disponível para acesso em: <http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/aquicultura/files/2011/10/MANUAL-normas-academicas.pdf>

Por sua vez, o TCC II, ofertado no oitavo período do curso, é o componente curricular em que os discentes desenvolvem, com orientação específica, o trabalho monográfico propriamente dito. Numa carga horária de 60 horas os discentes recebem orientações semanais, dão continuidade à pesquisa (campo, bibliográfica, documental, etc.), à análise de fontes, leituras e elaboram sua monografia, cujo resultado deverá ser aprovado por uma banca pública. Esta, conforme aponta a Resolução 29/2011 da UNIPAMPA, em seu art. 127, deverá ser composta por

“docentes lotados a UNIPAMPA ou convidados, que podem ser professores de outras instituições ou profissionais não docentes, com formação em nível superior, experiência e atuantes na área desenvolvida no TCC”.

A avaliação do TCC II é realizada pelos membros da banca, em consonância com os parâmetros avaliativos estabelecidos pelo curso no documento “Normativa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC I e TCC II) do Curso de História – Licenciatura /Campus Jaguarão” que, por sua vez, está de acordo com o estabelecido na Resolução nº 29, de 28 de abril de 2011, da UNIPAMPA, em específico com o apresentado nos artigos 126, 127 e 128.

Desta forma, ainda destaca-se que, de acordo com a Resolução nº 29/2011, cada orientando é acompanhado por um professor-orientador. Este, por sua vez, é corresponsável pela observação de aspectos legais e éticos da elaboração e execução dos produtos do TCC I e do TCC II, chamando-se a atenção, principalmente, aos aspectos referentes a plágio, utilização de textos em sua íntegra ou em adequações sem a devida autoria apresentada. O TCC, como anteriormente mencionado, tem uma coordenação geral exercida por um docente do Curso de História – Licenciatura, que terá a função de assegurar o alinhamento dos trabalhos docente e discente à Resolução 29/11 da UNIPAMPA e a “Normativa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC I e TCC II) do Curso de História – Licenciatura /Campus Jaguarão” (apêndice I).

2.3.1.3. Estágios

O Curso de História - Licenciatura da Universidade Federal do Pampa tem como prioridade a formação integral do futuro profissional de História para atuar com qualidade, seja como professor, seja como pesquisador. Nesse sentido, os estágios curriculares se configuram como componentes curriculares ímpares para a formação de um professor/pesquisador através do exercício da prática docente, em consonância com o disposto nas diretrizes institucionais que orientam os pressupostos formativos dos cursos de licenciatura da UNIPAMPA.⁷⁰ De acordo com as diretrizes, os estágios se caracterizam como um momento privilegiado para a formação acadêmica e profissional dos discentes, elemento articulador entre a teoria e a prática construídas durante o curso, bem como dos saberes necessários para uma atuação docente que seja reflexiva e crítica. A prática é concebida, portanto, como a etapa em que os acadêmicos, inseridos em diferentes espaços de ensino, além de realizarem essa conexão, fortalecem a construção da identidade docente ao assumirem posturas inerentes a profissão,

⁷⁰ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Diretrizes Orientadoras para Elaboração dos Projetos Pedagógicos das Licenciaturas da Universidade Federal do Pampa. 2011, p. 35.

assim como os desafios contemporâneos colocados ao campo da docência no ensino de História.

Dentre eles, destacam-se a necessidade de uma formação interdisciplinar no sentido de potencializar a compreensão dos processos de ensino-aprendizagem específicos da área da História e a problematização acerca do fazer docente. Tal perspectiva propõe a transposição das fronteiras de uma formação disciplinar que contribua para o planejamento e a consecução de propostas pedagógicas inovadoras nas diversas situações de estágio, com o objetivo de atender um perfil de formação não só generalista, mas que, ao mesmo tempo, contemple o comprometimento com as demandas regionais e sociais que caracterizam a realidade do ensino e do exercício da docência em territórios de fronteira, entre elas a inserção em espaços não-escolares.

A fim de efetivar os objetivos propostos, o curso prevê estágios curriculares supervisionados (obrigatórios à integralização da carga horária do curso) e estágio não curriculares (não obrigatórios) abrangendo a inserção dos acadêmicos e a vivência docente em espaços escolares e não-escolares (museus, arquivos, clubes, associações de bairro, presídios, e outros), e instituições culturais através de convênios, supervisionados pela Universidade/Curso e com o acompanhamento da instituição concedente.

Trata-se, portanto, de compreender os diversos espaços educativos que contribuem e influenciam a formação de um professor, diante da ampliação das demandas atuais da área de ensino de História e do seu papel político e social nos diferentes contextos de atuação profissional; a contar desde sua experiência acadêmica, antes mesmo do ingresso no curso de formação à docência, até o caminho que segue durante este. Isto endossa a importância de avaliarmos tudo o que é feito em sua formação, compondo uma “educação integral e integrada”, coerente com o desejável daquele indivíduo como profissional da área das Humanidades.

Diante disso, faz-se necessário que, durante sua formação, o futuro educador possa ter experiências e contato com situações de aprendizagem mediadas em vários espaços educativos que logo em breve vivenciará como profissional, observando práticas, métodos, técnicas e funcionamento específico, o que corresponde a cada um dos estágios curriculares. Entretanto, como pressupostos comuns, todos os estágios curriculares preveem o reconhecimento da instituição-campo, a formulação/execução de atividades e projetos pedagógicos e a avaliação processual das ações realizadas.

Para tanto, os estágios terão como objetivo proporcionar o exercício de transposição didática dos conhecimentos teórico-práticos e das experiências pessoais construídas ao longo do curso, nos espaços em que se desdobrarão as práticas docentes, através da vivência de situações concretas de trabalho que exijam o desenvolvimento de competências e o compromisso político-social com a qualificação da educação em todos os seus âmbitos, assim como na região da fronteira.

Em se tratando dos estágios em estabelecimentos escolares, conhecendo o cotidiano das escolas, quando chegado o momento de exercer sua docência, o então professor/historiador

não se sentirá um desconhecido na própria área, algo que pode trazer dificuldades para sua atuação profissional. Vivenciando como membro ativo os ambientes educativos e auxiliando na promoção de atividades não-formais o acadêmico ampliará seus horizontes profissionais e culturais e colaborará para o desenvolvimento de uma educação de qualidade na região em que atuar.

Organização dos Estágios

I. Estágios Curriculares Supervisionados

A efetivação da prática docente dar-se-á como o previsto nos documentos que a regem, no que concerne a formação do Ensino Superior nos cursos de licenciatura, através de estágios curriculares supervisionados (obrigatórios à integralização da carga horária do curso) e estágios não obrigatórios.

No que se refere aos estágios curriculares supervisionados, a carga horária destinada à sua realização, como apontado, está integralizada à carga horária total do curso, conforme orienta a Resolução do Conselho Nacional de Educação/CP nº2, de 19 de Fevereiro de 2002, em seu Art. 1º. Esta define que a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em curso de Licenciatura, será efetivada mediante a integralização de, no mínimo, 2.800 (duas mil e oitocentas) horas, nas quais a articulação entre teoria e prática garanta, nos termos dos seus projetos pedagógicos, entre outras determinações, 400 (quatrocentas) horas de estágio curricular supervisionado a partir do início da segunda metade do curso.

Quanto ao cumprimento da carga horária exigida para as práticas dos estágios curriculares supervisionados, está previsto no “Parágrafo único da referida Resolução que, no caso dos “acadêmicos que exerçam atividade docente regular na Educação Básica, poderá haver a redução da carga horária do estágio curricular supervisionado de até, no máximo, de 200 (duzentas) horas”, mediante comprovação documentada e avaliação da Comissão de Curso e da Coordenação de estágio do Curso de História - Licenciatura.

A inserção dos acadêmicos nas instituições-campo para a realização dos estágios curriculares supervisionados segue o disposto na Resolução CNE/CES 13/2002, na qual a mesma é entendida como fruto de ação conjunta entre a Instituição Solicitante - Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) - e as Instituições Concedentes - as escolas do sistema de Educação Básica e demais instituições culturais e entidades e associações civis - com a finalidade de propiciar aos acadêmicos do Curso História – Licenciatura o contato com os diversos contextos de atuação em sua futura profissão.

O acompanhamento e a orientação das práticas dos estágios seguem as determinações da Resolução nº 20 de 2010 (UNIPAMPA), em especial nos artigos 13 e 14. A orientação do estágio é feita por docente da UNIPAMPA, da área na qual será desenvolvido o estágio, que é também o responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário. Quanto à supervisão, está será feita pela Instituição Concedente através do docente titular da disciplina da escola (ou outra instituição, para o caso dos espaços não escolares) com

formação ou experiência na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário. Caberá ao responsável garantir o apoio da escola/campo de estágio que o estagiário está frequentando.

Em se tratando em específico dos estágios em espaços não-escolares (museus, arquivos, associações, etc) o acompanhamento e supervisão dos mesmos seguem o exposto acima, com o diferencial apenas no que diz respeito a supervisão, pois esta se dará por representante da Instituição Concedente que, por sua vez, será feita por educadores sociais, lideranças comunitárias ou funcionários de acordo com as especificidades de cada instituição/campo.

A Instituição Solicitante contará com uma Coordenação de Estágios exercida por um docente indicado pela Coordenação Acadêmica, como atividades de ensino, para coordenar os estágios dos discentes matriculados, conforme Art. 134, Resolução 29/2011.

Com base nessa concepção, os estágios buscam estabelecer referenciais para que o acadêmico possa:

- Distinguir o estágio das demais situações de aprendizagem realizadas ao longo do curso, como um momento privilegiado da sua formação docente;
- Aproximar-se das diferentes dimensões da prática docente que o campo de atuação profissional exige na atualidade;
- Assumir as responsabilidades pertinentes à sua atuação profissional docente prevista nesta etapa de formação;
- Vivenciar situações de reflexão - ação - reflexão que permitam o fortalecimento da construção da identidade docente;
- Socializar aspectos relativos a sua prática com o orientador, supervisor e colegas de estágio a fim de rever posições, compartilhar e aprimorar planejamentos na troca de experiências;
- Articular pesquisa e extensão nas ações educativas;
- Interagir e dialogar com os diferentes agentes do processo educativo de forma ética e profissional, considerando os limites e as possibilidades dos envolvidos;
- Articular conhecimentos específicos com as necessidades educativas detectadas nos diferentes espaços de atuação profissional;
- Constituir um canal de diálogo e parceria entre a Universidade e as Instituições de estágio.

Os requisitos para realização do estágio curricular supervisionado o estudante deverá atender o disposto no Art. 15 das Normas do Estágio da UNIPAMPA:

I. Estar regularmente matriculado no componente curricular de Estágio;

II. Ter integralizado os componentes curriculares obrigatórios, com aprovação, até o quinto semestre do curso.

Considerando a diversidade dos campos de atuação da docência, ficam estabelecidos 3 (três) componentes curriculares referentes ao Estágio Curricular Supervisionado para o Curso de História – Licenciatura, cujo início se dará a partir do sexto semestre e apresenta a seguinte estruturação:

a) Estágio Supervisionado I

O Estágio Supervisionado I, ofertado no sexto semestre do curso, compreende 150 (cento e cinquenta) horas de trabalho teórico e prático envolvendo situações de observação e o conhecimento da realidade do Ensino Fundamental. Corresponde a 60 (sessenta) horas presenciais referentes às fundamentações teóricas próprias ao ensino de História (práticas didático-pedagógicas, currículo, avaliação, legislação), 30 (trinta) horas concernentes à observação preliminar em espaço escolar de Ensino Fundamental, na turma em que o estagiário atuará; 30 (trinta) horas para regência na sala de aula em que atuará e 30 (trinta) horas para elaboração de relatório. Contempla as seguintes atividades:

- Observação da realidade escolar: refere-se à etapa em que serão oferecidas ao estagiário as condições para conhecer as instalações físicas e pedagógicas da instituição, o funcionamento dos diferentes setores e a realidade da comunidade do seu entorno. Para as observações será utilizado um roteiro de observação previamente elaborado;
- Observação das situações de ensino: Abrange a observação de aulas ministradas pelos professores titulares na disciplina de História, bem como da turma em que atuará em diferentes situações de ensino e aprendizagem, nas escolas de Ensino Fundamental. Análise de planos e programas de estudo da disciplina de História, discussões teóricas e temas relativos aos saberes necessários à docência com vistas a preparar o estudante para a prática do planejamento e da ação docente. Para as observações será utilizado um roteiro de observação previamente elaborado;
- Orientação, regência e planejamento das aulas: etapa que compreende a orientação para planejamento de caráter experimental com vistas à regência junto às turmas de alunos das escolas do Ensino Fundamental. Objetiva-se preparar o futuro professor para a regência em sala de aula através da vivência com situações concretas do cotidiano escolar, a fim de que possa propor e executar o planejamento de atividades teórico-práticas inovadoras relativas ao ensino da História;
- Elaboração de Relatório: momento em que o estagiário, sob a orientação do supervisor do estágio, irá elaborar um relatório com os registros das etapas de observação e regência acompanhado de um texto reflexivo contendo os aspectos relevantes da sua vivência e processo formativo, durante o período de estágio;
- Avaliação teórica e prática sobre a atuação individual no componente curricular.

b) Estágio Supervisionado II

O Estágio Supervisionado II, ofertado no sétimo semestre do curso, compreende 150 (cento e cinquenta) horas de trabalho teórico e prático envolvendo situações de observação e o conhecimento da realidade do Ensino Médio. Corresponde a 60 (sessenta) horas presenciais referentes às fundamentações teóricas próprias ao ensino de História (práticas didático-pedagógicas, currículo, avaliação, legislação), 30 (trinta) horas concernentes à observação

preliminar em espaço escolar de Ensino Médio, na turma em que o estagiário atuará; 30 (trinta) horas para regência na sala de aula em que atuará e 30 (trinta) horas para elaboração de relatório. Contempla as seguintes atividades:

- Observação da realidade escolar: refere-se à etapa em que serão oferecidas ao estagiário as condições para conhecer as instalações físicas e pedagógicas da instituição, o funcionamento dos diferentes setores e a realidade da comunidade do seu entorno. Para as observações será utilizado um roteiro de observação previamente elaborado;
- Observação das situações de ensino: Abrange a observação de aulas ministradas pelos professores titulares na disciplina de História, bem como da turma em que atuará em diferentes situações de ensino e aprendizagem, nas escolas de Ensino Médio. Análise de planos e programas de estudo da disciplina de História, discussões teóricas e temas relativos aos saberes necessários à docência com vistas a preparar o estudante para a prática do planejamento e da ação docente. Para as observações será utilizado um roteiro de observação previamente elaborado;
- Orientação, regência e planejamento das aulas: etapa que compreende a orientação para planejamento de caráter experimental com vistas à regência junto às turmas de alunos das escolas do Ensino Médio. Objetiva-se preparar o futuro professor para a regência em sala de aula através da vivência com situações concretas do cotidiano escolar, a fim de que possa propor e executar o planejamento de atividades teórico-práticas inovadoras relativas ao ensino da História;
- Elaboração de Relatório: momento em que o estagiário, sob a orientação do supervisor do estágio, irá elaborar um relatório com os registros das etapas de observação e regência acompanhado de um texto reflexivo contendo os aspectos relevantes da sua vivência e processo formativo, durante o período de estágio,
- Avaliação teórica e prática sobre a atuação individual no componente curricular.

c) Estágio Supervisionado III

O Estágio Supervisionado III, ofertado no oitavo semestre, compreende 105 (cento e cinco) horas de trabalho teórico e prático em espaços não-escolares como instituições culturais e organizações da sociedade civil. Corresponde a 60 (sessenta) horas presenciais referentes às fundamentações teóricas próprias às ações educativas em História em espaços não-escolares (educação não-formal e informal), 10 (dez) horas concernentes à observação no espaço de atuação, 15 (quinze) horas destinadas a planejamento e orientações, 10 (dez) horas relativas à atuação educativa no espaço não-escolar em questão, e 10 (dez) horas para elaboração de um artigo reflexivo sobre a prática. Contempla as seguintes atividades:

- Observação da realidade da instituição campo: etapa que corresponde à caracterização do espaço não-escolar escolhido para a realização do estágio no que diz respeito a: histórico da instituição, estrutura, recursos, funcionamento, equipe de profissionais e/ou grupo responsável, público, formas de gestão, missão, e outros.
- Levantamento e planejamento de ações: compreende o estudo e a análise de projetos educativos da instituição e a partir do levantamento das potencialidades pedagógicas para o ensino de História em espaços não-escolares e a elaboração de atividades teórico-práticas inovadoras relativas ao ensino da História;

- Elaboração de produção escrita: etapa que abrange, após a conclusão do estágio, a produção escrita em forma de artigo reflexivo sob orientação do supervisor, constando os dados coletados em cada fase do estágio, bem como as reflexões teóricas sobre a prática docente em espaços não-escolares.
- Avaliação teórica e prática sobre a atuação individual no componente curricular.

II. Estágios não curriculares

Esta modalidade corresponde a atividades de estágio com base em Convênios firmados entre a UNIPAMPA e a parte concedente que firmarão as condições para a realização dos mesmos segundo o previsto no Art. 17/Resolução 20/2010 que dispõe de suas normas e organização.

A oficialização do mesmo se dará mediante assinatura de Convênios e de Termo de Compromisso a ser celebrado entre ambas as Instituições – Solicitante e Concedente – através dos quais se definirão as condições para o estágio, assim como, sobre o plano de trabalho do estagiário.

O estágio não curricular se caracteriza como o estágio em instituições públicas e/ou privadas de ensino formal e não formal, órgãos e instituições que desenvolvam projetos em nível de pesquisa e extensão e ainda as ligadas à cultura, educação, esporte, lazer e desenvolvimento sustentável na promoção da cidadania.

Os estágios têm por objetivo proporcionar ao acadêmico o exercício de competências consideradas importantes para o âmbito pessoal e profissional como:

- socializar conhecimentos e aprendizagens a respeito da realidade econômica, histórica e cultural nos diferentes ambientes de trabalho em que realizará o estágio para a consecução de ações que visem o desenvolvimento social local e regional;
- cooperar para a constituição de propostas amparadas no respeito à diversidade, necessidades e demandas locais.
- contribuir de forma autônoma para a qualificação das políticas públicas do campo da educação, desenvolvimento social e da cultura no âmbito local e regional;
- desenvolver ações de pesquisa e extensão visando a produção de conhecimentos que abarquem não só o espaço acadêmico mas as comunidades e demais instituições de ensino (centros de documentação, órgãos e entidades de preservação da cultura e do patrimônio cultural tanto local - ênfase nos bens culturais materiais e materiais nos territórios de fronteira - quanto regional e nacional).

Dos requisitos para realizar o estágio não-curricular, o acadêmico deverá, de acordo com o Art. 17:

- I – estar regularmente matriculado e frequentando as aulas.

II - ter cursado e obtido aprovação em componentes curriculares do curso que integralizem no mínimo 300 (trezentas) horas.

Em relação a suas normas, documentos e atribuições, o estágio não-obrigatório orienta-se pelo disposto nos Capítulos V a VIII da Resolução nº 20/ 2010 que define as suas especificidades.

2.3.1.4. Plano de integralização da carga-horária

Para efetivar a integralização do currículo, com vistas à colação de grau, o acadêmico do Curso de História – Licenciatura deve, necessariamente:

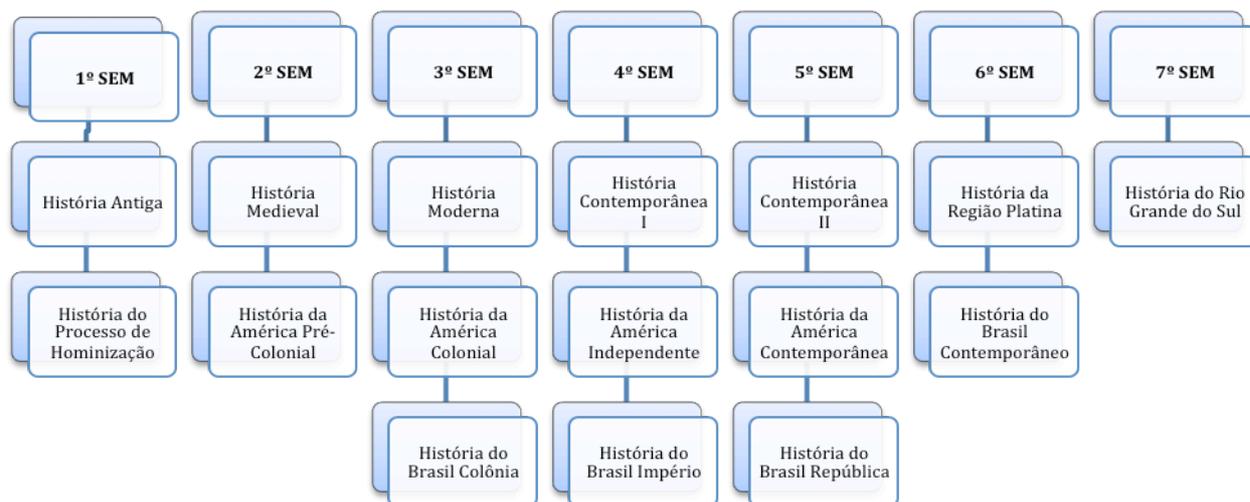
- cumprir, com aprovação, todos os componentes curriculares obrigatórios, incluindo “Trabalho de Conclusão de Curso I” e “Trabalho de Conclusão de Curso II”. O cumprimento deste último (TCC II) depende de aprovação em defesa pública mediante banca avaliadora;
- cumprir a carga horária no mínimo 180 (cento e oitenta) horas de complementares curriculares complementares;
- cumprimento, devidamente comprovado e aprovado, de mínimo 200 (duzentas) horas de atividades complementares de graduação;
- cumprir, com aprovação, os componentes curriculares de estágios supervisionados I, II e III;
- participar do ENADE.

A carga horária a ser integralizada, está distribuída em componentes curriculares diversos, conforme apresenta-se no item “2.3.3. Matriz Curricular”. Neste item detalha-se a articulação entre os componentes que, por sua vez, estão organizados em três eixos integradores: “Saberes Específicos da História”, “Formação Pedagógica” e “Cultura, Sociedade e Investigação”.

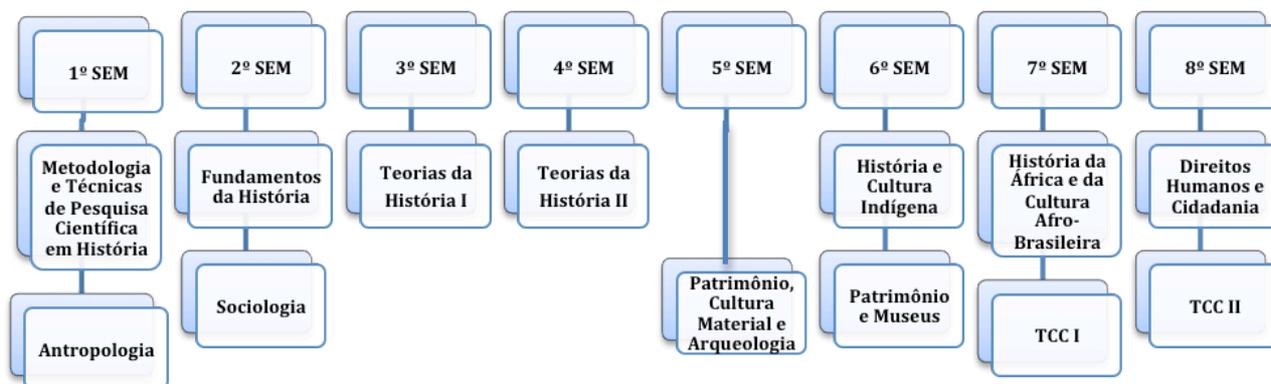
Para cursar os componentes curriculares obrigatórios formadores dos eixos integradores, bem como os componentes curriculares complementares de graduação, não há pré-requisitos, a exceção do TCC II que, para cursá-lo é necessário que o discente tenha cursado, com aprovação o TCC I.

Indicamos os percursos curriculares a serem considerados pelos discentes no momento de suas matrículas, observando as articulações conceituais e contextuais entre os diferentes componentes curriculares, conforme demonstra-se a seguir.

1) Para integralização dos componentes curriculares do Eixo Integrador Saberes Específicos da História, recomenda-se o seguinte percurso curricular semestral:



2) Para integralização dos componentes curriculares do Eixo Integrador Cultura Sociedade e Investigação, recomenda-se o seguinte percurso curricular semestral:

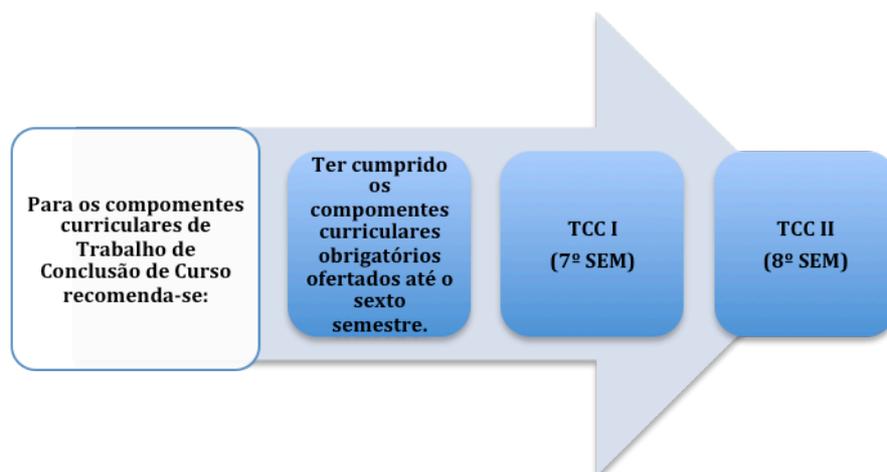


Para alguns dos componentes curriculares de natureza/formação investigativa apontados acima, reafirma-se a indicação de um percurso curricular específico, a saber:



Destaca-se que, para cursar o componente Curricular TCC II o (a) acadêmico(a) deve, necessariamente, ter cursado, como aprovação, o componente curricular TCC I.

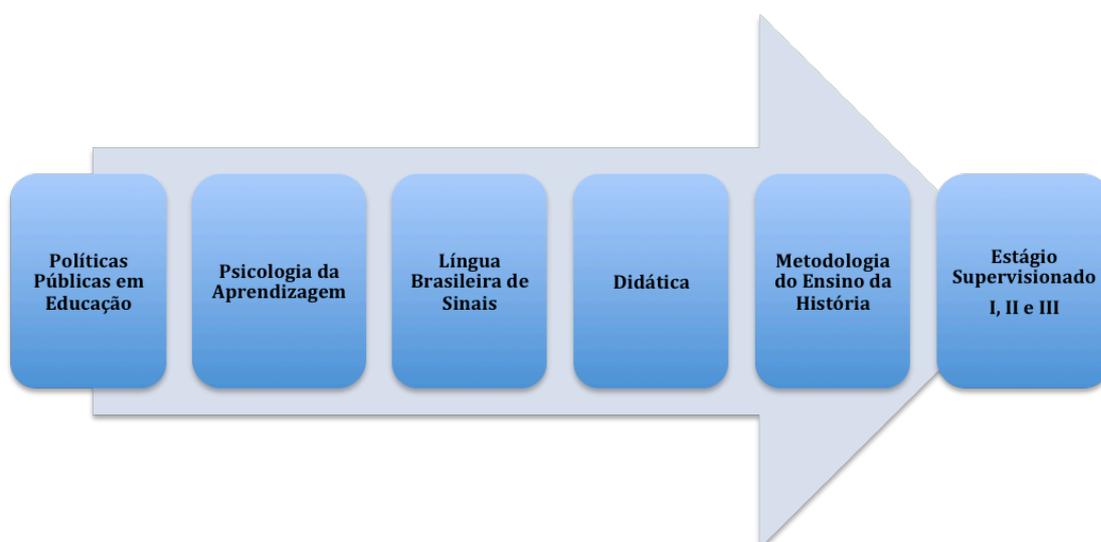
Apesar de não haver pré-requisitos para os componentes curriculares, a exceção do pré-requisito indicado anteriormente (TCC I para cursar TCC II), recomenda-se que o acadêmico observe o percurso indicado a seguir para cursar os componentes Curriculares TCC I e TCC II:



3) Para integralização dos componentes curriculares do Eixo Integrador Formação Pedagógica, recomenda-se o seguinte percurso curricular:

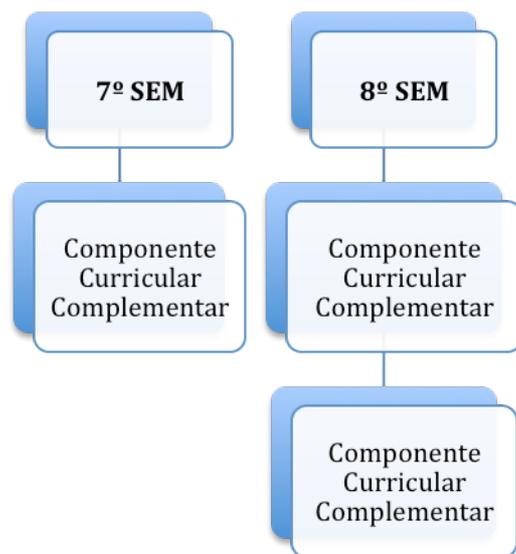


Para integralizar os componentes curriculares Estágio Supervisionado I, Estágio Supervisionado II e Estágio Supervisionado III, em específico, não são obrigatórios cursar outros componentes curriculares como pré-requisito. Entretanto, primando pela qualidade e reponsabilidade na formação de novos professores de História e pelo sucesso da experiência do acadêmico em suas primeiras aproximações com diferentes espaços de ensino e aprendizagem, recomenda-se que o estudante tenha cursado, com aprovação, todos os componentes curriculares obrigatórios ofertados até o quinto semestre, além de observar a seguinte indicação de percurso curricular, no que se refere aos componentes curriculares de caráter pedagógico:



No que se refere aos componentes curriculares complementares de graduação, para integralização da carga horária do curso é exigido que o acadêmico cumpra, no mínimo, 180

horas-aula destes. Tais componentes podem ser cursados em outros cursos de graduação da UNIPAMPA, ou de outra instituição de Ensino Superior devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação brasileiro, mediante solicitação do discente, quando obtiver aprovação, de aproveitamento de estudos junto a secretaria acadêmica do Campus. Além disso, o curso, conforme observa-se no ementário, semestralmente oferece componentes curriculares complementares de graduação em temáticas relacionadas aos eixos integradores de sua matriz. Além disso, recomenda-se que o acadêmico curse um componente curricular complementar de graduação de cada eixo integrador, observando a seguinte distribuição semestral:



2.3.2. Metodologias de ensino e avaliação

2.3.2.1. Metodologia de ensino e avaliação dos processos de ensino e de aprendizagem

A sala de aula é um espaço de interação para a construção do conhecimento e reflexão sobre a transposição didática, em que são trabalhadas diversas formas de abordagem em relação aos temas presentes nos componentes curriculares do Curso de História - Licenciatura. As aulas podem ser desenvolvidas por meio de exposições dialogadas; debates; seminários, apresentações, produções e discussão de filmes e documentários; pesquisa bibliográfica e de campo; produção e avaliação de materiais pedagógicos; etc. Entretanto, metodologia e os instrumentos utilizados são pensados a partir das particularidades de cada componente curricular e perfil de turma, buscando estimular o discente como sujeito de seu próprio processo de construção de conhecimento.

O perfil do Curso de História - Licenciatura prevê uma formação crítica, capaz de formar profissionais atuantes, comprometidos, aptos a relacionar teoria e prática para a transformação social. Para verificar estes processos, em primeiro lugar, as atividades de ensino, pesquisa e extensão devem estar pautadas nestes princípios, com metodologias comprometidas com a

integração dos conteúdos e o desenvolvimento do espírito científico. A pesquisa e a extensão devem ser balizadores e instrumentos das práticas de ensino e poderão ser avaliadas pelo envolvimento dos docentes e discentes em projetos. Além disso, em consonância com as Diretrizes Orientadoras para Elaboração dos Projetos Pedagógicos das Licenciaturas da UNIPAMPA⁷¹, o Curso de História – Licenciatura igualmente afirma que:

Compreende-se que os cursos de licenciatura da UNIPAMPA necessitam identificar as opções de concepções pedagógicas que permeiam cada área do conhecimento, conhecer os projetos em que estão inseridos, almejando passar de uma prática reprodutora para a prática reflexiva, a qual possibilite a avaliação e a reformulação dos processos pedagógicos.

Neste sentido, tem-se como base constituinte de seus eixos de formação a preocupação com a prática docente em/para ambientes educativos escolares ou não, através da oferta de componentes curriculares que possibilitam a experimentação de práticas pedagógicas, estágios supervisionados, etc. Tais eixos consolidam a preocupação com a formação de um docente preparado para atuar em contextos multiculturais, com respeito às diversidades. Diante disto, busca-se tratar de questões relacionadas a aspectos centrais na formação teórica do profissional em História sem deixar de lado a aplicabilidade prática e reflexão em sala de aula - ou outros ambientes educacionais - no que diz respeito a questões relacionadas aos contextos de fronteira, ao patrimônio e ao ensino. Uma vez que *teoria* é concebida não como *o olhar* definitivo sobre a realidade, mas apenas como *um olhar* sobre a realidade – logo, uma das possíveis representações/interpretações dessa “realidade” –, a *prática* se constitui numa *possibilidade* de *outra(s)* interpretações/ ressignificações dessa mesma “realidade”, o que conduz a reformulações/reconstruções da própria teoria. Nesse sentido, a articulação *teoria/prática* deixa de ser um processo instaurado artificialmente para configurar-se como um processo recursivo inerente/imanente à construção de saberes.

Tal aplicação teórico-prática está calcada na simetria invertida que constitui a formação de docentes. Neste aspecto, observa-se que a formação do professor é simetricamente invertida à sua atuação profissional, uma vez que é vivendo o papel de discente que ele aprende a ser professor. Isso tem como implicação primeira o fato de o processo de formação de docentes ter de, necessariamente, oportunizar ao graduando a maior gama possível de situações similares às que deverá experienciar na docência e promover a reflexão constante sobre as situações vividas, isto é, a metacosciência do aprender-ensinar-aprender.

Considera-se ao pensar criticamente as metodologias de ensino que, para ser “ensinável”, convertido em “objeto de ensino” ou em conteúdo curricular, o conhecimento científico – tal como produzido pelo cientista – precisa passar, necessariamente, por um processo de transformação/adaptação. Mesmo porque, quando produzido, não necessariamente tinha como finalidade primeira o ensino, e sim a explicação da “realidade” investigada. Sendo assim, cabe ao professor a tarefa de transpor de forma didática o conhecimento cientificamente produzido para o âmbito do ensino, conferindo-lhe o status de saber escolar. Esse processo de transposição requer do docente, no mínimo, sensibilidade para: recortar do conhecimento disponível o que é pertinente para a situação de ensino; contextualizar esse recorte conforme o

⁷¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Diretrizes Orientadoras para Elaboração dos Projetos Pedagógicos das Licenciaturas da Universidade Federal do Pampa, 2011, p, 22.

tempo/espaço de produção e segundo os objetivos de ensino; organizar/sistematizar esse recorte – valendo-se, para isso, de diferentes linguagens e do uso adequado delas à situação enunciativa pressuposta pelo processo ensino-aprendizagem; e planejar formas de tornar acessível ao discente esse recorte, avaliando sua acessibilidade.

Ou seja: o Curso de História – Licenciatura, de acordo com o objetivo da UNIPAMPA em seus cursos de licenciatura, tem o propósito promover metodologias de ensino e aprendizagem para a formação de docentes que respeitem as diferenças e que sejam agentes ativos na construção uma educação criativa, de uma sociedade melhor e valorizadora dos bens culturais e das histórias locais.

Sob tais pressupostos, a metodologia de ensino se pautará, para orientação docente, em algumas concepções, tais como:

I - o ensino visando à aprendizagem do aluno, reconhecendo a interdisciplinaridade como elemento essencial da construção do saber;

II - o acolhimento e o trato da diversidade;

III - o exercício de atividades de enriquecimento cultural;

IV - o aprimoramento em práticas investigativas;

V - a elaboração e a execução de projetos de desenvolvimento dos conteúdos curriculares;

VI - o uso de tecnologias da informação e da comunicação, perpassando as várias áreas do conhecimento;

VII – o uso de metodologias, estratégias e materiais de apoio inovadores;

VIII - o desenvolvimento de hábitos de colaboração e de trabalho em equipe;

IX – a abordagem de temas transversais como pressupostos formadores da cidadania;

X – a articulação do ensino, da pesquisa e da extensão como base da formação acadêmica.⁷²

Neste sentido, objetiva-se o desenvolvimento de metodologias de ensino que propiciem a formação qualificada de novos profissionais do ensino de História. Para isto a metodologia de trabalho do corpo docente deverá, obrigatoriamente, estar ancorada pelo tripé ação-reflexão-ação, que sinalize na constante resolução de problemas e qualificação dos processos de ensino e aprendizagem.

Quanto ao sistema de avaliação, de acordo com a Resolução nº 29/2011, artigo 59, será considerado aprovado o acadêmico que obtiver nota final maior ou igual a 6,0 (seis) e, atender ao mínimo de 75% (setenta e cinco) de frequência às aulas.

⁷² UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Diretrizes Orientadoras para Elaboração dos Projetos Pedagógicos das Licenciaturas da Universidade Federal do Pampa, 2011, p. 22.

A obtenção da nota final de cada componente curricular deve resultar de formas diversificadas de avaliação, a seguir descritas. Principais formas de avaliação:

- Diagnóstica – esta forma de avaliação pressupõe o discente como um agente relacionado a um processo de aquisição significativa de conhecimento. O docente elabora um conjunto de atividades diagnosticas para conhecer do discente suas aptidões, interesses, capacidades e competências enquanto pré-requisitos para trabalhos futuros, e tem como objetivo orientar, explorar, identificar, adaptar e prever. A avaliação diagnóstica pode ser realizada através de tarefas de sondagens, pré-testes, questionários, observações.
- Formativa – esta forma de avaliação tem como meta comprovar se as atividades que estão sendo desenvolvidas estão de acordo com o planejado pelo docente, documentando como estão ocorrendo, apontando sucessos e fracassos, identificando áreas problemáticas e fazendo recomendações.
- Somativa – esta forma de avaliação pode ser realizada através de pareceres escritos ou orais do professor sobre seminários, artigos, avaliações pontuais, etc, desenvolvidos pelos alunos, e que permite identificar o reconhecimento das etapas do processo de ensino e aprendizagem.

A todo discente é assegurada a realização de atividades de recuperação de aprendizagem promovidas ao longo do desenvolvimento do componente curricular, conforme assegura o artigo 61 da Resolução nº 29/2011, em uma perspectiva de avaliação contínua e diagnóstica, apresentadas nos respectivos planos de ensino. Contudo, as atividades de recuperação dos processos de ensino-aprendizagem bem como as avaliações, não devem ser observadas ou praticadas pelos docentes como ações punitivas, mas sim como uma forma de promoção de construção efetiva de conhecimento e do pleno sucesso da garantia dos processos de ensino e aprendizagem.

Desta forma, assume-se outra função que não a tradicional medição e constatação de aprendizagem realizada pelo docente. A avaliação, de outra forma, serve como indicador para orientar a prática educacional, para mostrar aos professores e alunos quando é preciso realizar ajustes no processo educativo, dando elementos para fazerem e refazerem o seu plano de trabalho, determinando os conteúdos e as formas de aprofundamento de cada tema/ação/atividade. Assim, recomenda-se que a avaliação não seja realizada apenas em momentos específicos ou no final do semestre letivo; ela precisa acontecer ao longo de todo o período de trabalho acadêmico.

Além disso, é garantido que educadores e alunos tenham os seus instrumentos de registros, que eles sejam coerentes com a proposta pedagógica do curso e da instituição e, em especial, que o aluno entenda como será avaliado e que os resultados sejam discutidos com ele.

O objetivo maior da avaliação, neste sentido, não é apenas registrar dados internos, para os cursos ou a instituição, a respeito do desenvolvimento do aluno e da realidade de sua proposta de trabalho; mas reunir dados que garantam aos discentes condições reais de aprendizagem,

desenvolvimento e formação profissional, num processo efetivo de reconstrução. Por ser uma proposta social e política, a avaliação não pode ficar restrita aos parâmetros de um único professor. Aqui se destaca o importante papel do NDE e da Comissão de Curso na garantia da realização constante deste perfil avaliativo no processo de ensino e aprendizagem da formação de professores de História na UNIPAMPA, Campus Jaguarão.

Em síntese, tendo como princípio básico que o aluno, no Ensino Superior, busca na instituição um processo de aprendizagem efetivo em sua formação profissional desejada, e não apenas ser aprovado, a avaliação deve traduzir o seu desenvolvimento escolar, seu desempenho como um processo global e significativo e sua caminhada na formação profissional que se objetiva neste curso. Assim colocados, os procedimentos adotados não podem traduzir realidades estanques, fechadas, cerceando o processo construtivo e evolutivo do conhecimento.

2.3.3. Matriz curricular

O currículo do Curso de História – Licenciatura é formado a partir de três eixos integradores que visam à formação do licenciado em História pautada no perfil do egresso anunciado neste documento, bem como pelas diferentes demandas sociais e educativas do contexto de inserção e atuação deste curso. Os eixos integradores são formados por componentes curriculares obrigatórios e complementares articulados que fomentam a formação específica do historiador, bem como sua formação pedagógica e generalista.

Fluxograma 1: Eixos Integradores do Curso de História – Licenciatura.



Os componentes curriculares estão distribuídos ao longo dos oito semestres de curso e proporcionam a sincronia dos três eixos, possibilitando a contínua transposição didática na formação de professores de História. Considera-se, portanto, que a formação destes educadores é desenvolvida com base na simetria invertida, ou seja, é como aluno que o

acadêmico desenvolve competências e habilidades necessárias para tornar-se docente, sendo necessário, desta maneira, experimentar diferentes práticas pedagógicas ao longo de sua formação. Assim, como posteriormente poder-se-á observar na matriz curricular deste curso, as práticas como componentes curriculares compõem 400 (quatrocentas) horas distribuídas em diversos componentes curriculares obrigatórios, dos três eixos integradores, fomentando a citada transposição didática pautada na simetria invertida. Além disso, destaca-se que em cada um dos eixos os componentes curriculares estão interligados a partir de articulações temáticas e conceituais.

No fluxograma a seguir apresentamos os três eixos integradores e os componentes curriculares que os compõe.

Fluxograma 2. Curso de História – Licenciatura.



Legenda

Vermelho: Eixo Integrador Saberes Específicos da História

Verde: Eixo Integrador Cultura, Sociedade e Investigação

Azul: Eixo Integrador Formação Pedagógica

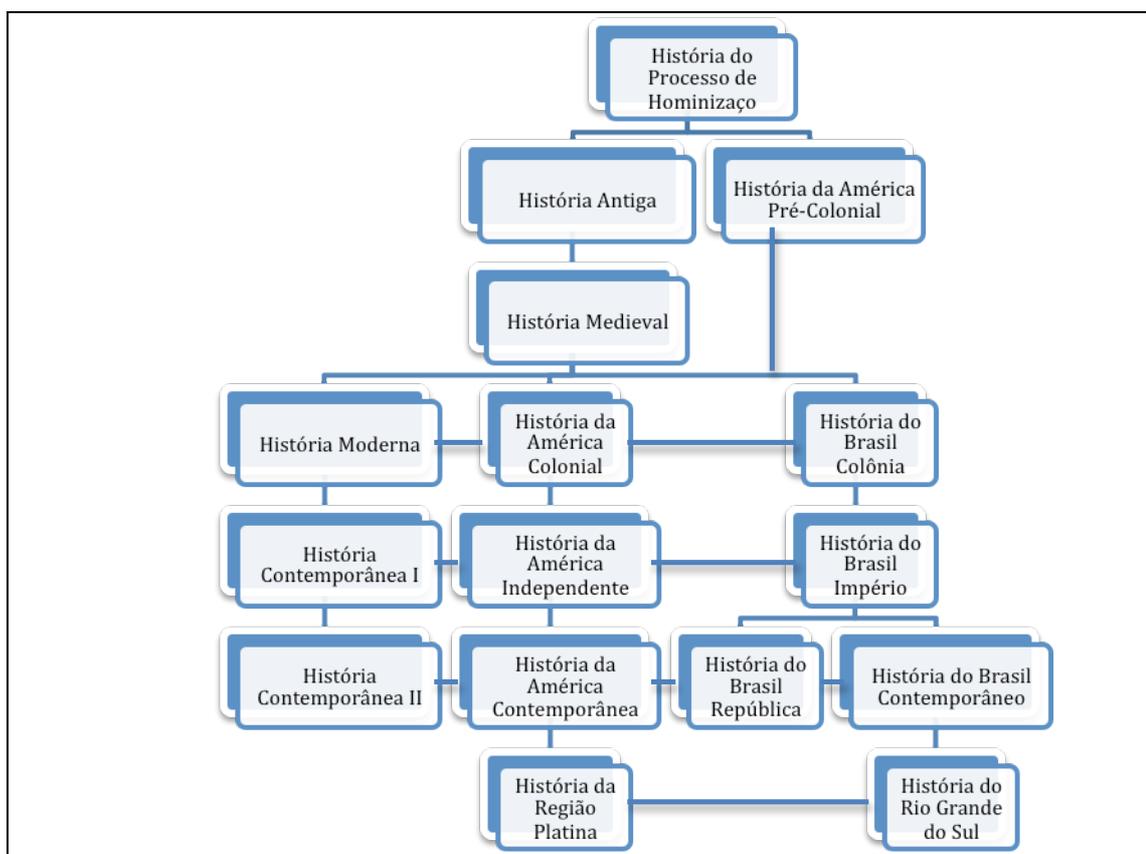
Apresentação e organização dos Eixos Integradores

I. Eixo Integrador “Saberes Específicos da História”

O eixo integrador Saberes específicos da História é composto por componentes curriculares organizados a partir de três núcleos que remetem à articulação temática relacionada à História Geral, à História da América e Regional e à História do Brasil, dispostos entre o primeiro e o sétimo semestre do curso, num total de 960 (novecentas e sessenta) horas. Este eixo visa, como o próprio nome indica, a formação específica do historiador considerando, igualmente, o contexto de inserção do curso, ou seja, uma região de fronteira, bem como a transposição didática das temáticas trabalhadas para a formação de docentes. Desta maneira, cada um dos componentes curriculares deste eixo integrador são desenvolvidos em 60 (sessenta) horas-aula, das quais 45 (quarenta e cinco) são teóricas e 15 (quinze) correspondem às práticas como componentes curriculares que proporcionam ao acadêmico:

- Produzir e/ou discutir materiais didáticos;
- Observar como as temáticas abordadas são desenvolvidas nos espaços educativos da cidade;
- Observar e vivenciar espaços educativos;
- Experienciar, no seu ambiente de sala de aula, possibilidades didáticas e pedagógicas para o ensino dos conteúdos desenvolvidos nos componentes curriculares deste eixo.

Fluxograma 3. Articulação contextual e temática dos componentes curriculares do eixo integral “Saberes Específicos da História”.



Apresentamos a seguir como este eixo está organizado desde os diferentes temas e contextos abordados.

a) Componentes Curriculares do Núcleo de História Geral

Estes componentes estão distribuídos entre o primeiro e o quinto semestre do curso e correspondem a 360 (trezentas e sessenta) horas organizadas em 270 (duzentas e setenta) teóricas e 90 (noventa) de práticas como componentes curriculares. Tem como objetivo tratar de temáticas relacionadas à formação básica do historiador, desde a origem da humanidade (abordada no componente curricular História do Processo de Hominização) até a história contemporânea, contemplando, igualmente, questões relacionadas ao ensino destas temáticas. Os componentes curriculares deste núcleo lançam bases temáticas, contextuais e conceituais para o desenvolvimento dos demais.

Fluxograma 4. Componentes Curriculares do Núcleo de História Geral.



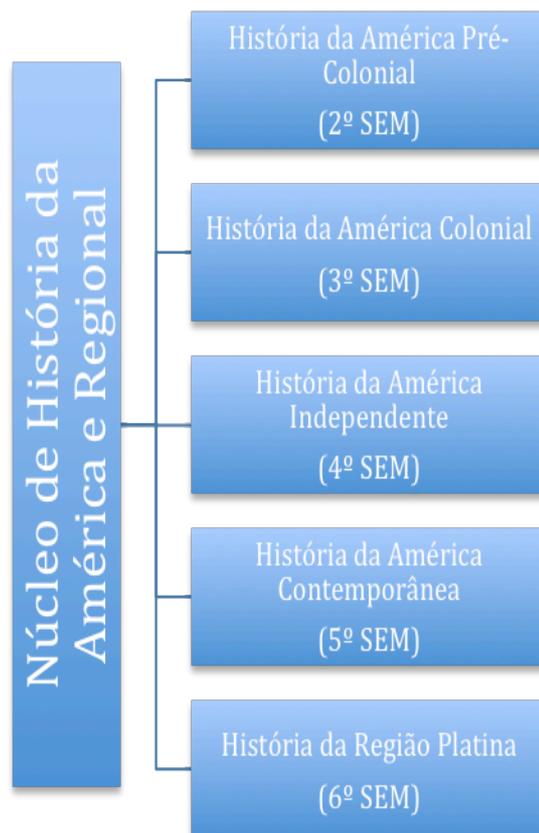
b) Componentes Curriculares do Núcleo de História da América e Regional

Estes componentes estão distribuídos entre o segundo e o quinto semestre do curso e correspondem a 300 (trezentas) horas organizadas em 225 (duzentas e vinte cinco) teóricas e 75 (setenta e cinco) de práticas como componentes curriculares. Tem como objetivo tratar de temáticas relacionadas à História da América, desde o período pré-colonial até a contemporaneidade, e inclui um componente curricular dedicado à História da Região Platina. Desta forma, este núcleo visa, além de discutir as temáticas pautadas desde os nomes dos componentes curriculares e de questões relacionadas ao ensino destas, abordar a ocupação do espaço e a formação das fronteiras no Brasil Meridional. Esta discussão dar-se-á principalmente no componente curricular História da Região Platina, no qual também serão tratados aspectos teóricos e metodológicos da História Regional. Abordar temáticas relacionadas à História da América em geral e da Região Platina em particular deve-se à inserção do curso numa região de fronteira, ou seja, num contexto social, cultural e histórico que necessita ser observado e problematizado por diferentes matizes.

O componente curricular denominado História da América Pré-Colonial oferece ao graduando a possibilidade de apropriar-se dos principais debates que envolvem a questão do povoamento do continente americano, bem como de conhecer atualizadas discussões sobre os diferentes

grupos culturais que habitavam este continente antes da chegada dos europeus e da formação da estrutura europeia de colonização. Destaca-se também que, ao nos referirmos à América Pré-Colonial, tratamos do continente como um todo, incluindo o atual território brasileiro. Desta maneira, este componente curricular também contribui para o desenvolvimento do Núcleo de História do Brasil e no reconhecimento e respeito à diversidade cultural e as culturas indígenas do continente americano.

Fluxograma 5. Componentes Curriculares do Núcleo de História da América e Regional.



c) Componentes Curriculares do Núcleo de História do Brasil

Estes componentes estão distribuídos entre o terceiro e o sétimo semestre do curso e correspondem a 300 (trezentas) horas organizadas em 225 (duzentas e vinte cinco) teóricas e 75 (setenta e cinco) de práticas como componentes curriculares. Tem como objetivo tratar de temáticas relacionadas à História do Brasil desde a constituição da América portuguesa até a contemporaneidade, abordando o ensino - na Educação Básica - dos conteúdos discutidos. Além disso, este núcleo contempla, desde a perspectiva da história regional, um componente curricular focado na História do Rio Grande do Sul. Com este componente objetiva-se aprofundar as discussões sobre a história regional (região platina), igualmente observando o contexto fronteiriço. Desta forma, este núcleo encontra significativa articulação com o Núcleo de História da América e Regional.

Fluxograma 6. Componentes Curriculares do Núcleo de História do Brasil.



II) Eixo Integrador “Cultura, Sociedade e Investigação”

O eixo integrador Cultura, Sociedade e Investigação é composto por componentes curriculares que visam, dentre outros objetivos, contribuir para a formação geral de um docente/pesquisador. Objetivam, desta maneira, desenvolver competências e habilidades pertinentes a formação interdisciplinar de um docente socialmente engajado e, conseqüentemente, questionador e transformador do contexto social, histórico e cultural em que vive e atua profissionalmente.

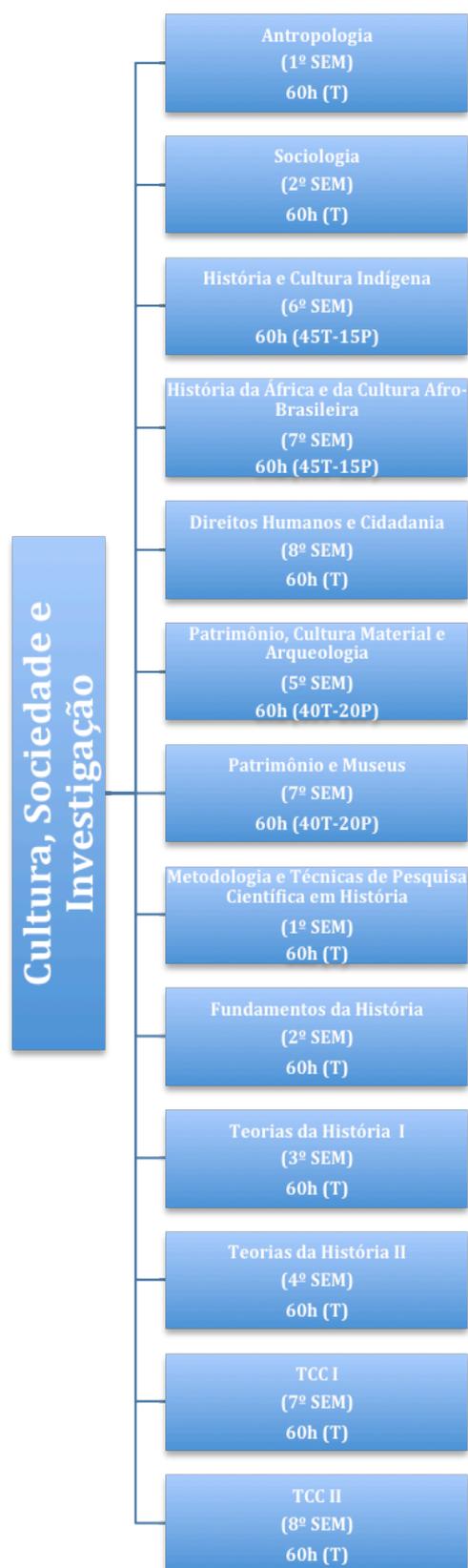
Os componentes curriculares deste eixo integrador estão organizados do primeiro ao oitavo semestre do curso e totalizam 780 (setecentas e oitenta) horas, das quais 710 (setecentas e dez) são teóricas e 70 (setenta) são de práticas pedagógicas que proporcionam ao acadêmico:

- Produzir e/ou discutir materiais didáticos;
- Observar como as temáticas abordadas são desenvolvidas no ensino de História nos espaços educativos da cidade;
- Observar e vivenciar diferentes espaços educativos;

- Experimentar, no seu ambiente de sala de aula, possibilidades didáticas e pedagógicas para articulação dos conteúdos teóricos desenvolvidos nos componentes curriculares deste eixo no ensino de História e em sua ação social como um todo.

Apresentamos a seguir como este eixo está organizado desde os diferentes temas abordados em cada componente curricular, indicando o semestre em que o componente está inserido no curso, sua carga horária total e a divisão entre carga horária teórica (T) e prática como componente curricular (P).

Fluxograma 7. Eixo Integrador “Cultura, Sociedade e Investigação”.



Considerando o contexto de inserção do curso e o perfil do egresso anunciado, este eixo tem seus componentes curriculares organizados na articulação de três núcleos: núcleo investigação; núcleo cultura e sociedade; núcleo ações afirmativas e direitos humanos.

Fluxograma 8. Núcleos formadores de articulação do Eixo Integrador

“Cultura, Sociedade e Investigação”



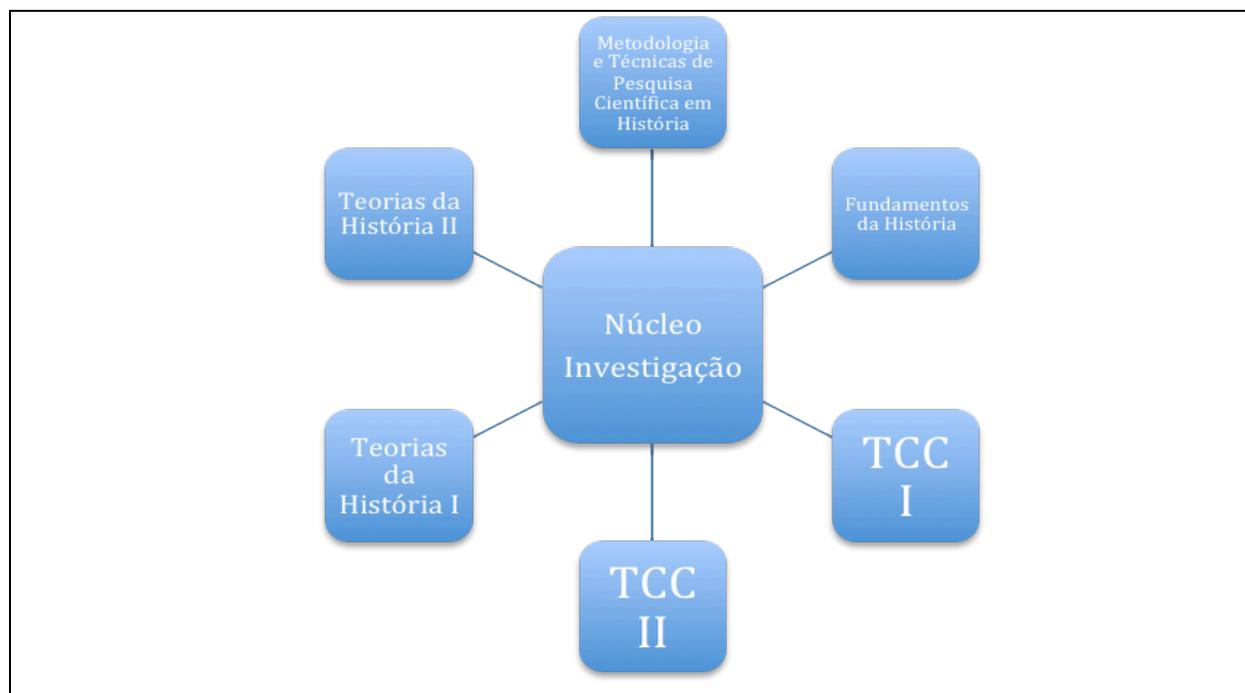
a) Componentes Curriculares do Núcleo Investigação

Os componentes curriculares do núcleo denominado Investigação tem como objetivo a formação de um professor/pesquisador. Composto por seis componentes este núcleo fomenta a apropriação de referentes básicos da vida acadêmica na formação do historiador, como o abordado em Metodologia e Técnicas de Pesquisa Científica em História e em Fundamentos da História, até os referentes mais complexos e propositivos desenvolvidos em TCC I e TCC II. Além disto, o núcleo apresenta dois componentes curriculares que discutem as teorias da História (Teorias da História I e II).

Compreende-se as discussões teóricas como fundamentais para a compreensão da produção histórica, do papel social e político da História e de suas diferentes narrativas. Entretanto, destaca-se mais uma vez que estes componentes fazem parte da formação básica de um professor/pesquisador de História. Desta forma, chamamos atenção ao fato de que este núcleo

está diretamente relacionado com todos os demais eixos formadores da matriz curricular do Curso de História – Licenciatura.

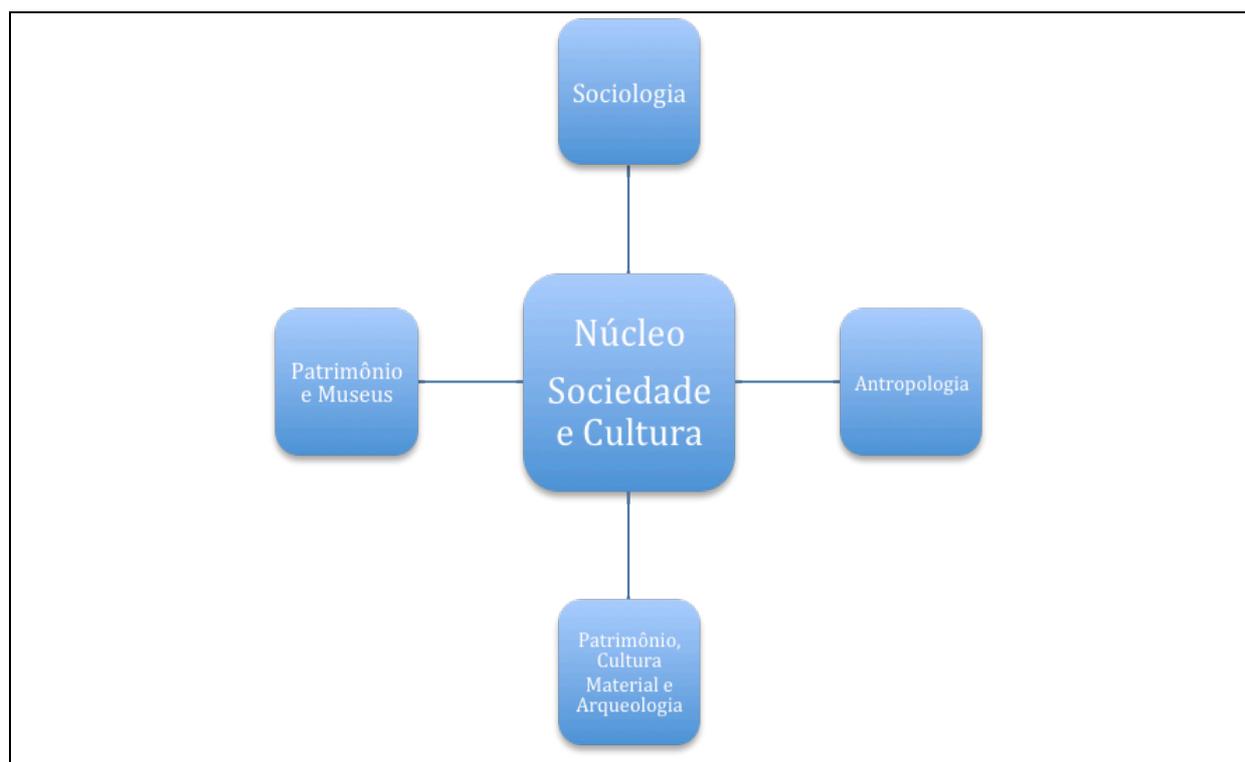
Fluxograma 9. Componentes Curriculares do Núcleo Investigação.



b) Componentes Curriculares do Núcleo Sociedade e Cultura

O Núcleo *Sociedade e Cultura* visa contribuir para a formação geral do historiador, considerando o contexto de inserção do curso - a cidade de Jaguarão; seu patrimônio e o conjunto histórico paisagístico recentemente tombado pelo IPHAN; sua cultura; sua localização fronteiriça, etc. Composto por quatro componentes curriculares, este núcleo tem 240 (duzentas e quarenta) horas, das quais 200 (duzentas) são teóricas e 40 (quarenta) práticas como componentes curriculares. A carga horária de prática como componente curricular está centrada nos componentes Patrimônio, Cultura Material e Arqueologia e Patrimônio e Museus, com o objetivo de debater a construção dos patrimônios através dos diferentes espaços da cidade para o ensino de História. Os componentes curriculares Antropologia e Sociologia, por sua vez, tem como objetivo a formação de um historiador crítico, desnaturalizador da sociedade e das relações sociais em que vive e atua profissionalmente, que respeite e valorize a diversidade cultural. Além disso, este núcleo igualmente visa a formação interdisciplinar do futuro professor.

Fluxograma 10. Componentes Curriculares do Núcleo Sociedade e Cultura.



c) Componentes Curriculares do Núcleo Ações Afirmativas e Direitos Humanos

O núcleo *Ações Afirmativas e Direitos Humanos* é composto por três componentes curriculares distribuídos em 180 (cento e oitenta) horas, das quais 150 (cento e cinquenta) são teóricas e 30 (trinta) são destinadas à práticas como componentes curriculares. Com o objetivo de proporcionar a formação de um docente que respeite e valorize a diversidade étnica e cultural, valorize a vida, o meio ambiente e os direitos humanos, este núcleo encontra apoio na seguinte legislação:

I. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências;

II. Lei 11.645, de 10 de março de 2008, que altera a lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”;

III. Resolução 1, de 30 de maio de 2012, que estabelece as diretrizes nacionais para a educação em Direitos Humanos.

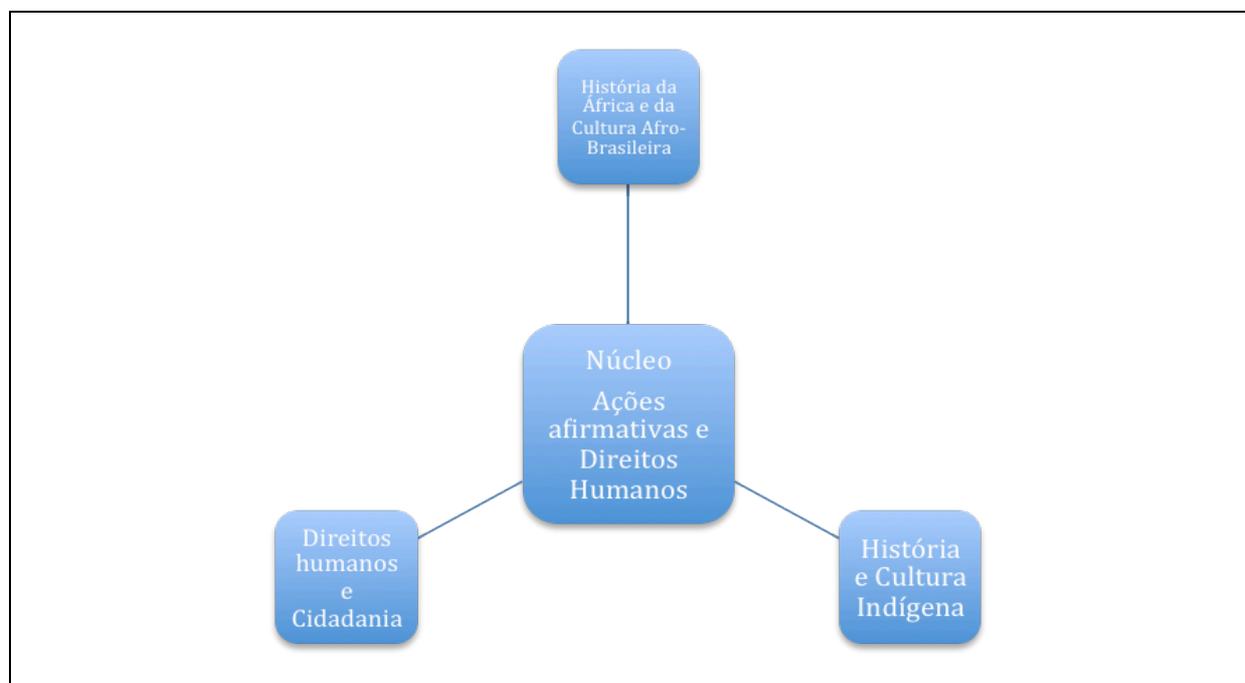
IV. Parecer CNE/CP nº 14, de 06 de junho de 2012 – Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

V. Resolução CNE nº 2 de 15 de junho 2012 – Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental Brasília: Ministério da Educação.

VI. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

As temáticas desenvolvidas em tais componentes fazem, de uma forma ou outra, parte do currículo deste curso como um todo. Entretanto, buscando dar maior ênfase à valorização da diversidade étnica e cultural deste país, aos direitos humanos, a sustentabilidade e a cidadania como instrumento e prática educativa, o Curso de História – Licenciatura oferta estes componentes como forma de ampliar e aprofundar tais discussões e contribuir na formação de um docente socialmente engajado e responsável com o outro em seu fazer profissional.

Fluxograma 11. Componentes Curriculares do Núcleo Ações Afirmativas e Direitos Humanos.



Observa-se ainda que, com o objetivo de efetivar o perfil do egresso desejado, o Curso de História Licenciatura conta com o componente curricular complementar, vinculado a este núcleo, denominado Educação e Meio Ambiente. Tal componente contempla 60 (sessenta) horas, destas 30 (trinta) são de natureza teórica e 30 (trinta) são de natureza prática. Vinculado ao Curso de Pedagogia do Campus Jaguarão, o Componente Curricular Complementar, Educação e Meio Ambiente tem como objetivo proporcionar aos acadêmicos a construção do conhecimento em Educação Ambiental (EA), através de diversas abordagens e marcos teóricos e legais da área, visando a efetiva participação para a inclusão da EA nos diversos projetos a serem desenvolvidos na rede escolar; o desenvolvimento de projetos de educação ambiental, nos planos formal e não-formal e a investigação e a intervenção em projetos de educação ambiental e de modelos de desenvolvimento sustentável adequados às

especificidades sócio-ambientais das comunidades envolvidas. Nesta perspectiva, compreendemos a EA como um dos pilares dos direitos humanos e da construção da cidadania, na formação de novos educadores.

III. Eixo Integrador “Formação Pedagógica”

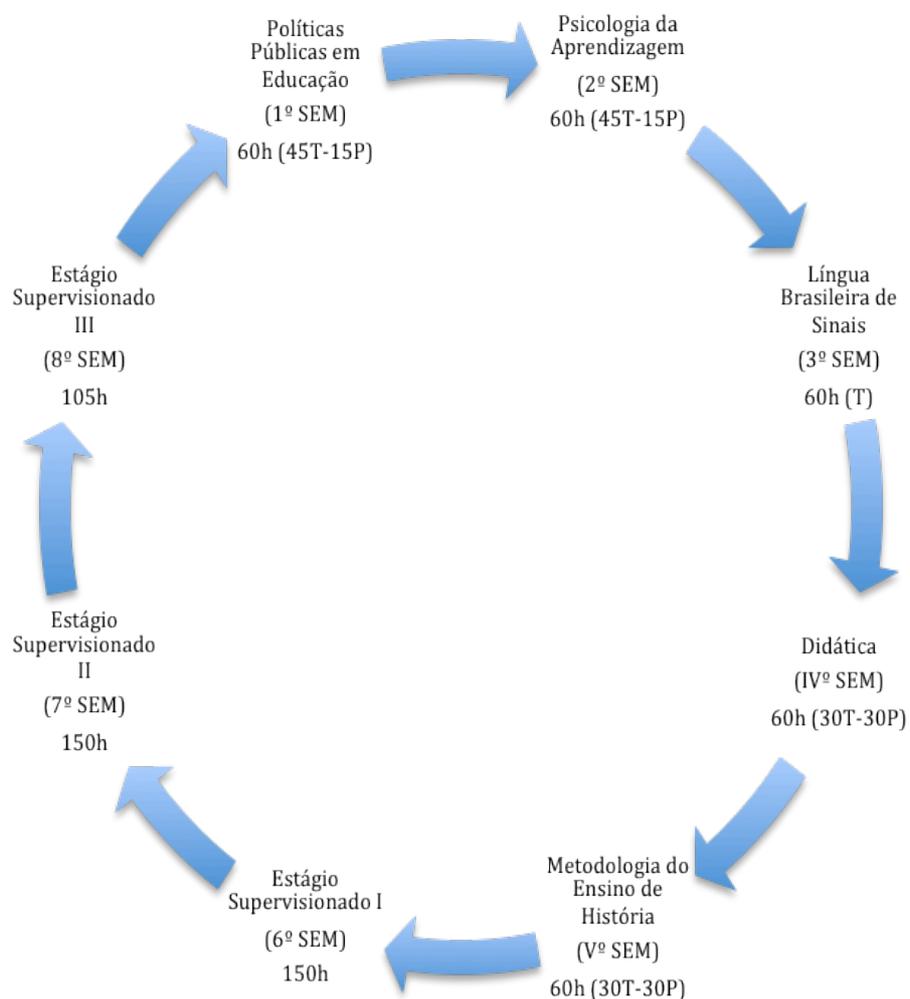
O eixo integrador Formação Pedagógica é composto por componentes curriculares que visam à formação pedagógica geral e específica do futuro professor, incluindo os componentes curriculares de Estágio Supervisionado I, II e III nos quais o acadêmico experiencia o ensino de História no Ensino Fundamental, Médio e em espaços não escolares, respectivamente.

Os componentes curriculares deste eixo integrador estão organizados do primeiro ao oitavo semestre do curso e totalizam 705 (setecentas e cinco) horas. Os estágios compõem 405 (quatrocentas e cinco) horas, ao passo que os demais cinco componentes somam um total de 300 (trezentas) horas, das quais 210 (duzentas e dez) são teóricas e 90 (noventa) são destinadas às práticas como componentes curriculares em que os proporcionam ao acadêmico:

- Produzir e/ou discutir materiais didáticos;
- Observar como as temáticas abordadas são desenvolvidas no ensino de História nos espaços educativos da cidade;
- Observar e vivenciar diferentes espaços educativos;
- Experimentar, no seu ambiente de sala de aula, possibilidades didáticas e pedagógicas para articulação dos conteúdos teóricos desenvolvidos nos componentes curriculares deste eixo no ensino de História.

Apresentamos a seguir como este eixo está organizado desde os diferentes temas abordados em cada componente curricular, indicando o semestre em que o componente está inserido no curso, sua carga horária total e a divisão entre carga horária teórica (T) e prática como componente curricular (P).

Fluxograma 12. Eixo Integrador Formação Pedagógica.



Com base na articulação dos três eixos e seus respectivos núcleos apresentados acima a matriz curricular do Curso de História – Licenciatura, da UNIPAMPA, compõem-se da seguinte forma:

MATRIZ CURRICULAR

	Componente Curricular	Carga Horária Teórica (Hora/Aula)	Carga Horária de Prática como componente curricular (Hora/Aula)	Carga Horária Total (Hora/Aula)
I SEM	História do Processo de Hominização	45	15	60
	História Antiga	45	15	60
	Antropologia	60		60
	Metodologia e Técnicas de Pesquisa Científica em História	60		60
	Políticas Públicas em Educação	45	15	60
	Carga horária total do semestre	255	45	300
II SEM	História Medieval	45	15	60
	História da América Pré-Colonial	45	15	60
	Sociologia	60		60
	Fundamentos da História	60		60
	Psicologia da Aprendizagem	45	15	60
	Carga horária total do semestre	255	45	300
III SEM	História Moderna	45	15	60
	História da América Colonial	45	15	60
	História do Brasil Colônia	45	15	60

	Teorias da História I	60		60
	Língua Brasileira de Sinais ⁷³	60		60
	Carga horária total do semestre	255	45	300
IV SEM	História Contemporânea I	45	15	60
	História da América Independente	45	15	60
	História do Brasil Império	45	15	60
	Teorias da História II	60		60
	Didática	30	30	60
	Carga horária total do semestre	225	75	300
V SEM	História Contemporânea II	45	15	60
	História da América Contemporânea	45	15	60
	História do Brasil República	45	15	60
	Patrimônio, Cultura Material e Arqueologia	40	20	60
	Metodologia do Ensino de História	30	30	60
	Carga horária total do semestre	205	95	300
VI SEM	História e Cultura Indígena	45	15	60
	História da Região Platina	45	15	60

⁷³ Decreto no 5.626/2005.

	História do Brasil Contemporâneo	45	15	60
	Patrimônio e Museus	40	20	60
	Estágio Supervisionado I			150
	Carga horária total do semestre	175	65	390
VII SEM	História da África e da Cultura Afro-Brasileira	45	15	60
	História do Rio Grande do Sul	45	15	60
	TCC I			60
	Estágio Supervisionado II			150
	Componente curricular complementar de graduação	60		60
	Carga horária total do semestre	150	30	390
VIII SEM	Direitos Humanos e Cidadania	60		60
	Componente curricular complementar de graduação	60		60
	Componente curricular complementar de graduação	60		60
	TCC II ⁷⁴			60
	Estágio Supervisionado III			105

⁷⁴ O Componente Curricular TCC II tem como pré-requisito o TCC I. Desta forma, o(a) discente poderá cursar TCC II se, necessariamente, tiver obtido aprovação em TCC I.

Carga horária total do semestre	180		345
Total	1.700	400	2.625

Destaca-se ainda que, quando da construção deste Projeto Pedagógico de Curso, o Curso de História - Licenciatura já estava em funcionamento, apesar de não ter tido um PPC anterior. Desta forma, faz-se necessário apresentar uma planilha com as equivalências entre os componentes curriculares apresentados neste projeto e aqueles já ofertados, tal documento encontra-se disponível no apêndice III deste projeto.

Observa-se, em tempo, que alguns componentes curriculares foram anteriormente ofertados com 75 (setenta e cinco) horas e que, a partir deste PPC, passam a serem ofertados com 60 (sessenta) horas. São eles: Fundamentos da História, Psicologia da Aprendizagem e Políticas Públicas em Educação. As 15 (quinze) horas restantes, terão equivalências como Atividades Complementares de Graduação. O mesmo procedimento é adotado com os componentes curriculares já ofertados denominados Arquivística, Inglês I, Latim I e Francês I, todos com 30 (trinta) horas, e que não encontram equivalência na matriz curricular do curso. Estes passam, a partir deste projeto, a encontrar equivalência como Atividades Complementares de Graduação.

2.3.4. Ementário

Componentes Curriculares Obrigatórios

I SEMESTRE

História Antiga
Carga Horária: 60h
Ementa: Economia, política, sociedade, cultura e religião no Oriente Próximo e Mediterrâneo Antigo (3000 a.C. – 476 d.C.). Ênfase nas sociedades mesopotâmias, egípcia, grega e romana. As relações do mundo Antigo com a contemporaneidade. As fronteiras e a integração no mundo mediterrâneo. A História Antiga e o ensino de História.
Objetivos: Analisar as primeiras civilizações do Oriente Próximo e Ocidente Clássico em suas principais características, trazendo à tona uma leitura interpretativa que realce a importância dos legados civilizacionais para a sociedade contemporânea. Discutir e elaborar e/ou experienciar materiais didáticos e/ou práticas pedagógicas referentes à temática na Educação Básica.
Referências Básicas: FUNARI, Pedro Paulo A. <i>Grécia e Roma</i> . São Paulo: Contexto, 2001. PINSKY, Jayme. <i>As primeiras civilizações</i> . São Paulo: Contexto, 2009. DUBY, Georges. <i>História da Vida Privada volume um: do Império Romano ao ano mil</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
Referências Complementares: BOTTERO, Jean. <i>No começo eram os deuses</i> . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. CARTLEDGE, Paul. <i>Grécia Antiga</i> . Rio de Janeiro: Ediouro, 2009. CORASSIN, Maria Luiza. <i>Sociedade e política na Roma Antiga</i> . São Paulo: Atual Editora, 2001. GRIMAL, Pierre. <i>História de Roma</i> . São Paulo: Editora da Unesp, 2011. JOHNSON, Paul. <i>Egito Antigo</i> . Rio de Janeiro: Ediouro, 2009.

História do Processo de Hominização
Carga Horária: 60h
Ementa: Antropogênese. Criacionismo. Evolucionismo. Transformações ambientais e o processo de hominização. Transformações biofísicas e o processo de hominização. Tecnologias, arte, cultura material e o processo de hominização. Desenvolvimento de culturas humanas anteriores a emergência das sociedades urbanas. Materiais didáticos e possibilidades pedagógicas de ensino.
Objetivos: Discutir as diferentes abordagens e problemáticas relativas ao processo de hominização. Abordar a evolução humana como um processo eminentemente biocultural. Discutir e elaborar e/ou experienciar materiais didáticos e/ou práticas pedagógicas referentes à temática na Educação Básica.
Referências Básicas: ARSUAGA, Juan Luis. <i>O Colar do Neandertal</i> – em busca dos primeiros pensadores. São Paulo: Globo, 2005. MARTÍNEZ, Víctor M. <i>Prehistoria: el largo camino de la humanidad</i> . Madrid: Alianza Editorial, 2009. PENA, Sérgio D. J. <i>Humanidade sem raças?</i> São Paulo: Publifolha, 2008.
Referências Complementares: ANDRADE, Guilhermina Rebelo de, et al (coord. da edição portuguesa). <i>História da Humanidade</i> – a Pré-história e o início da civilização. Lisboa: Verbo, 2000. Vol 1. FOLEY, Robert. <i>Os humanos antes da humanidade</i> – uma perspectiva evolucionista. São Paulo: UNESP, 2003. MITHEN, Steven. <i>A pré-história da mente</i> – uma busca das origens da arte, da religião e da ciência. São Paulo, UNESP, 2002. SALGADO-LABOURIAU, Maria Léa. <i>A História Ecológica da Terra</i> . São Paulo: Edgar-Blücher, 1994.

Antropologia
Carga Horária: 60h
Ementa: Fundamentos da ciência antropológica no universo das ciências sociais. Principais conceitos e escolas teóricas. Crítica aos preconceitos. Análise da perspectiva antropocêntrica. Construção das diferenças a partir dos padrões de normalidade e desvio social. Pesquisa antropológica e trabalho de campo.
Objetivos: Discutir a história da Antropologia como ciência e suas principais correntes teóricas, enfatizando os conceitos centrais desta área de conhecimento, possibilitando olhar antropológicamente o mundo. Discutir a relevância da abordagem e de conceitos antropológicos na análise das diversas sociedades e culturas em diferentes contextos históricos.
Referências Básicas: CUCHE, Denys. <i>A noção de cultura nas ciências sociais</i> . Bauru: EDUSC, 2002. DA MATTA, Roberto. <i>Relativizando: uma introdução a antropologia social</i> . Petrópolis - RJ: Vozes, 2007. LAPLANTINE, François. <i>Aprender antropologia</i> . São Paulo: Brasiliense, 1988.
Referências Complementares: BOAS, Franz. <i>Antropologia cultural</i> . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2010. CASTRO, Celso (Org.). <i>Evolucionismo cultural: textos de Morgan, Taylor e Frazer</i> . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2005. ERIKSSON, Thomas H., NIELSEN, Finn S. <i>História da Antropologia</i> . Petrópolis - RJ: Vozes, 2007. LARAIA, Roque de Barros. <i>Cultura: um conceito antropológico</i> . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2002. MELLO, Luiz Gonzaga. <i>Antropologia cultural: iniciação, teoria e temas</i> . Petrópolis - RJ: Vozes, 2003.

Metodologia e Técnicas da Pesquisa Científica em História
Carga Horária: 60h
Ementa: Principais etapas do desenvolvimento de investigação científica em História. A história-problema e a definição do objeto de pesquisa. O historiador e suas ferramentas. As fontes e os acervos documentais. Metodologias e técnicas de pesquisa.
Objetivos: Identificar e executar as etapas fundamentais do desenvolvimento da investigação científica em História; dominar os diferentes instrumentos práticos e teóricos e tipos de produção próprios à atividade do historiador; compreender a natureza e especificidade dos diferentes tipos de fontes e metodologias na produção do conhecimento histórico.
Referências Básicas: BARROS, José d'Assunção. <i>O projeto de pesquisa em História</i> . Da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis: Vozes, 2005. BURKE, Peter. <i>A escrita da História: novas perspectivas</i> . São Paulo: UNESP, 2001. PINSKY, Carla Bassanezi (org.). <i>Fontes históricas</i> . São Paulo: Contexto, 2005.
Referências Complementares:

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
 CARDOSO, Ciro & PEREZ-BRIGNOLI, Hector. *Os métodos da História*. Rio de Janeiro: Graal, 2002.
 CARDOSO, Ciro & VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 2010.
 HOBSBAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
 RUDIO, Franz Victor. *Introdução ao projeto de pesquisa científica*. Petrópolis: Vozes, 2009.

Políticas Públicas em Educação

Carga Horária: 60h

Ementa: Principais políticas públicas educacionais da contemporaneidade. Compreensão da atual conjuntura da organização do trabalho, da organização social, política, econômica e seus vínculos com as propostas na área educacional.

Objetivos: Compreender as políticas educacionais no contexto da história do processo político brasileiro. Estabelecer relações entre a organização social, política e econômica e as políticas educacionais propostas em diferentes momentos históricos. Identificar e problematizar impactos das políticas educacionais no cotidiano da vida escolar e nas identidades dos atores escolares.

Referências Básicas:

BRANDÃO, Carlos Fonseca. *LDB: passo a passo: lei de diretrizes e base da educação da educação nacional*. Comentada e interpretada por artigo por artigo: AVERCAMP, 2003.
 BRZEZINSKI, Iria (org.). *LDB Interpretada: diversos olhares se entrecruzam*. São Paulo: Cortez, 2000.
 CARNEIRO, Moacir Alves. *LDB fácil: leitura crítica compreensiva artigo a artigo*. Petrópolis: Vozes, 1998.

Referências Complementares:

HADDAD, Sérgio. (Org.) Banco Mundial, OMC e FMI: O impacto nas políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 2008.
 SAVIANI, Dermeval. O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. *Educação & Sociedade*, Campinas, Vol. 28, n.100 – Especial, p.1231-1255, out., 2007.
 SOUZA, Donaldo Bello de (Org.) Acompanhamento e controle social da educação – fundos e programas federais e seus conselhos locais. São Paulo: Xamã, 2006.
 VIEIRA, Sofia Lerche, ISABEL, Maria Sabina de Farias. *Política Educacional no Brasil: introdução histórica*. Brasília: Liber Livro, 2007.

II SEMETRE

História Medieval

Carga Horária: 60h

Ementa: Estudos sobre o mundo mediterrâneo durante o período medieval (476 – 1453 d.C.), com ênfase no Ocidente Medieval, sociedade bizantina e o mundo islâmico, mediante suas interações e em quatro vieses principais: economia, sociedade, cultura e religião. Cristianismo, Islamismo, e as fronteiras culturais do mundo contemporâneo. História Medieval e Ensino de História.

Objetivos: Analisar o período medieval em suas principais características, trazendo à tona uma leitura interpretativa que realce a importância dos legados civilizacionais para a sociedade contemporânea.

Referências Básicas:

LE GOFF, Jacques. *A civilização do Ocidente Medieval*. Bauru: Edusc, 2005.
 FRANCO JR, Hilário. *Idade Média: o nascimento do Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 2001.
 DUBY, Georges. *Idade Média, Idade dos homens*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Referências Complementares:

ANGOLD, Michael. *Bizâncio – a ponte da Antiguidade para a Idade Média*. Rio de Janeiro: Imago, 2002.
 BAKTHIN, Mikhail. *Cultura popular na Idade Média e no Renascimento*. São Paulo: Hucitec, 2010.
 HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
 HUIZINGA, Johan. *O outono da Idade Média*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.
 LE GOFF, Jacques. *Uma longa Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

História da América Pré-Colonial

Carga Horária: 60h

Ementa: Povoamento do continente americano. As sociedades ameríndias no período pré-colonial em seus aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos desde uma perspectiva histórica e arqueológica. Materiais e

possibilidades pedagógicas do ensino da história pré-colonial do Continente Americano.
Objetivos: Promover o debate sobre as diferentes correntes explicativas para a ocupação do continente americano. Discutir aspectos relativos à origem da agricultura e da formação das confederações e dos estados pré-colombianos. Fomentar o debate e/ou experienciar possibilidades de trabalho com a temática América Pré-Colonial no ensino de história com vistas a promoção do respeito à diversidade cultural e do papel dos indígenas na formação da sociedade americana contemporânea.
Referências Básicas: FAVRE, Henri. <i>A civilização Inca</i> . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. FAUSTO, Carlos. <i>Os Índios antes do Brasil</i> . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. GENDROP, Paul. <i>A civilização Maia</i> . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
Referências Complementares: FUNARI, Pedro Paulo e NOELI, Francisco Silva. <i>Pré-história do Brasil</i> . São Paulo: editora Contexto, 2005. PROUS, André. <i>O Brasil antes dos Brasileiros: a pré-história do nosso país</i> . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006. SILVA, H. P. e RODRIGUES-CARVALHO, C. (orgs.). <i>Nossa origem – o povoamento das Américas: visões multidisciplinares</i> . Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2006. SOUSTELLE, Jacques. <i>A civilização Asteca</i> . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987. VAINFAS, Ronaldo (orgs.). <i>Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia</i> . Rio de Janeiro: Campus, 1997.

Sociologia
Carga Horária: 60h
Ementa: Contextualização histórica da edificação da sociologia como ciência. Contribuição dos estudos clássicos nesta área. Métodos de análise da vida humana em sociedade, utilizando categorias sociológicas como: exclusão social, controle social, socialização, papéis sociais, criminalidade e violência. Interrelaciona as categorias sociológicas no universo de ensino de História
Objetivos: Discutir o contexto histórico do nascimento da sociologia como ciência, possibilitando o olhar sociológico na contemporaneidade. Conhecer os diferentes papéis sociais a serem desempenhados pelos diversos atores sociais no atual ciclo da modernidade tardia.
Referências Básicas: GIDDENS, Anthony. <i>Sociologia</i> . Porto Alegre: Artmed, 2005. MARTINS, Carlos Benedito. <i>O que é sociologia?</i> São Paulo: Brasiliense, 1982. QUINTANEIRO, Tânia. <i>Um toque dos clássicos: Marx, Weber e Durkheim</i> . Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.
Referências Complementares: BAUMAN, Zygmunt. <i>O mal estar da pós-modernidade</i> . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1988. BOUDON, Raymond, BOURRICAUD, François. <i>Dicionário crítico da sociologia</i> . São Paulo: Editora Ática, 2007. TOURAINÉ, Alain. <i>Um novo paradigma para compreender o mundo de hoje</i> . Petrópolis - RJ: Ed. Vozes, 2006. YOUNG, Jack. <i>A sociedade excludente: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente</i> . Rio de Janeiro: REVAN: Instituto Carioca de Criminologia, 2002. WEBER, Max. <i>A ética protestante e o espírito do capitalismo</i> . São Paulo : Companhia das Letras, 2004.

Fundamentos da História
Carga Horária: 60h
Ementa: O historiador e seu campo de trabalho. Conceitos, fontes de pesquisa da História. As diferentes abordagens históricas e suas perspectivas teóricas e metodológicas. Memória, Tempo, Verdade e Fatos Históricos. As funções sociais do historiador e a diversidade das narrativas.
Objetivos: Abordar os pressupostos fundamentais para a construção do conhecimento histórico e a formação geral do docente/pesquisador, mediante uma reflexão introdutória sobre seu trabalho, os objetos, as fontes de pesquisa e as abordagens teóricas e metodológicas da História
Referências Básicas: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). <i>Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia</i> . Rio de Janeiro: Campus, 1997. CARR, Edward Hallett. <i>Que é história</i> . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). <i>Fontes Históricas</i> . São Paulo: Contexto, 2005.
Referências Complementares: BLOCH, Marc. <i>Apologia da História</i> . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004. DIHEL, Astor Antônio. <i>Cultura historiográfica: memória, identidade e representação</i> . Bauru: Edusc, 2002. HOBSBAWM, Eric. <i>Sobre História</i> . São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

VEYNE, Paul. Como se Escreve a História. Brasília, EDUNB, 1982.
JENKINS, Keith. *A história repensada*. São Paulo: Ed. Contexto, 2004.

Psicologia da Aprendizagem

Carga Horária: 60h

Ementa: Aprendizagem, característica e significado para o ser humano; a identificação de diferentes fatores que nela intervém e a sua relação com o processo de ensino. Descrição e análise de diferentes abordagens teóricas de aprendizagem (behavioristas, cognitivistas, histórico-culturais e humanistas) e implicações das mesmas para o processo de ensino e aprendizagem.

Objetivos: Conceituar aprendizagem, identificar suas principais características e analisar sua importância para o ser humano. Estudar diferentes abordagens teóricas de aprendizagem para compreender sua importância como fundamento da intervenção educacional.

Referências Básicas:

COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. (Orgs.). *Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia da educação*. Porto Alegre: Artmed, 1996.

MOREIRA, Marco A. *Teorias da Aprendizagem*. São Paulo: EPU, 2006

MIZUKAMI, M. G. N. *Ensino: as abordagens do processo*. São Paulo: EPU, 2010.

Referências Complementares:

CARRAHER, D.W. et al. *Aprender Pensando*. Contribuições da Psicologia Cognitiva para a Educação. Petrópolis: Vozes, 2008.

CASTORINA, José; BAQUERO, Ricardo J. *Dialética e Psicologia do Desenvolvimento: O pensamento de Piaget e Vygotsky*. Porto Alegre: Artmed, 2008.

LA ROSA, Jorge. (Org.). *Psicologia e educação: o significado do aprender*. 6. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

PIAGET, Jean. *Seis Estudos de Psicologia*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2011

REGO, Tereza C.. *Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação*. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

III SEMESTRE

História Moderna

Carga Horária: 60h

Ementa: A Modernidade (1453 – 1788 d.C.), com ênfase no Ocidente Europeu e suas interações com o continente americano e o sudeste asiático, mediante cinco vieses principais: economia, sociedade, política, cultura e religião. O advento do capitalismo moderno. As bases da sociedade contemporânea ocidental. História Moderna e Ensino de História.

Objetivos: Analisar a Modernidade em suas principais características, debatendo os impactos decorrentes do advento do capitalismo, das transformações no conhecimento humano, do surgimento do Estado Moderno e da expansão ultramarítima europeia no continente europeu e americano.

Referências Básicas:

BERUTTI, Flávio et al. *História moderna através de textos*. São Paulo: Contexto, 2004.

SANTHIAGO, Theo (org). *Do Feudalismo ao Capitalismo: uma discussão histórica*. São Paulo: Contexto, 2001.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

Referências Complementares:

BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DELUMEAU, Jean. *A história do Medo no Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CHAUNU, Pierre. *A Europa no século das Luzes*. Lisboa: Editorial Presença, 1995.

HILL, Christopher. *O século das revoluções (1603-1714)*. São Paulo: Editora da Unesp, 2011.

SKINNER, Quentin. *As fundações políticas do pensamento moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

História da América Colonial

Carga Horária: 60h

Ementa: As sociedades coloniais formadas no continente americano. Elementos europeus e nativos na constituição das sociedades coloniais. “Conquista” e colonização. Processos e estruturas políticas, econômicas, sociais e culturais da América Espanhola. A América Inglesa. Fronteira na América Colonial. Problemática do ensino de História da América Colonial na Educação Básica.

Objetivos: Compreender a formação das sociedades coloniais americanas a partir da interação desigual entre elementos europeus e nativos; construir uma visão geral e crítica acerca de processos históricos da América Colonial; problematizar a História da América Colonial na Educação Básica.

Referências Básicas:

BETHELL, Leslie (org). *História da América Latina*. A América Latina Colonial, volume II. São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009.
 SCHWARTZ, Stuart B. & LOCKHART, James. *A América Latina na época colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
 WASSERMAN, Cláudia (coord.). *História da América Latina: cinco séculos (temas e problemas)*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2010.

Referências Complementares:

BERNAND, Carmen & GRUZINSKI, Serge. *Histórias do Novo Mundo – as mestiçagens*. Vol. 2. São Paulo: EDUSP, 2006.
 HALPERIN DONGHI, Tulio. *História da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.
 KARNAL, Leandro et all. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2011.
 PINSKY, Jaime. *História da América através de textos*. São Paulo: Contexto, 2007.
 ROMANO, Ruggiero. *Os mecanismos da conquista colonial*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

História do Brasil Colônia

Carga Horária: 60h

Ementa: Colonização portuguesa no Brasil. A administração colonial portuguesa. Indígenas e bandeirantes; A União Ibérica e o reordenamento do mundo colonial. O santo ofício no Brasil colonial. A economia colonial. Escravidão africana. A mineração e a expansão territorial. Fronteiras da América Portuguesa. Revoltas coloniais. A crise do antigo sistema colonial.

Objetivos: Estudar e compreender a história político-econômico-social do período colonial no Brasil. Problematicar a historiografia e as diferentes formas de abordagem da experiência histórica do Brasil Colonial. Construir e problematizar as formas de abordagem sobre o período no Ensino de História.

Referências Básicas:

ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O Trato dos Viventes*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
 NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*. São Paulo: Hucitec, 1989.
 PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

Referências Complementares:

BOXER, Charles. *O Império marítimo português*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
 FRAGOSO, João (org.). *O Antigo Regime nos Trópicos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001
 MONTEIRO, John. *Negros da Terra*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.
 SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da Vida Privada no Brasil - Cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. Vol. 1, São Paulo, Companhia das Letras, 1997
 VAINFAS, Ronaldo. *A Heresia dos Índios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Teorias da História I

Carga Horária: 60h

Ementa: Os diferentes papéis da História. Ciência e narrativas: as escritas da História. Objetividade e subjetividade. Teorias e métodos na escrita da História. Romanatismo, Positivismo e Escola Metódica.

Objetivos: Abordar as diversas formas de construção do conhecimento histórico, promovendo a reflexão e o debate sobre as operações historiográficas e o papel dos historiadores.

Referências Básicas:

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: UNICAMP, 2003.
 CERTEAU, Michel de. *A Escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
 MARTINS, Estevão Rezende de (org.). *A História pensada: teoria e método*. São Paulo: Contexto, 2010.

Referências Complementares:

BARROS D'ASSUNÇÃO, José. *Teoria da História*. 4 vls. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.
 DOSSE, François. *A história em migalhas*. Bauru: Edusc, 2003.
 FALCON, Francisco José de C. *Estudos de Teoria da História e historiografia* Volume 1. Rio de Janeiro: Hucitec, 2011.
 REIS, José Carlos. *Tempo, História e Evasão*. Campinas: Papirus, 1994.
 RÜSEN, Jörn. *Reconstrução do passado – Teorias da História II: os princípios da pesquisa histórica*. Brasília: UnB, 2006.

Língua Brasileira de Sinais

Carga Horária: 60h

Ementa: A disciplina de LIBRAS visa proporcionar conhecimentos iniciais sobre a Língua Brasileira de Sinais

(LIBRAS) e elementos teóricos correspondentes ao cotidiano do surdo como: cultura surda, identidades surdas, educação de surdos, entre outros contextos.
Objetivos: Compreender e utilizar as noções básicas da LIBRAS; conhecer teoricamente o cotidiano da comunidade surda; identificar na prática o que foi aprendido.
Referências Básicas: APPOVILLA, FERNANDO CÉSAR. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira. São Paulo: Edusp, 2001. FELIPE, Tanya. Políticas públicas para a inserção da LIBRAS na educação de surdos. In: Espaço. Rio de Janeiro: INES, 2006. Jan-jun 2006. PERLIN, Gladis. Identidades Surdas. In: SKILIAR, Carlos (org.). Um olhar sobre as diferenças. Porto alegre: Mediação, 2005. QUADROS, Ronice & KARNOPP, Lodenir. A linguística e a língua de sinais brasileira. In: Língua de sinais brasileira. Estudos linguísticos. Porto alegre ARTMED, 2004. QUADROS, Ronice & PATERNO, Uésli. Políticas linguísticas: o impacto do decreto 5.626 para os surdos brasileiros. In: Espaço. Rio de Janeiro: INES 2006. Jan-jun 2006. STROBEL, Karin. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.
Referências Complementares: QUADROS, Ronice M. e KARNOPP, Lodenir. Língua de sinais brasileira. Estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004. QUADROS, Ronice M (Org.). Estudos surdos I. Petrópolis: Arara Azul, 2007. SKLIAR, C. (Org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2005. Atualidade da educação bilíngüe para surdos. Porto Alegre: Mediação, 1999. THOMA, ADRIANA DA SILVA E LOPES, MAURA CORCINI. A invenção da surdez. Santa Cruz: EDUNISC, 2004.

IV SEMESTRE

História Contemporânea I
Carga Horária: 60h
Ementa: Principais processos históricos conformadores da época contemporânea entre o final do século XVIII e início do século XX. A Revolução Francesa. A Revolução Industrial e a afirmação do capitalismo. Os movimentos sociais, as ideias políticas e os processos revolucionários na Europa oitocentista. O imperialismo e o neocolonialismo. Problematização do ensino de História Contemporânea na Educação Básica.
Objetivos: Compreender os processos sociais, econômicos e políticos que conformaram a dinâmica histórica contemporânea, tendo como eixo a afirmação do sistema mundial capitalista no século XIX; construir uma visão geral e crítica acerca de processos históricos contemporâneos; problematizar o ensino de História Contemporânea na Educação Básica.
Referências Básicas: HOBSBAWM, Eric. <i>A era das revoluções – 1789-1848</i> . São Paulo: Paz e Terra, 2009. HOBSBAWM, Eric. <i>A era dos impérios – 1875-1914</i> . São Paulo: Paz e Terra, 2010. REIS FILHO, Daniel Aarão <i>et all</i> (org.). <i>O século XX</i> . O tempo das certezas. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
Referências Complementares: ANDERSON, Benedict. <i>Comunidades imaginadas</i> . Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2008. FURET, François. <i>Pensando a Revolução Francesa</i> . São Paulo: Paz e Terra, 1989. HOBSBAWM, Eric. <i>A era do capital – 1848-1875</i> . São Paulo: Paz e Terra, 2010. MARQUES, Adhemar Martins & BERUTTI, Flávio, FARIA, Ricardo. <i>História contemporânea através de textos</i> . São Paulo: Contexto, 1991. SAID, Edward. <i>Cultura e Imperialismo</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 2011
História da América Independente
Carga Horária: 60h
Ementa: As sociedades americanas independentes a partir do século XIX. Formação e consolidação dos Estados nacionais americanos desde os processos de Independência. Processos e estruturas políticas, econômicas, sociais e culturais próprias à América oitocentista. Formação e crise do “Estado oligárquico”. Fronteira na América do século XIX. Problematização do ensino de História da América Independente na Educação Básica.
Objetivos: Compreender os processos de independência na América e a formação e consolidação dos estados

nacionais americanos no contexto oitocentista; construir uma visão geral e crítica acerca de processos históricos da América oitocentista; problematizar a História da América Independente na Educação Básica.

Referências Básicas:

BETHELL, Leslie (org). *História da América Latina*. Da Independência a 1870, volume III. São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009.

BETHELL, Leslie (org). *História da América Latina*. De 1870 a 1930, volume IV. São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009.

WASSERMAN, Cláudia (coord.). *História da América Latina: cinco séculos (temas e problemas)*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2010.

Referências Complementares:

BETHELL, Leslie (org). *História da América Latina*. De 1870 a 1930, volume V. São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009.

HALPERIN DONGHI, Tulio. *História da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

KARNAL, Leandro et all. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2011.

PINSKY, Jaime. *História da América através de textos*. São Paulo: Contexto, 2007.

SARMIENTO, Domingo Faustino. *Facundo: civilização e barbárie*. São Paulo: Cosac Naify, 2011

História do Brasil Império

Carga Horária: 60h

Ementa: Independência e formação do Estado Nacional brasileiro. O período Regencial. Fronteiras e a consolidação do Estado Imperial. Revoltas no período da Regência. A Guerra dos Farrapos. As Elites e a política no Império. O Tráfico de escravos. Experiências de cativeiro e liberdade. A Guerra do Paraguai; Movimentos abolicionistas e Abolição. Imigração. A crise monárquica e a proclamação da República.

Objetivos: Estudar e compreender a história político-econômico-social do período imperial no Brasil. Problematizar a historiografia e as diferentes formas de abordagem da experiência histórica do Brasil Imperial. Construir e problematizar as formas de abordagem sobre o período no Ensino de História.

Referências Básicas:

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos* São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil Imperial*. 1831-1870. Volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

Referências Complementares:

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (Org.). *História da vida privada no Brasil*. Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados*. São Paulo, Cia. das Letras, 1987.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: HUCITEC, 2006.

GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil Imperial*. 1870-1889. Volume III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

Teorias da História II

Carga Horária: 60h

Ementa: Materialismo Histórico e Dialético. Estruturalismo e vertentes antropológicas. Nova História. História Cultural e Micro-História. Historiografia e historiadores contemporâneos: desafios teóricos. A interdisciplinaridade na História. As funções sociais do historiador e as diversas formas de escrita/narrativas da História.

Objetivos: Debater aprofundadamente as transformações sobre a concepção e sentido do discurso e conhecimento histórico e ao longo do século XX e começo deste século, e a função do saber histórico para o conhecimento docente.

Referências Básicas:

BARROS, Jose D'Assunção. *Teorias da História*. Acordes Historiográficos: uma nova proposta para a teoria da história. Vol. IV. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

BURKE, Peter. *A escola dos Annales 1929-1989: a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: UNESP, 1991.

HOBSBAWM, Eric (Org.). *História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Referências Complementares:

BURKE, Peter (org). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 2004.
 DIEHL, Astor Antônio. *Com o passado na cadeira de balanço: cultura, mentalidades e subjetividade*. Passo Fundo: UPF, 2006.
 GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
 HUNT, Lynn (Org.). *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
 REIS, Jose Carlos. *História e Teoria*. Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade. São Paulo: Editora FGV, 2003.

Didática

Carga Horária: 60h

Ementa: Educação e didática na realidade contemporânea. Concepções de ensino e planejamento do processo de ensino aprendizagem no ensino fundamental e médio. Aprofundamento da relação entre os métodos, metodologias, técnicas e práticas de fazer-se professor de História.

Objetivos: Estudar os vários aspectos que envolvem o processo ensino-aprendizagem a fim de compreender o papel da didática no desenvolvimento do trabalho docente e as dimensões pedagógicas que envolvem o planejamento, em se tratando do ensino de história no ensino fundamental e médio. Prevê situações teóricas e práticas a respeito da seleção de conteúdos, organização e elaboração/confecção de materiais didáticos para a área, bem como de projetos pedagógicos e oficinas de ensino de história envolvendo temas da história regional e da região de fronteira.

Referências Básicas:

BITTENCOURT, Circe. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.
 MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck & CORRÊA, Rosa Teixeira. (orgs). *A educação escolar com perspectiva histórica*. Campinas: Autores Associados, 2005.
 PIMENTA, Selma Garrido (org). *Saberes pedagógicos e atividade docente*. São Paulo: Cortez, 2005.

Referências Complementares:

CANDAU, V. M. (Org.). *Rumo a uma nova didática*. Petrópolis: Vozes, 1993.
 FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados*. Campinas, SP: Papyrus, 2003.
 FAZENDA, I. C. A. *Didática e interdisciplinaridade*. Campinas: Papyrus, 1998.
 CARDOSO, Ronaldo (org). *Domínios da História: ensaios de teorias e metodologias*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
 MORAIS, Régis (org). *Sala de aula: que espaço é esse?* Campinas: Papyrus, 1995.

V SEMESTRE**História Contemporânea II**

Carga Horária: 60h

Ementa: Processos históricos característicos do século XX. A Primeira Guerra Mundial. A Revolução Russa e a emergência da União Soviética. O “entre-guerras”: falência do Estado liberal e ascensão dos regimes totalitários. A Segunda Guerra Mundial. O pós-guerra: Guerra Fria, mundo bipolar e descolonização. A crise do mundo soviético, a ascensão do neoliberalismo e a globalização. Problemática do ensino de História Contemporânea na Educação Básica.

Objetivos: Compreender os processos sociais, econômicos e políticos que conformaram a dinâmica histórica contemporânea, tendo como eixo as tensões dentro do sistema mundial capitalista no século XX; construir uma visão geral e crítica acerca de processos históricos contemporâneos; problematizar o ensino de História Contemporânea na Educação Básica.

Referências Básicas:

HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos – 1914-1989*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
 REIS FILHO, Daniel Aarão et all (org.). *O século XX. O tempo das crises*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
 REIS FILHO, Daniel Aarão et all (org.). *O século XX. O tempo das dúvidas*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Referências Complementares:

ARENDRT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
 FERRO, Marc. *A Revolução Russa de 1917*. São Paulo: Perspectiva, 2004.
 FERRO, Marc. *História das colonizações*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
 MARQUES, Adhemar Martins & BERUTTI, Flávio, FARIA, Ricardo. *História contemporânea através de*

textos. São Paulo: Contexto, 1991.
VIZENTINI, Paulo Fagundes. *História do século XX*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

História da América Contemporânea

Carga Horária: 60h

Ementa: As sociedades americanas contemporâneas no século XX. Processos revolucionários e movimentos sociais na América Latina. Modernização dos estados nacionais latino-americanos e inserção no sistema capitalista mundial. Ditaduras de segurança nacional e fronteira na América Contemporânea. Problemática do ensino de História da América Contemporânea na Educação Básica.

Objetivos: Compreender os processos de modernização no seio das sociedades latino-americanas contemporâneas e suas inter-relações dentro do contexto do sistema mundial capitalista; construir uma visão geral e crítica acerca de processos históricos da América Contemporânea; problematizar a História da América Contemporânea na Educação Básica.

Referências Básicas:

BETHELL, Leslie (org). *História da América Latina*. De 1870 a 1930. Volume V. São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009.

BETHELL, Leslie (org). *História da América Latina*. América Latina após 1930: Estado e política, volume VII. São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009.

WASSERMAN, Cláudia (coord.). *História da América Latina: cinco séculos (temas e problemas)*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2010.

Referências Complementares:

BETHELL, Leslie (org). *História da América Latina*. De 1870 a 1930. Volume IV. São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009.

BETHELL, Leslie (org). *História da América Latina*. América Latina após 1930: economia e sociedade. Volume VI. São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009.

HALPERIN DONGHI, Tulio. *História da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

KARNAL, Leandro et all. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2011.

PINSKY, Jaime. *História da América através de textos*. São Paulo: Contexto, 2007.

História do Brasil República

Carga Horária: 60h

Ementa: Constituição da República brasileira. Estado Nação, Escravidão e Capitalismo, Mundo rural e Mundo Urbano, Imigração e Industrialização. Modernização conservadora e crise do liberalismo oligárquico. A ordem republicana, imaginário político e social na historiografia brasileira 1870 a 1920. Heranças da República Velha na República Nova – Estado e Sociedade 1930 a 1945. Autoritarismo, Populismo, Desenvolvimentismo e Movimentos Sociais e Culturais republicanos. Memória histórica e historiografia dos anos 1930 a 1945. Revisionismos, marxismo e weberianismo nas interpretações históricas do Brasil republicano.

Objetivos: Estimular a visão crítica sobre a História do Brasil, promovendo a reflexão e o debate sobre a formação da ordem republicana brasileira.

Referências Básicas:

ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A ordem do progresso*. Cem anos de política econômica republicana. 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

DELGADO, L. A. N.; FERREIRA, J. (orgs). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2000.

Referências Complementares:

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

BRESCIANI, Maria Stella M. O cidadão da República, positivismo versus liberalismo (Brasil, 1870- 1930). *Revista USP - Dossiê Liberalismo*. São Paulo, Editora da USP, 1993.

GOMES, Ângela de Castro, Venturas e desventuras de uma república de cidadãos. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (orgs.). *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. Pp. 152-167.

LEAL, V. N. *Coronelismo, Enxada e Voto. O Município e o Regime Representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

VELHO, Gilberto & ALVITO, Marcos (orgs.). *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ/FGV, 1996.

Patrimônio, Cultura Material e Arqueologia

Carga Horária: 60h

Ementa: História da Arqueologia e de sua afirmação como ciência. Abordagens teóricas e metodológicas para o

estudo arqueológico da cultura material. Papel social da Arqueologia e sua relação com a construção dos patrimônios e das identidades. Possibilidades didáticas e pedagógicas de abordagem da temática no ensino de História.
Objetivos: Problematizar e desnaturalizar a construção dos patrimônios tendo como campo de observação o contexto de inserção do Curso. Fomentar o diálogo interdisciplinar por meio de um embasamento conceitual e de ferramentas pedagógicas o ensino de História. Incentivar o uso de pressupostos da Arqueologia, da Cultura Material e do Patrimônio no ensino de História.
Referências Básicas: Ballart, J. <i>El Patrimônio Histórico y Arqueológico: valor y uso</i> , Barcelona, Ariel, 1997. FUNARI, Pedro P. <i>Arqueologia</i> . São Paulo: Editora Contexto, 2003. TRIGGER, Bruce. <i>História do Pensamento Arqueológico</i> . São Paulo: Odysseus editora, 2004.
Referências Complementares: BICHO, Nuno Ferreira. <i>Manual de Arqueologia Pré-Histórica</i> . Lisboa: Edições 70, 2007. FUNARI, Pedro P. <i>Arqueologia e patrimônio</i> . Erechim: Habilis, 2007. JOHNSON, Matthew. <i>Teoría Arqueológica: una introducción</i> . Barcelona: Ariel, 2000. JORGE, Vitor Oliveira. <i>Patrimônio, Arqueologia e Cultura</i> . Lisboa: Instituto Piaget, 2000. POULOT, Dominique. <i>Uma História do Patrimônio no Ocidente</i> . São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

Metodologia do Ensino de História
Carga Horária: 60h
Ementa: Atuais perspectivas e abordagens teórico-metodológicas do campo do ensino de História. Análise e aprofundamento de conteúdos e metodologias referentes à disciplina de História no currículo escolar, no ensino fundamental e médio. Fenômenos da sala de aula e problematizações da prática docente. Orienta-se pela proposição de tematizar sobre aspectos da história regional no currículo, enfatizando a cultura, memória, patrimônio e sociedade na região de fronteira.
Objetivos: Propiciar a discussão em torno da contextualização histórica do campo do ensino de história no Brasil e suas atuais perspectivas, abordagens e metodologias, a fim de possibilitar o estudo, a análise e a problematização acerca de seus desdobramentos no cotidiano escolar e na formação docente, bem como dos desafios colocados ao ensino e à docência na contemporaneidade.
Referências Básicas: FRAGA, Hilda Jaqueline. A cidade e seus percursos educativos: fontes e abordagens para o ensino e a pesquisa em história In: <i>Anais do X Encontro Estadual de História</i> . Santa Maria: ANPUH-RS, 2010. SCHMIDT, Maria Auxiliadora. <i>A formação do professor de História e o cotidiano da sala de aula</i> . São Paulo: Editora Contexto, 1998. STEPHANOU, Maria & SEFFNER, Fernando. De novo a mesma História? O que ensinar e aprender nas aulas de História? Perguntas que não querem calar. In: <i>Teorias e fazeres na escola em mudança</i> . Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.
Referências Complementares: CERRI, Luiz Fernando. Didática de História: uma leitura teórica sobre a História na prática. <i>Revista de História Regional</i> . Ponta Grossa: UEPG, 2010. BARBOZA, Tatiana Machado. O registro fotográfico e o ensino de História In: <i>Ensino de História: formação de professores e cotidiano escolar</i> . Porto Alegre: EST, 2002. FRAGA, Hilda Jaqueline de. Percursos docentes em lugares de memória In: <i>Ensino de História no Cone Sul: patrimônio cultural, territórios e fronteiras</i> . Porto Alegre: Evangraf, 2012. GANDIN, D. & CRUZ, C.C. <i>Planejamento na sala de aula</i> . Porto Alegre: Editora UFRGS, 1995. NAPOLITANO, Marcos. <i>Como usar o cinema na sala de aula</i> . São Paulo: Editora Contexto, 2009.

VI SEMESTRE

História e Cultura Indígena
Carga Horária: 60h
Ementa: Problemas, abordagens e perspectivas teórico-metodológicas inerentes às pesquisas sobre as sociedades indígenas em seus múltiplos aspectos históricos e culturais. Análise de sociedades indígenas americanas e questões concernentes ao histórico da relação entre o Estado e as sociedades indígenas. Políticas indigenistas no Brasil. Problematização do ensino de História e Cultura Indígena na Educação Básica.
Objetivos: Compreender as sociedades indígenas dentro de sua diversidade social, cultural e histórica; refletir sobre a situação indígena contemporânea e sua relação com as sociedades não-indígenas; problematizar a História e Cultura Indígena na Educação Básica.
Referências Básicas:

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
FUNARI, Pedro Paulo & PINON, Ana. *A temática indígena na escola*. São Paulo: Contexto, 2011.
GRUPIONI, Luís Donizete, SILVA, Aracy L., (org.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus* – São Paulo: Global – 1998.

Referências Complementares:

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.
KERN, Arno A.; SANTOS, Maria Cristina dos; GOLIN, Tau (org.). *História Geral do Rio Grande do Sul - Povos Indígenas*. Volume 5. Passo Fundo: Méritos, 2009.
MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
Anos 90. Revista do Programa de pós-Graduação em História/ UFRGS, IFCH. v.18, n.34. (Dossiê História Indígena na América) Porto Alegre: PPGH, dez. 2011.

História da Região Platina

Carga Horária: 60h

Ementa: A construção e conformação do espaço platino a partir de processos socioeconômicos, políticos e culturais. Perspectivas teórico-metodológicas próprias à História Regional. Ocupação do espaço e a fronteira no Prata. Formação e consolidação dos Estados nacionais platinos. Economia e política das sociedades platinas na contemporaneidade. Problemática e possibilidades do ensino de História da Região Platina.

Objetivos: Desnaturalizar a região como um dado a priori da realidade; compreender o processo de ocupação e formação do espaço platino no contexto de disputas entre os impérios coloniais ibéricos; construir uma visão geral e crítica acerca de processos históricos da Região Platina; Problematicar o ensino da História da Região Platina.

Referências Básicas:

NEVES, Erivaldo Fagundes. *História Regional e Local*. São Paulo: Arcadia, 2002.
BANDEIRA, Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos estados na bacia do Prata*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Revan; Brasília: Ed. UNB, 1998.
GARCIA, Fernando C. *Fronteira Iluminada*. História do povoamento, conquista e limites do Rio Grande do Sul a partir do Tratado de Tordesilhas 1420-1920. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2010.

Referências Complementares:

FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: HUCITEC, 2006.
PIMENTA, João P. G. *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo: HUCITEC, 2006.
PRADO, Fabrício. *Colônia do Sacramento: o extremo sul da América portuguesa*. Porto Alegre: Fumproarte, 2002.
REGUERA, Andréa. & HARRES, Marluza M. (Orgs.). *Da Região à Nação*. Relações de escala para uma história comparada Brasil- Argentina (séculos XIX e XX). São Leopoldo: Ed. Oikos, 2011.
TEIXEIRA, Primo A. *América: conquista e colonização*. Porto Alegre: Ed. Movimento, 2004.

História do Brasil Contemporâneo

Carga Horária: 60h

Ementa: Nacionalismo e Desenvolvimentismo. Era Vargas. Era JK e políticas desenvolvimentistas no Brasil populista. Experiências democráticas nas sociedades de massa. Modelo Urbano industrial e metropolização. Populismo e crises democráticas. Movimentos sociais, arte e cultura popular das décadas de 1950 a 1970. Violência, liberdade e autoritarismo. Ditaduras Militares e resistência armada. Transformações políticas e sócio culturais de 1945 a 1964. História da historiografia contemporânea 1945 a 1964. Cidadania e Direitos Humanos na Constituição. Historiografia contemporânea da ditadura militar a democratização.

Objetivos: Estimular a visão crítica sobre a História do Brasil, promovendo a reflexão e o debate sobre a consolidação da ordem republicana brasileira, processos ditatoriais e estado democrático de direito.

Referências Básicas:

AARÃO REIS FILHO, D.; FERREIRA, J. (Org.). *As esquerdas no Brasil*. Vol.3 Revolução e democracia. 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
LINHARES, Maria Yedda (org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

Referências Complementares:

ARENDRT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1991.
CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
GOMES, Ângela de Castro (Org.). *A Invenção do Trabalho*. São Paulo, Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ,

1988.
 MENDONÇA, Sonia & FONTES, Virginia. *História do Brasil recente - 1964-1992*. 3ª edição. São Paulo: Ática, 1994.
 SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da Vida Privada no Brasil - Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

Patrimônio e Museus

Carga Horária: 60h

Ementa: Discutir o papel do museu e do patrimônio na contemporaneidade, problematizando suas construções e usos. Analisar a constituição e ampliação do campo patrimonial no Brasil e as políticas de preservação. Promover uma reflexão sobre a instituição museu, seu uso educativo e seu papel na construção de narrativas e no ensino de História.

Objetivos: Promover a reflexão sobre o papel do patrimônio e do museu na sociedade contemporânea, analisando, sobretudo, o campo patrimonial e museal brasileiro. Fomentar o diálogo interdisciplinar por meio de um embasamento conceitual e ferramentas práticas para atuação do historiador no espaço do Museu. Estimular a utilização do patrimônio e do museu no ensino de História.

Referências Básicas:

CHAGAS, Mario; ABREU, Regina. *Memória e Patrimônio*. Ensaio contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2a. Ed., 2009
 FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves. *Museus do Gabinete de Curiosidades à Museologia Moderna*. Belo Horizonte – Brasília: Argumentum Editora, 2005.
 FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 3a. Ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.

Referências Complementares:

CHAGAS, Mário. *Há uma gota de sangue em cada museu*. A ótica museológica de Mário de Andrade. Chapecó: Argos, 2006.
 CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade – Unesp, 2006
 GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. 2a. Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.
 PINHEIRO, Marcos Jose. *Museu, Memória e Esquecimento*. Um projeto da modernidade. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2005.
 SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *A escrita do passado em museus históricos*. Rio de Janeiro: Garamond, MinC. IPHAN, DEMU, 2006.

Estágio Supervisionado I

Carga Horária: 150h

Ementa: Desenvolvimento de experiências de observação, acompanhamento e regência na disciplina de História em classes do ensino fundamental. Ensino de História. Currículo de História. Avaliação no ensino de História. Materiais didáticos no ensino de História. Desenvolvimento de habilidades técnicas e estratégias pedagógicas.

Objetivos: Analisar criticamente as situações observadas e vivenciadas, bem como elaborar propostas e planos de ensino e desenvolver uma postura investigadora diante dos fatos educativos que possibilitem o exercício de escrita sistemática e a reflexão sobre a realidade do ensino de história. Experimentar o ensino de História de forma criativa, crítica e socialmente engajada.

Referências Básicas:

BARROSO, Vera Lúcia Maciel et all (org.). *Ensino de História: desafios contemporâneos*. Porto Alegre: EST, 2010.
 BITTENCOURT, Circe. *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1998.
 BITTENCOURT, Circe. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.

Referências Complementares:

CAINELLI, Marlene e SCHMIDT, Maria Auxiliadora. *Ensinar História*. São Paulo: Editora Scipione, 2004.
 SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de Identidade* – Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2002.
 FONSECA, Thais Nivia de Lima. *História & Ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
 PINSK, Jaime. *O Ensino de História e a Criação do Fato*. São Paulo: Editora Contexto, 2007.
 KARNAL, Leandro. *História na Sala de Aula*. São Paulo: Editora Contexto, 2008

VII SEMESTRE

História da África e da Cultura Afro-Brasileira

Carga Horária: 60h

<p>Ementa: As fontes. O debate historiográfico. A África Pré-colonial. O processo de colonização e descolonização. A diáspora. O tráfico negreiro. O processo de independência. Cultura afro-brasileira. A Lei 10.639/03. Comunidades negras no Brasil.</p>
<p>Objetivos: Analisar os principais aspectos da história do continente africano desde a formação dos primeiros reinos ao processo de descolonização e história do negro no Brasil.</p>
<p>Referências Básicas: COSTA e SILVA, Alberto. A enxada e a lança: a África antes dos portugueses. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. COSTA e SILVA, Alberto. A manilha e o libambo: a África e a escravidão de 1500-1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. HERNANDEZ, Leila. A África na sala de aula. São Paulo: Selo Negro, 2005.</p>
<p>Referências Complementares: LOPES, Nei. <i>Enciclopédia Brasileira da diáspora africana</i>. São Paulo: Selo Negro, 2004. M'BOKOLO, Elikia. <i>África Negra: História e civilizações</i>. Tomo 1. São Paulo: Casa das Áfricas, 2009. M'BOKOLO, Elikia. <i>A África Negra: História e civilizações</i>. Tomo II. São Paulo: Casa das Áfricas, 2011. MATTOS, Regiane Augusto de. <i>História e cultura afro-brasileira</i>. São Paulo: Contexto, 2007. SERRANO, Carlos. <i>Memória D'África: a temática africana em sala de aula</i>. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2010. VISENTINI, Paulo G. Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dário Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. [Orgs.]. <i>Breve História da África</i>. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.</p>

História do Rio Grande do Sul
<p>Carga Horária: 60h</p>
<p>Ementa: Estudo histórico e historiográfico do Rio Grande do Sul. Os antecedentes indígenas. As relações do sul da América portuguesa com a região platina de ocupação espanhola e a formação da fronteira. O processo de integração à colônia portuguesa e ao mercado. Os processos de imigração. A formação política, econômica e sócio-cultural nos séculos XIX e XX. Problematização do ensino de História do Rio Grande do Sul na Educação Básica..</p>
<p>Objetivos: compreender o processo de ocupação e formação do Rio Grande do Sul dentro do processo mais amplo de constituição do espaço platino nas fronteiras dos impérios coloniais ibéricos; construir uma visão geral e crítica acerca de processos históricos pertinentes à formação social riograndense; problematizar o ensino de História do Rio Grande do Sul na Educação Básica.</p>
<p>Referências Básicas: BOEIRA, Nelson & GOLIN, Tau (orgs.). <i>Historia Geral do Rio Grande do Sul – República</i>. Volume 3. Tomos I e II. Passo Fundo: Meritus, 2007. BOEIRA, Nelson & GOLIN, Tau (orgs.); GERTZ, Rene (orgs.). <i>Historia Geral do Rio Grande do Sul – República</i>. Volume 4. Passo Fundo: Meritus, 2007. OSÓRIO, Helen. <i>O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes</i>. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.</p>
<p>Referências Complementares: KERN, Arno A., SANTOS, Maria Cristina e TAU, Golin (orgs.). <i>Historia Geral do Rio Grande do Sul – Povos Indígenas</i>. V5. Passo Fundo: Meritus, 2009. KÜHN, Fábio. <i>Breve História do Rio Grande do Sul</i>. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004. NEUMANN, Eduardo e GRIJÓ, Luiz Alberto (orgs.). <i>O Continente em Armas: uma história da guerra no sul do Brasil</i>. Rio de Janeiro: apicuri, 2010. PETERSEN, Silvia. <i>Que a União Operária Seja Nossa Pátria: História das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações</i>. Porto Alegre: Ed. da UFRGS/ Santa Maria: Editora da UFSM, 2001. ZARTH, Paulo Afonso. <i>Do arcaico ao moderno</i>. O Rio Grande do Sul agrário do século XIX. Ijuí: Editora da UNIJUI, 2003.</p>

TCC I
<p>Carga Horária: 60h</p>
<p>Ementa: organização da pesquisa científica. Construção de projetos de pesquisa. Orientação aos projetos de pesquisa. Discussão coletiva dos projetos de pesquisa.</p>
<p>Objetivos: promover a elaboração de projetos de pesquisa em temáticas relacionadas à História e/ou o seu ensino. Incentivar a construção de competências e habilidades próprias da pesquisa em história na formação do professor/pesquisador.</p>
<p>Referências Básicas: BARROS, José d'Assunção. <i>O projeto de pesquisa em História</i>. Da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis: Vozes, 2005.</p>

RUDIO, Franz Victor. <i>Introdução ao projeto de pesquisa científica</i> . Petrópolis: Vozes, 2009.
VIEIRA, Maria do Pilar Araújo et all. <i>A pesquisa em História</i> . São Paulo: Ática, 2008.
Referências Complementares:
COUTINHO, Maroa Tereza e CUNHA, Suzana Ezequiel. <i>Os caminhos da pesquisa em Ciências Humanas</i> . Belo Horizonte: PUC Minas, 2004.
CRESWELL, John W. <i>Projeto de Pesquisa – Metodo qualitativo, quantitativo e misto</i> . Porto Alegre: Bookman Companhia, 2010.
KÖCHE, José Carlos. <i>Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa</i> . Petrópolis: Vozes, 1997.
LAKATOS, Imre; MUSGRAVE, A. (orgs.). <i>A Crítica e o desenvolvimento do Conhecimento</i> . São Paulo: Cultrix / EDUSP, 1979.
POPPER, Karl Raimund. <i>Conhecimento objetivo: uma abordagem evolucionária</i> . Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

Estágio Supervisionado II
Carga Horária: 150h
Ementa: Desenvolvimento de experiências de observação, acompanhamento e regência na disciplina de História em classes do Ensino Médio. Ensino de História. Currículo de História. Avaliação no ensino de História. Materiais didáticos no ensino de História. Desenvolvimento de habilidades técnicas e estratégias pedagógicas.
Objetivos: Analisar criticamente as situações observadas e vivenciadas, bem como elaborar propostas e planos de ensino e desenvolver uma postura investigadora diante dos fatos educativos que possibilitem o exercício de escrita sistemática e a reflexão sobre a realidade do ensino de história. Experimentar o ensino de História de forma criativa, crítica e socialmente engajada.
Referências Básicas:
CABRINI, Conceição. <i>Ensino de História: revisão urgente</i> . São Paulo: Editora EDUC, 2009.
FONSECA, Selva Edimar Guimarães. <i>Caminhos da História ensinada</i> . Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
MIRANDA, Maria Irene. <i>Estágio Supervisionado e prática de ensino</i> . Brasília: Editora Junqueira e Marim, 2008.
Referências Complementares:
MEINERZ, Carla Beatriz. <i>História viva: a história que cada aluno constrói</i> . Porto Alegre: Editora Mediação, 2001.
PADRÓS, Enrique Serra. Papel do professor e função social do magistério: reflexões sobre a prática docente. In: <i>Ensino de História: formação de professores e cotidiano escolar – GT de Ensino de História</i> . Porto Alegre: EST, 2002.
PINSKY, Jaime. <i>O ensino de História e a criação do fato</i> . São Paulo: Editora Contexto, 2007.
STEPHANOU, Maria. <i>Curriculos de história: instaurando maneiras de ser, conhecer e interpretar</i> . Rio de Janeiro: Editora UNESP, 2005.
SEFFNER, Fernando. <i>Teoria, metodologia e ensino de História</i> . Porto Alegre: Editora UFRGS, 2001.

VIII SEMESTRE

Direitos Humanos e Cidadania
Carga Horária: 60h
Ementa: Contexto histórico de criação dos direitos humanos e da cidadania no ocidente e sua trajetória no Brasil. A luta de diferentes grupos sociais contra o processo de exclusão social produzido pelo modo de produção capitalista. Discute a necessidade de inclusão desta temática no contexto educacional brasileiro, em específico no ensino de História.
Objetivos: Descortinar a relevância de novas abordagens e temáticas em direitos humanos caracterizando uma área transversal do conhecimento que objetiva a luta pela efetivação dos direitos humanos e da construção da cidadania no Brasil. Problematizar a temática dos direitos humanos, tendo como referência a resolução número 01 do Conselho Nacional de Educação, de maio de 2012, que estabelece as diretrizes nacionais para a educação em Direitos Humanos no Brasil.
Referências Básicas:
BOBBIO, Norberto. <i>A Era dos Direitos</i> . Rio de Janeiro: Campus, 1992.
LEAL, Rogério Gesta. <i>Direitos Humanos no Brasil</i> . Desafios à democracia. Porto Alegre: Livraria do Advogado; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.
SILVA, Aida Maria Monteiro. Direitos Humanos na docência universitária. In: PIMENTA, Selma Garrido, ALMEIDA, Maria Isabel de (Orgs). <i>Pedagogia Universitária: Caminhos na formação de professores</i> . São Paulo: Cortez, 2011. p.103-127.
Referências Complementares:

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BRASIL, Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasil Direitos Humanos. *A realidade do país aos 60 anos da Declaração Universal*. Brasília: SEDH, 2008.

HUNT, Lynn. *A Invenção dos Direitos Humanos: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MONDAINI, Marco. *Direitos Humanos no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2009.

RAYO, José Tuvilla. *Educação em Direitos Humanos*. Rumo a uma perspectiva global. Porto Alegre: Artmed, 2004.

TCC II
Carga Horária: 60h
Ementa: Organização e implementação da escrita da História. Execução dos projetos de pesquisa realizados no TCCI. Defesa pública de TCC.
Objetivos: Implementação projetos de pesquisa em temáticas relacionadas à História e/ou o seu ensino. Incentivar a construção de competências e habilidades próprias da pesquisa em história na formação do professor/pesquisador, bem como da apresentação oral de trabalhos acadêmicos.
Referências Básicas: BARROS, José d'Assunção. <i>O projeto de pesquisa em História</i> . Da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis: Vozes, 2005. RUDIO, Franz Victor. <i>Introdução ao projeto de pesquisa científica</i> . Petrópolis: Vozes, 2009. VIEIRA, Maria do Pilar Araújo et al. <i>A pesquisa em História</i> . São Paulo: Ática, 2008.
Referências Complementares: KÖCHE, José Carlos. <i>Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa</i> . Petrópolis: Vozes, 1997. LAKATOS, Imre; MUSGRAVE, A. (orgs.). <i>A Crítica e o desenvolvimento do Conhecimento</i> . São Paulo: Cultrix / EDUSP, 1979. MOREIRA, Herivelto e CALEFFE, Luiz Gonzaga. <i>Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador</i> . Rio de Janeiro: Lamparina, 2008. POPPER, Karl Raimund. <i>Conhecimento objetivo: uma abordagem evolucionária</i> . Belo Horizonte: Itatiaia, 1999. SANTOS, Clovis Roberto. <i>Trabalho de Conclusão de Curso</i> . São Paulo: CENGAGE, 2010.

Estágio Supervisionado III
Carga Horária: 105h
Ementa: Experiências de observação, acompanhamento e estágio de docência em espaços não-escolares, incluindo as instituições culturais e organizações da sociedade civil. Investigação, planejamento e realização de ações educativas junto à diferentes grupos sociais contemplando aspectos da cultura, memória, patrimônio, sociedade, história local e regional, territórios e fronteira. Estratégias de ensino de história que considere os diferentes ambientes de aprendizagem e de formação do homem como sujeito da história.
Objetivos: Analisar criticamente as situações observadas e vivenciadas; bem como elaborar propostas de ensino de História em espaços educativos não-escolares que desenvolvam a postura investigadora diante dos fatos educativos. Fomentar a reflexão da realidade do ensino de história e a elaboração de um referencial teórico próprio para o ensino de História. Experienciar o ensino de História de forma criativa, crítica e socialmente engajada.
Referências Básicas: FERNANDES, Lindamir Zeglin. <i>A reconstrução de aulas de História na perspectiva da Educação Histórica: da aula oficina à unidade temática investigativa</i> . Disponível on-line: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/158-4.pdf SIMAN, Lana. Representações e memórias sociais compartilhadas: desafios para os processos de ensino e aprendizagem da história. <i>Caderno CEDES</i> . Vol. 25, n. 67, pp. 348-364, set-dez 2005. Disponível http://www.cedes.unicamp.br SCHMIDT, Maria Auxiliadora & CAINELLI, Marlene. <i>Ensinar História</i> . São Paulo: Ed Scipione, 2004.
Referências Complementares: BARCA, Isabel & SCHMIDT, Maria Auxiliadora (Org.) <i>Aprender História: Perspectivas da educação histórica</i> . Ijuí: Ed. Unijuí, 2009. p. 21-51. CAINELLI, Marlene & TUMA, Magda. História e memória na construção do pensamento histórico: uma investigação em Educação Histórica. <i>Revista HISTEDBR on-line</i> , Campinas, nº 34, pp. 211-222, jun. 2009. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/34/artigos.html FRAGA, Hilda Jaqueline de. Percursos docentes em lugares de memória In: <i>Ensino de História no Cone sul: patrimônio cultural, territórios e fronteiras</i> . Porto Alegre: Evangrad, 2012. RÜSEN, Jörn. Experiência, interpretação, orientação: as três dimensões da aprendizagem histórica. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora. BARCA, Isabel. MARTINS, Estevão de Rezende (org). <i>Jorn Rusen e o ensino</i>

de História. Curitiba: UFPR: 2010. P. 79-91.

SEGANFREDO, Andréia; RIBEIRO, Gabriela de O., JUNIOR, Helio T. M.. Entre a casa e o monumento: percepções sobre patrimônio e consciência histórica. In: SILVA, Cristiani Bereta da; et. al (orgs.). *Experiências de ensino de história no estágio supervisionado*. Florianópolis: Editora UDESC, 2011. pp. 171-190.

Ementário Componentes Curriculares Complementares de Graduação

Os componentes curriculares complementares de graduação, organizados desde os eixos integradores do curso, visam maior flexibilização e dinamicidade na formação do futuro licenciado em História. Igualmente objetivam, através dos componentes de Tópicos Especiais, proporcionar ao acadêmico aprofundamento de estudos em temáticas desenvolvidas nos componentes curriculares obrigatórios. A Referências Bibliográficas dos Tópicos Especiais é definida pelo docente proponente a depender da temática a ser explorada, contudo apresenta-se algumas indicações. As abordagens e os focos são definidos previamente considerando os interesses dos acadêmicos por determinados temas e/ou relação com projetos de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos pelo docente proponente. Além dos Tópicos Especiais, o curso também oferta componentes curriculares complementares de graduação que visam à qualificação da formação geral do professor de História, considerando o contexto de inserção do curso e o perfil do egresso anunciado, como por exemplo: Educação e Meio Ambiente, Leitura e Produção Textual, Ensino de História na Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação para o Patrimônio, Profissão e Trabalho Docente, Tecnologias da Informação e da Comunicação Aplicadas ao Ensino, Cartografia como Recurso Didático, História da Arte e Linguagens e Cotidiano de Fronteira.

a) Componentes Curriculares Complementares de Graduação do Eixo Integrador Saberes Específicos da História

Tópicos Especiais em História do Processo de Hominização
Carga Horária: 60h
Ementa: Estudo aprofundado de temáticas e/ou perspectivas teórico-metodológicas próprias ao estudo da história do processo de hominização. Aborda o processo de hominização por diversos focos: cultural, biológica, tecnológica, ecológica, geológica, etc. Contempla o povoamento e o desenvolvimento de diferentes grupos culturais em outros continentes. Aborda discussões relativas ao trabalho nesta com esta temática em espaços educacionais.
Referências Básicas: KLEIN, Richard. <i>O despertar da cultura: a polêmica teoria sobre a origem da criatividade humana</i> . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. LEWIN, Roger. <i>Evolução Humana</i> . São Paulo: ATHENEU Editora, 1999. MITHEN, Steven. <i>A pré-história da mente – uma busca das origens da arte, da religião e da ciência</i> . São Paulo, UNESP, 2002.
Referências Complementares: FOLEY, Robert. <i>Apenas mais uma espécie única: padrões da ecologia evolutiva humana</i> . São Paulo: EDUSP, 1993. FOLEY, Robert. <i>Os humanos antes da humanidade – uma perspectiva evolucionista</i> . São Paulo: UNESP, 2003. FREIRE-MAIA, Newton. <i>Criação e evolução: Deus, o acaso e a necessidade</i> . Petrópolis, Vozes, 1986. MARTÍNEZ PULIDO, Carolina. <i>El papel de la mujer en la evolucion humana</i> . Madrid: Biblioteca Nueva, 2003. MONIOT, Henri. A história dos povos sem história. In: LE GOFF, J. e NORA, P. <i>História: Novos Problemas</i> . Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. pp. 99-112.

Tópicos Especiais em História Antiga
Carga Horária: 60h
Ementa: Estudo aprofundado de temáticas e/ou perspectivas teórico-metodológicas próprias à temática da História Antiga. Abordagem a partir de discussão e produção de trabalho de investigação científica e/ou de instrumentos didático-pedagógicos relativos às temáticas e/ou perspectivas teórico-metodológicas problematizadas.
Referências Básicas: FUNARI, Pedro Paulo A. <i>Grécia e Roma</i> . São Paulo: Contexto, 2001. PINSKY, Jayme. <i>As primeiras civilizações</i> . São Paulo: Contexto, 2009. DUBY, Georges. <i>História da Vida Privada volume um: do Império Romano ao ano mil</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
Referências Complementares: ALFOLDY, Geza. <i>História Social de Roma</i> . Lisboa: Editorial Presença, 1989. BOTTERO, Jean. <i>No começo eram os deuses</i> . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. CARTLEDGE, Paul. <i>Grécia Antiga</i> . Rio de Janeiro: Ediouro, 2009. GRIMAL, Pierre. <i>História de Roma</i> . São Paulo: Editora da Unesp, 2011. JOHNSON, Paul. <i>Egito Antigo</i> . Rio de Janeiro: Ediouro, 2009.

Tópicos Especiais em História Medieval
Carga horária: 60h
Ementa: Estudo aprofundado de temáticas e/ou perspectivas teórico-metodológicas próprias à temática da História Medieval. Abordagem a partir de discussão e produção de trabalho de investigação científica e/ou de instrumentos didático-pedagógicos relativos às temáticas e/ou perspectivas teórico-metodológicas problematizadas.
Referências Básicas: LE GOFF, Jacques. <i>A civilização do Ocidente Medieval</i> . Bauru: Edusc, 2005. FRANCO JR, Hilário. <i>Idade Média: o nascimento do Ocidente</i> . São Paulo: Brasiliense, 2001. DUBY, Georges. <i>Idade Média, Idade dos homens</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
Referências Complementares: ANGOLD, Michael. <i>Bizâncio – a ponte da Antiguidade para a Idade Média</i> . Rio de Janeiro: Imago, 2002. BAKTHIN, Mikhail. <i>Cultura popular na Idade Média e no Renascimento</i> . São Paulo: Hucitec, 2010. HOURANI, Albert. <i>Uma história dos povos árabes</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 2006. HUIZINGA, Johan. <i>O outono da Idade Média</i> . São Paulo: Cosac Naify, 2010. PERNOUD, Regine. <i>Luz sobre a Idade Média</i> . Lisboa: Europa-América, 1997.

Tópicos Especiais em História Moderna
Carga horária: 60h
Ementa: Estudo aprofundado de temáticas e/ou perspectivas teórico-metodológicas próprias à temática da História Moderna. Abordagem a partir de discussão e produção de trabalho de investigação científica e/ou de instrumentos didático-pedagógicos relativos às temáticas e/ou perspectivas teórico-metodológicas problematizadas.
Referências Básicas: BERUTTI, Flávio et al. <i>História moderna através de textos</i> . São Paulo: Contexto, 2004. SANTHIAGO, Theo (org). <i>Do Feudalismo ao Capitalismo: uma discussão histórica</i> . São Paulo: Contexto, 2001. BRAUDEL, Fernand. <i>Civilização material, economia e capitalismo</i> . São Paulo: Martins Fontes, 2009.
Referências Complementares: BURKE, Peter. <i>Cultura popular na Idade Moderna</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 2010. DELUMEAU, Jean. <i>A história do Medo no Ocidente</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 2009. CHAUNU, Pierre. <i>A Europa no século das Luzes</i> . Lisboa: Editorial Presença, 1995. GARCIA MONERRIS, Encarna. <i>Crisis del antiguo régimen y los absolutismos</i> . Madrid: Síntesis, 2005. HILL, Christopher. <i>O século das revoluções (1603-1714)</i> . São Paulo: Editora da Unesp, 2011.

Tópicos Especiais em História Contemporânea
Carga horária: 60h
Ementa: Estudo aprofundado de temáticas e/ou perspectivas teórico-metodológicas próprias à temática da História Contemporânea. Abordagem a partir de discussão e produção de trabalho de investigação científica e/ou de instrumentos didático-pedagógicos relativos às temáticas e/ou perspectivas teórico-metodológicas problematizadas.
Referências Básicas: HOBSBAWM, Eric. <i>A era das revoluções – 1789-1848</i> . São Paulo: Paz e Terra, 2009. HOBSBAWM, Eric. <i>A era dos extremos – 1914-1989</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 2008. REIS FILHO, Daniel Aarão et all (org.). <i>O século XX. O tempo das certezas</i> . Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
Referências Complementares: ANDERSON, Benedict. <i>Comunidades imaginadas</i> . Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2008. HOBSBAWM, Eric. <i>A era do capital – 1848-1875</i> . São Paulo: Paz e Terra, 2010. HOBSBAWM, Eric. <i>A era dos impérios – 1875-1914</i> . São Paulo: Paz e Terra, 2010. MARQUES, Adhemar Martins & BERUTTI, Flávio, FARIA, Ricardo. <i>História contemporânea através de textos</i> . São Paulo: Contexto, 1991. REIS FILHO, Daniel Aarão et all (org.). <i>O século XX. O tempo das dúvidas</i> . Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Tópicos Especiais em História do Brasil
Carga horária: 60h
Ementa: Estudo aprofundado de temáticas e/ou perspectivas teórico-metodológicas próprias à temática da História do Brasil. Abordagem a partir de discussão e produção de trabalho de investigação científica e/ou de instrumentos didático-pedagógicos relativos às temáticas e/ou perspectivas teórico-metodológicas problematizadas.
Referências Básicas: LINHARES, Maria Yedda (org.). <i>História Geral do Brasil</i> . Rio de Janeiro: Campus, 2000. COSTA, Emília Viotti da. <i>Da monarquia à república: momentos decisivos</i> . São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979. FAUSTO, Boris. <i>História do Brasil</i> . São Paulo: Edusp, 2000.
Referências Complementares: CARVALHO, José Murilo. <i>Cidadania no Brasil: o longo caminho</i> . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. DELGADO, L. A. N.; FERREIRA, J. (orgs). <i>O Brasil Republicano</i> . VI. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (Orgs.). <i>O Brasil Imperial. 1831-1870. Volume II</i> . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. ALENCASTRO, Luís Felipe de. <i>O Trato dos Videntes</i> . São Paulo, Companhia das Letras, 2000. NOVAIS, Fernando. <i>Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial</i> . São Paulo: Hucitec, 1989.

Tópicos especiais em História da América
Carga horária: 60h
Ementa: Estudo aprofundado de temáticas e/ou perspectivas teórico-metodológicas próprias à temática da História da América. Abordagem a partir de discussão e produção de trabalho de investigação científica e/ou de instrumentos didático-pedagógicos relativos às temáticas e/ou perspectivas teórico-metodológicas problematizadas.
Referências Básicas: BETHELL, Leslie (org). <i>História da América Latina. A América Latina Colonial, volume II</i> . São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009. BETHELL, Leslie (org). <i>História da América Latina. Da Independência a 1870, volume III</i> . São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009. WASSERMAN, Cláudia (coord.). <i>História da América Latina: cinco séculos (temas e problemas)</i> . Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2010.
Referências Complementares: BETHELL, Leslie (org). <i>História da América Latina. De 1870 a 1930, volume IV</i> . São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009. BETHELL, Leslie (org). <i>História da América Latina. América Latina após 1930: economia e sociedade. Volume VI</i> . São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009.

HALPERIN DONGHI, Tulio. *História da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.
KARNAL, Leandro et all. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2011.
PINSKY, Jaime. *História da América através de textos*. São Paulo: Contexto, 2007.

Tópicos Especiais em História da Região Platina

Carga horária: 60h

Ementa: Estudo aprofundado de temáticas e/ou perspectivas teórico-metodológicas próprias à temática da História da Região Platina. Abordagem a partir de discussão e produção de trabalho de investigação científica e/ou de instrumentos didático-pedagógicos relativos às temáticas e/ou perspectivas teórico-metodológicas problematizadas.

Referências Básicas:

NEVES, Erivaldo Fagundes. *História Regional e Local*. São Paulo: Arcadia, 2002.
BANDEIRA, Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos estados na bacia do Prata*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Revan; Brasília: Ed. UNB, 1998.
GARCIA, Fernando C. *Frente Iluminada*. História do povoamento, conquista e limites do Rio Grande do Sul a partir do Tratado de Tordesilhas 1420-1920. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2010.

Referências Complementares:

FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: HUCITEC, 2006.
PIMENTA, João P. G. *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo: HUCITEC, 2006.
PRADO, Fabrício. *Colônia do Sacramento: o extremo sul da América portuguesa*. Porto Alegre: Fumproarte, 2002.
REGUERA, Andréa. & HARRES, Marluza M. (Orgs.). *Da Região à Nação*. Relações de escala para uma história comparada Brasil- Argentina (séculos XIX e XX). São Leopoldo: Ed. Oikos, 2011.
TEIXEIRA, Primo A. *América: conquista e colonização*. Porto Alegre: Ed. Movimento, 2004.

Tópicos Especiais em História do Rio Grande do Sul

Carga horária: 60h

Ementa: Estudo aprofundado de temáticas e/ou perspectivas teórico-metodológicas próprias à temática da História do Rio Grande do Sul. Abordagem a partir de discussão e produção de trabalho de investigação científica e/ou de instrumentos didático-pedagógicos relativos às temáticas e/ou perspectivas teórico-metodológicas problematizadas.

Referências Básicas:

BOEIRA, Nelson & GOLIN, Tau (orgs.). *Historia Geral do Rio Grande do Sul – República*. Volume 3. Tomos I e II. Passo Fundo: Meritus, 2007.
BOEIRA, Nelson & GOLIN, Tau (orgs.); GERTZ, Rene (orgs.). *Historia Geral do Rio Grande do Sul – República*. Volume 4. Passo Fundo: Meritus, 2007.
OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

Referências Complementares:

KERN, Arno A., SANTOS, Maria Cristina e TAU, Golin (orgs.). *Historia Geral do Rio Grande do Sul – Povos Indígenas*. V5. Passo Fundo: Meritus, 2009.
KÜHN, Fábio. *Breve História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.
NEUMANN, Eduardo e GRIJÓ, Luiz Alberto (orgs.). *O Continente em Armas: uma história da guerra no sul do Brasil*. Rio de Janeiro: apicuri, 2010.
PETERSEN, Silvia. *Que a União Operária Seja Nossa Pátria*: História das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Porto Alegre: Ed. da UFRGS/ Santa Maria: Editora da UFSM, 2001.
ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno*. O Rio Grande do Sul agrário do século XIX. Ijuí: Editora da UNIJUI, 2003.

História da Arte

Carga horária: 60h

Ementa: Abordagem introdutória acerca dos processos evolutivos da representação artística ao longo do desenvolvimento da cultura ocidental. Mediante uma perspectiva que congrega a abordagem conjunta de elementos sócio-históricos e formais, o componente curricular tem como enfoque a localização temporal dos diversos estilos, tendências estéticas e escolas artísticas e suas relações com o quadro histórico de que são resultado. Estudo da arte dentro da complexidade do fenômeno histórico com especial atenção às transformações ocorridas no papel social dos artistas, nas instâncias de mediação do objeto artístico, nas instituições de

consagração e nos mecanismos políticos e ideológicos que atuam na legitimação da arte.

Objetivos: Realizar o mapeamento e a análise crítica acerca das principais escolas artísticas que balizaram o desenvolvimento estético da cultura ocidental, de modo a compreender as modificações ocorridas na arte através de diferentes cenários históricos. Conhecer aspectos básicos da disciplina de História da Arte. Realizar leituras de imagens artísticas a partir de fundamentos da estética e da comunicação visual. Localizar, numa perspectiva histórico-social, os principais estilos e tendências que constituíram a arte ocidental. Problematizar a produção de arte frente a outros campos do conhecimento e da atividade humana. Estimular a percepção das obras artísticas e a formulação de juízos estéticos.

Referências Básicas:

GOMBRICH, Ernst. *A História da Arte*. 18ª edição. Editora LTC. 2000.

JANSON, H.W; JANSON, Anthony. *Iniciação à História da Arte*. 3ª edição. Editora WMF Martins Fontes. 2009.

STANGOS, Nikos. *Conceitos da arte moderna*. 1ª edição. Editora Zahar. 1994.

Referências Complementares:

ARGAN, Giulio Carlo. *Guia de história da arte*. 1ª edição. Editorial Estampa. 1994.

BAYER, Raymond. *História da estética*. 1ª edição. Editora Estampa. 1979.

CHILVERS, Ian. *Dicionário Oxford de Arte*. 3ª edição. Martins Editora. 2007.

DEMPSEY, Amy. *Estilos, escolas e movimentos*. Cosac e Naify. 2011.

NUNES, Benedito. *Introdução à filosofia da arte*. 1ª edição. Editora Ática. 1991.

b) Componentes Curriculares Complementares de Graduação do Eixo Integrador Cultura, Sociedade e Investigação

Tópicos Especiais em Metodologias e Técnicas de Pesquisa Científica em História

Carga Horária: 60h

Ementa: Temáticas relacionadas à metodologia e técnicas de pesquisa científica em História. Trabalho de investigação científica e suas contribuições nos processos de ensino e aprendizagem e/ou na elaboração de recursos ou procedimentos didáticos.

Referências Básicas:

BARROS, José d'Assunção. *O projeto de pesquisa em História*. Da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis: Vozes, 2005.

BURKE, Peter. *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 2001.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

Referências Complementares:

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

CARDOSO, Ciro & PEREZ-BRIGNOLI, Hector. *Os métodos da História*. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

CARDOSO, Ciro & VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 2010.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

RUDIO, Franz Victor. *Introdução ao projeto de pesquisa científica*. Petrópolis: Vozes, 2009.

Tópicos Especiais em Teorias da História

Carga Horária: 60h

Ementa: Temáticas e/ou perspectivas teórico-metodológicas próprias à temática das Teorias da História. Discussão e produção de trabalho de investigação científica e/ou de instrumentos didático-pedagógicos relativos às temáticas e/ou perspectivas teórico-metodológicas problematizadas.

Referências Básicas:

DOSSE, François. *A História a prova do tempo*. Da História em migalhas ao resgate do sentido. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escalas*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a História*. Lisboa: Edições 70, 1983

Referências Complementares:

BARROS D'ASSUNÇÃO, José. *Teoria da História*. 4 vls. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

REIS, José Carlos. *História e teoria*. Historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. Rio de Janeiro, FGV, 2006.

SIMIAND, François. *Método Histórico e Ciência Social*. Bauru, SP: Edusc, 2003.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso. Ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

Tópicos Especiais em História da África e da Cultura Afro-brasileira

Carga horária: 60h

Ementa: Temáticas e perspectivas teórico-metodológicas próprias à História da África e da Cultura Afro-brasileira. Aborda a produção de trabalho de investigação científica, materiais e/ou metodologias didático-pedagógicas sobre a temática discutida para o ensino de História.

Referências Básicas:

COSTA e SILVA, Alberto. *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

COSTA e SILVA, Alberto. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão de 1500-1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

HERNANDEZ, Leila. *A África na sala de aula*. São Paulo: Selo Negro, 2005.

Referências Complementares:

GIORDANI, Mário Curtis. *História da África anterior aos descobrimentos*. 4. Ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

HERNANDEZ, Leila. *A África na sala de aula*. São Paulo: Selo Negro, 2005.

LOPES, Nei. *Enciclopédia Brasileira da diáspora africana*. São Paulo: Selo Negro, 2004.

M'BOKOLO, Elikia. *África Negra: História e Civilizações*. Tomo I. São Paulo: Casa das Áfricas, 2009.

M'BOKOLO, Elikia. *África Negra: História e Civilizações*. Tomo II. São Paulo: Casa das Áfricas, 2011.

MATTOS, Regiane Augusto de. *História e cultura afro-brasileira*. São Paulo: Contexto, 2007.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dário Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. [Orgs.]. *Breve História da África*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

Tópicos Especiais em História e Cultura Indígena

Carga horária: 60h

Ementa: Temáticas e perspectivas teórico-metodológicas próprias aos temas da História e dos estudos da Cultura Indígena no Brasil. Aborda a produção de trabalho de investigação científica, materiais e/ou metodologias didático-pedagógicas sobre a temática discutida para o ensino de História.

Referências Básicas:

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

FUNARI, Pedro Paulo & PINON, Ana. *A temática indígena na escola*. São Paulo: Contexto, 2011.

GRUPIONI, Luís Donizete, SILVA, Aracy L., (org.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus* – São Paulo: Global – 1998.

Referências Complementares:

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

KERN, Arno A.; SANTOS, Maria Cristina dos; GOLIN, Tau (org.). *História Geral do Rio Grande do Sul - Povos Indígenas*. Volume 5. Passo Fundo: Méritos, 2009.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

Anos 90. Revista do Programa de pós-Graduação em História/ UFRGS, IFCH. v.18, n.34. (Dossiê História Indígena na América) Porto Alegre: PPGH, dez. 2011.

Tópicos Especiais em Patrimônio e Museus

Carga horária: 60h

Ementa: Temáticas e/ou perspectivas teórico-metodológicas próprias ao patrimônio e museus. Relação com a produção e o ensino da História. Museu como fonte e/ou objeto de pesquisa para historiadores no ensino de História. Discute e/ou produz instrumentos didático-pedagógicos relativos às temáticas e/ou perspectivas teórico-metodológicas problematizadas, para o ensino de História.

Referências Básicas:

CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas*. 4a. Ed. São Paulo: Edusp, 2008.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Editora Annablume, 2010.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII – XXI: do monumento aos valores*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

Referências Complementares:

BARLERDI, Ignacio Díaz. *La memoria fragmentada*. El museo y sus paradojas. Barcelona: Ediciones TREA, 2008.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. *Patrimônio histórico e cultural*. 2a. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

HERNÁNDEZ, Josep Ballart; TRESSERAS, Jordi Juan i. *Gestión del patrimonio cultural*. 3a ed. Barcelona: Editorial Ariel, 2007.

HOMS, Maria Immacula Pastor. *Pedagogía Museística*. Nuevas Perspectivas y Tendencias Actuales. Barcelona : Ariel Patrimônio, 2ª ed., 2002.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Cultura e Patrimônio*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008.

Tópicos Especiais em Patrimônio, Cultura Material e Arqueologia

Carga horária: 60h

Ementa: Temáticas e/ou perspectivas teórico-metodológicas próprias ao patrimônio arqueológico e a cultura material. Relação com a produção e o ensino da História. Cultura material como fonte e/ou objeto de pesquisa para arqueólogos e historiadores. Discute e/ou produz instrumentos didático-pedagógicos relativos às temáticas e/ou perspectivas teórico-metodológicas problematizadas, para o ensino de História.

Referências Básicas:

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: UNESP e Estação Liberdade, 2006.

BALLART, Josep. *El patrimonio histórico y arqueológico : valor y uso*. Barcelona : Ariel, 2007.

Revista Metis: História e Cultura. Dossie Cultura Material. v.8, n. 16, jul/dez. 2009. Caxias do Sul: UCS, 2011.

Referências Complementares:

JOHNSON, Matthew. *Teoría Arqueológica: una introducción*. Barcelona: Ariel, 2000.

MURTA, Stela Maris e ALBANO, Celina (orgs). *Interpretar o Patrimônio: um exercício no olhar*. Belo Horizonte: Editora da UFMG e Território Brasília, 2002.

Cury, Isabelle (org). *Cartas Patrimoniais*. Rio de Janeiro : IPHAN, 2004.

FONSECA, Maria Célia Londres. *Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro : Editora da UFRJ/ MINC, IPHAN, 2005.

HOBSBAWN, Eric, Ranger, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

Tópicos Especiais em Ciências Sociais

Carga Horária: 60h

Ementa: Teorias clássicas constitutivas das Ciências Sociais. As postulações teóricas e metodológicas da sociologia, ciência política e antropologia e sua interrelação com o ensino da História. Reflexão acurada dos postulados teóricos que contribuem para o desvelamento dos problemas políticos sociais e culturais da atual crise da modernidade.

Referências Básicas:

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

FOUCAULT, M. *Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

BAUMAN, Zygmunt - *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

Referências Complementares:

ARON, R. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

DURKHEIM, Émile. *A divisão do trabalho social*. Lisboa: Editorial Presença; São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1977. 2 v.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

WEBER, Max. *Metodologia das ciências sociais*. São Paulo: Cortez; Campinas, EDUNICAMP, 1992. 2v.

MAUSS, Marcel. *Ensaio de sociologia*. São Paulo: Perspectiva, 1981.

Tópicos Especiais em Direitos Humanos e Cidadania

Carga horária: 60h

Ementa: Temáticas e/ou perspectivas teórico-metodológicas relacionadas aos Direitos Humanos e a Cidadania no ensino da História. Produção de trabalho de investigação científica e/ou de instrumentos didático-pedagógicos relativos às temáticas e/ou perspectivas teórico-metodológicas problematizadas.

Referências Básicas:

CESCON, Evaldo, NODARI, Paulo César (orgs). *Filosofia, ética e educação: por uma cultura da paz*. São Paulo: Paulinas, 2011.

SANTOS, Boaventura de Souza. Uma concepção multicultural dos direitos humanos. In: *Lua Nova*. Revista de Cultura e Política, n. 39. São Paulo, CEDEC, 1997.

Rosa Maria Silveira (org). *Educação em Direitos Humanos: fundamentos teóricos-metodológicos*. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

Referências Complementares:

BRITO, Francisco A. & CÂMARA João B. D. *Democratização e gestão ambiental: em busca do desenvolvimento sustentável*. Petrópolis: Vozes, 2004.
 CAPRA, Fritjof. *O ponto de mutação*. Trad. Alvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1995.
 LEFF, Henrique. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Petrópolis: Vozes, 2005.
 MORIN, Edgar. *Terra-Pátria*. Tradução Paulo Azevedo Neves da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2000
 VAZQUEZ, Adolfo Sanches. *Ética*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1984.

Leitura e Produção Textual

Carga horária: 60h

Ementa: As relações entre linguagem oral e escrita. As funções da escrita. Escrita acadêmica: resenha, resumo, fichamentos e artigos. A intertextualidade como recurso de escrita. Paráfrase, citação textual e sínteses. Planejamento da escrita. Organização e constituição das ideias do texto. Estrutura, ordenação e desenvolvimento do parágrafo. Argumentação e ritmo nas escritas acadêmicas

Objetivo: Fomentar o desenvolvimento de competências e habilidades relacionadas às práticas de leitura e de escrita, com vistas à qualificação do desempenho acadêmico do acadêmico e de sua atuação profissional.

Referências Básicas:

LIMA, Maria da Conceição Alves de. *Textualidade e ensino*. São Paulo, Ed. Unesp, 2006.
 FAULSTICH, Enilde L. de J. *Como ler, entender e redigir um texto*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
 MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo, Cortez, 2001.

Referências Complementares:

FIORIN, J. L. & SAVIOLI, F. P. *Para entender o texto: leitura e redação*. 7. ed., São Paulo, Ática, 2000.
 GARCEZ, Lucília Helena do Carmo. *Técnicas de redação*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
 JOUVE, Vicent. *A leitura*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
 KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e Compreender os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2006.
 KÖCHE, Vanilda Salton. Et al. *Prática textual: atividades de leitura e escrita*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
 MACHADO, Anna Rachel et al. *Planejar gêneros acadêmicos*. São Paulo: Parábola editorial, 2005

Educação e Meio Ambiente

Carga horária: 60h (30h T-30h P)

Ementa: Abordagens teóricas e práticas oriundas de diferentes áreas do conhecimento. Concepções ambientais como fatores de ordem social, cultural e política devendo sua prática influenciar os valores da sociedade. Ambiente, desenvolvimento e educação. Ética e Educação Ambiental. Relações disciplinares e a Educação Ambiental. Tendências na Educação Ambiental. Compromissos Mundiais da Educação Ambiental.

Objetivo: Possibilitar a construção do conhecimento em Educação Ambiental (EA), através de diversas abordagens e marcos teóricos na área, visando a efetiva participação para a inclusão da EA nos diversos projetos a serem desenvolvidos na rede escolar. Desenvolver projetos de educação ambiental, nos planos formal e não-formal. Investigar e/ou a intervir em projetos de educação ambiental e de modelos de desenvolvimento sustentado adequados às especificidades sócio-ambientais das comunidades envolvidas.

Referências Básicas:

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Resolução nº 2 de 15 de junho 2012. Brasília: Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação, 2012.
 BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Ministério da Educação. Programa Nacional de Educação Ambiental. 3. e.d Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.
 BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. Programa Parâmetros em Ação. Meio Ambiente. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Fundamental, 2001.
 BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamenta. Parâmetros curriculares nacionais: temas transversais: meio ambiente e saúde. Brasília: MEC/SEF, 1997.
 CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. *Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico*. São Paulo: Cortez, 2004.
 CORNELL, Joseph. *Brincar e aprender com a natureza*. Guia de atividades infantis para pais e monitores.
 COELHO, Maria de Lurdes. *Consumo e espaços pedagógicos*. São Paulo: Cortez, 1996.
 DIAS, Genebaldo Freire. *Educação Ambiental: princípios e práticas*. 9 ed. São Paulo: Gaia, 2007.
 GRÜN, Mauro. *Em busca da dimensão ética da educação ambiental*. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2007.
 PENTEADO, Heloísa Dupas. *Meio Ambiente e a formação de professores*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010

Referências Complementares:

BRASIL. Ministério da Educação. Ministério do Meio Ambiente. *Formando COM-VIDA: construindo uma*

Agenda 21 na escola. Brasília: MEC, Coordenação Geral de Educação Ambiental, 2004

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Parâmetros em Ação, meio ambiente na escola: bibliografia e sites comentados. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC; SEF, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: ciências naturais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. Educação ambiental: projeto de divulgação de informações sobre educação ambiental. Brasília: MEC/SEF, 1991.

CASCINO, Fábio; JACOBI, Pedro; OLIVEIRA, José Flávio. Educação, Meio Ambiente e Cidadania: reflexões e experiências. São Paulo: SEMA/CEAM, 1998. 122 p.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Em direção ao mundo da vida: interdisciplinaridade e educação ambiental. Brasília: IPE, 1998. 102p. (Cadernos de Educação Ambiental, 2)

DIAS, G. F. Atividades interdisciplinares em EA. São Paulo: Ed. Global, 1994.

IBAMA. Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas / UNESCO. Brasília: Ed. IBAMA, 1999. 118 p.

RODRIGUES, Vera Regina (coord.). Muda o mundo Raimundo: Educação Ambiental no ensino básico do Brasil. Brasília: WWF/FNMA/MEC, 1997. 188p.

SATO, Michèle. *Debatendo os desafios da educação ambiental*. In Revista Eletrônica de Mestrado em Educação Ambiental. Rio Grande: FURG, 2001, R14-R33p. Disponível em: <http://www.sf.dfis.furg.br/mea/remea/index.htm>

ZEPPONE, Rosimeire M.O. Educação Ambiental: teorias e práticas escolares. Araraquara: JM Ed., 1999. 150 p.

Linguagens e Cotidiano de Fronteira
Carga horária: 30h
Ementa: Cotidiano e a problemática as identidades culturais em contextos de fronteira em de suas múltiplas linguagens de expressão. Conceitos de cotidiano, fronteira, identidade e cultura na análise e interpretação de linguagens.
Objetivos: Discutir, a partir do contexto local, o cotidiano e as múltiplas linguagens manifestas no espaço de fronteira, como por exemplo: arquitetura, música, culinária, língua e cultura material e imaterial em geral.
Referências Básicas: HALL, Stuart. <i>A identidade cultural na pós-modernidade</i> . 3ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. HELLER, Agnes. <i>O Cotidiano e a História</i> . São Paulo: Paz e Terra, 2008. LARAIA, Roque de Barros. <i>Cultura - Um Conceito Antropológico</i> . Rio de Janeiro: JORGE ZAHAR, 2002.
Referências Complementares: BAUMAN, Zygmunt. <i>Identidade: entrevista e Benedetto Vecchi</i> . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005. BHABHA, Home. <i>O local da cultura</i> . Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003. BURKE, Peter. <i>Hibridismo Cultural</i> . São Leopoldo: editora Unisinos, 2006. CANLICI, Nelson G. <i>Culturas híbridas</i> . São Paulo: EDUSP, 2006. CERTAU, Michel de; GIARD, Luce e MAYOL, Pierre (orgs). <i>A invenção do cotidiano</i> . Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. SILVA, Tomaz Tadeu da (org). <i>Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais</i> . Petrópolis: Vozes. 2000.

c) Componentes Curriculares Complementares de Graduação do Eixo Integrador Formação Pedagógica

Tópicos Especiais em Ensino de História
Carga horária: 60h
Ementa: Temáticas e/ou perspectivas teórico-metodológicas contemporâneas referentes ao Ensino de História e a formação docente. Aborda a produção de trabalho de investigação científica e de material didáticos pedagógicos pertinentes ao ensino de história em espaços escolares e não escolares.
Referências Básicas: ARIAS NETO, J. M. (org.) <i>Dez anos de Pesquisa em Ensino de História</i> . Londrina: Atritoart, 2005. FONSECA, Selva Guimarães. <i>Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados</i> .

Campinas, SP: Papirus, 2003.
LAMBERT, Peter e PHILLIPP, Schofield. *História – Introdução ao ensino e a prática*. São Paulo: ARTMED, 2011.

Referências Complementares:

CERRI, Luiz Fernando. Didática de História: uma leitura teórica sobre a História na prática. *Revista de História Regional*. Ponta Grossa: UEPG, 2010.
BARBOZA, Tatiana Machado. O registro fotográfico e o ensino de História In: *Ensino de História: formação de professores e cotidiano escolar*. Porto Alegre: EST, 2002.
FRAGA, Hilda Jaqueline de. Percursos docentes em lugares de memória In: *Ensino de História no Cone Sul: patrimônio cultural, territórios e fronteiras*. Porto Alegre: Evangraf, 2012.
GANDIN, D. & CRUZ, C.C. *Planejamento na sala de aula*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1995.
NAPOLITANO, Marcos. *Como usar o cinema na sala de aula*. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

Educação para o Patrimônio

Carga horária: 60h

Ementa: Patrimônio numa perspectiva histórica. Novas definições e abordagens apresentadas pelo campo do patrimônio na contemporaneidade. Análise e reflexão das políticas culturais de preservação do patrimônio no Brasil. Meios de difusão, apropriação e usos sociais do patrimônio. Educação patrimonial enquanto metodologia para o ensino de História em espaços escolares e não escolares.

Objetivos: Analisar e construir propostas de educação para o patrimônio contemplando os bens culturais, fontes e registros documentais individuais e coletivos. Viabilizar a apropriação de conceitos, conteúdos e metodologias para a elaboração coletiva de aprendizagens significativas e interdisciplinares envolvendo os campos do ensino de história e do patrimônio histórico e cultural.

Referências Básicas:

FUNARI, Pedro P. e PELEGRINI, Sandra C. A. *Políticas patrimoniais no Brasil: impasses e realizações*. Histórico Cultural, Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2006, p.43 a 60.
FRAGA, Hilda Jaqueline de, TRINTADE, Tatiana. *Retalhos de memória: uma experiência de educação patrimonial comunitária* In: *Anais da XVI Jornada de Ensino de História e Educação e IX Seminário de Estudos Históricos: políticas públicas e desafios para o ensino de história*, São Leopoldo, 2010.
HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Fundamentos da educação patrimonial In: *Ciências & Letras*. Revista da faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras. Porto Alegre: FAPA, n.27, jan/jun, 2000, p. 25-35.

Referências Complementares:

FRAGA, Hilda Jaqueline de. Percursos docentes em lugares de memória In: *Ensino de História no Cone Sul: patrimônio cultural, territórios e fronteiras*. Porto Alegre: Evangraf, 2012.
FRAGA, Hilda Jaqueline de. A cidade como documento no ensino de história. In: POSSAMAI, Zita Rosane (org). *Leituras da Cidade*. Porto Alegre, Evangraf, 2010.
POSSAMAI, Zita. O patrimônio em construção e o conhecimento histórico. In: *Ciências & Letras*. Revista da faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras. Porto Alegre: FAPA, n.27, jan/jun, 2000, p. 13-24.
SANT'ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: *Memória e Patrimônio: Ensaio contemporâneos*, Rio de Janeiro, Ed: DP&A, 2003.

Ensino de História na Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Carga horária: 60h

Ementa: Docência, processo de ensino-aprendizagem e a construção do conhecimento histórico na educação de jovens e adultos. Temáticas e perspectivas teórico-metodológicas. Elaboração de atividades didático-pedagógicas pertinentes ao ensino de história nessa modalidade.

Objetivos: Propiciar a discussão e a reflexão docente sobre as especificidades do ensino-aprendizagem na educação de jovens e adultos. Possibilitar o estudo de temáticas e perspectivas teórico metodológicas de ensino de história nessa modalidade. Elaborar estratégias de ensino e atividades didático - pedagógicas voltadas para o exercício da docência.

Referências Básicas:

BITTENCOURT, Circe. Apresentação. In: *O saber Histórico na Sala de Aula*. São Paulo: Contexto, 2002.
_____. Capitalismo e Cidadania nas atuais propostas curriculares de História. In: *O saber Histórico na Sala de Aula*. São Paulo: Contexto, 2002.
PINTO, Álvaro Vieira. *Sete lições sobre educação de adultos*. São Paulo: Cortez 1997.
FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados*. São Paulo: Papirus, 2003.

Referências Complementares:

BEZERRA, Holien G. Ensino de História: Conceitos e Conteúdos Básicos. In: KARNAL, Leandro (org.)

História na Sala de Aula: Conceitos, Práticas e Propostas. São Paulo: Contextos, 2005.
 FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
 GADOTTI, Moacir, ROMÃO, José E. (orgs). *Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta.* São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2007. – (Guia da escola cidadã; v.5).
 ROMÃO, José Eustáquio. Educação de Jovens e adultos – cenário e perspectiva. *Cadernos de EJA*, n5. São Paulo: IPF, 1999.
 YAMASAKI, Alice Akemi. Educação de Jovens e adultos – uma perspectiva freiriana. *Cadernos de EJA*, n2, São Paulo: IPF, 1999.

Tecnologias da Informação e da Comunicação Aplicadas ao Ensino
Carga Horária: 60
Ementa: As novas tecnologias da comunicação e informação e suas aplicações na educação. Relação comunicação e educação na sociedade contemporânea. A influência das novas tecnologias nos processos escolares. Integração das tecnologias digitais às práticas docentes.
Objetivos: Estudar os processos pedagógicos das tecnologias digitais e suas implicações/relações no que diz respeito ao ensino e aprendizagem escolar. Instrumentalizar os alunos no uso das TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação para mediar suas atividades cotidianas, contribuindo à sua formação. Provocar a produção de materiais educacionais digitais, observando o critério de acessibilidade (design universal).
Referências Básicas: FERNANDES, Natal Lania Roque. <i>Professores e Computadores: navegar é preciso!</i> Porto Alegre: Mediação, 2004. LEVY, Pierre. <i>A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço.</i> São Paulo : Loyola, 2010. MOURA, Leonardo. <i>Como escrever na rede: manual de conteúdo e redação para internet.</i> Rio de Janeiro: Record, 2002.
Referências Complementares: ASSMANN, Hugo. <i>Redes digitais e metamorfose do aprender.</i> Rio de Janeiro: Vozes, 2005. SILVA, Ezequiel Theodoro (Coord.). <i>A leitura nos oceanos da internet.</i> São Paulo: Cortez, 2003. LEMOS, Andre. <i>Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea.</i> Porto Alegre: Sulina, 2010. LEVY, Pierre. <i>Cibercultura.</i> São Paulo: Editora 34, 1999. RECUERO, Raquel. <i>Redes Sociais na Internet.</i> Porto Alegre: Sulina, 2009. SEGARAN, Toby. <i>Programando a inteligência coletiva: desenvolvendo aplicativos web 2.0 inteligentes.</i> Rio de Janeiro: Alta Books, 2008.

Profissão e Trabalho Docente
Carga Horária: 60h
Ementa: Estudo da constituição histórica do trabalho e da profissão docente, desde seus aspectos pedagógicos, políticos, culturais e econômicos. Contribuições de diferentes abordagens teóricas que discutem o trabalho e a profissão docente em suas especificidades e particularidades.
Objetivos: Compreender aspectos sociais, políticos, culturais e econômicos implicados na história da profissão e no exercício da docência. Identificar aspectos que caracterizaram a história da Escola Normal no mundo e no Brasil, bem como conhecimentos decorrentes de estudos que analisam a categoria gênero como elemento fundamental para a compreensão do trabalho docente. Reconhecer e analisar as diferentes fontes dos saberes presentes na prática docente e sua tradução na organização do trabalho na escola e na formulação de projetos que visam à qualificação das práticas docentes.
Referências Básicas: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). <i>O Magistério na política cultural.</i> Canoas: Editora da ULBRA, 2006. TARDIF, Maurice e LESSARD, Claude (Orgs.). <i>O Ofício de Professor. Histórias, perspectivas e desafios internacionais.</i> Petrópolis: Vozes, 2008. PIMENTA, Selma Garrido, (Org). <i>Saberes Pedagógicos e Atividade Docente.</i> São Paulo: Cortez, 2002.
Referências Complementares: SALCIDES, Arlete. Possíveis conexões entre a identidade docente e a história política dos sexos nas sociedades ocidentais. <i>Revista Aletheia – Logos Psicologia</i> , N.11. 1º Semestre, 2001. Canoas: Editora da ULBRA.

SALCIDES, Arlete. Professoras no show da vida – a docência como ato de cidadania. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). *O Magistério na política cultural*. Canoas: Editora da ULBRA, 2006.
 TARDIF, M. *Saberes Docentes e Formação Profissional*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
 TARDIF, Maurice e LESSARD, Claude (Orgs.). *O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

Cartografia como Recurso Didático
Carga horária: 60h
Ementa: A trajetória da ciência cartográfica e sua importância para os estudos de História e demais Ciências Humanas. A linguagem cartográfica e os seus significados. Os mapas históricos e as representações dos dados da realidade: passado e presente.
Objetivos: Reconhecer a importância da Cartografia no Ensino da História e demais Ciências Humanas. Analisar e entender o significado da espacialidade produzida e vivenciada pela sociedade à luz dos diferentes momentos históricos e como condição para o alcance da cidadania. Elaborar estratégias de Ensino a partir da linguagem cartográfica.
Referências Básicas: ALMEIDA, Rosângela Doin. (Org.) Cartografia Escolar. São Paulo: Contexto, 2012. FITZ, Paulo Roberto. Cartografia Básica. São Paulo: Oficina de Textos, 2009. NOGUEIRA, Ruth E. Cartografia: representação, comunicação e visualização de dados espaciais. Florianópolis: Ed.UFSC, 2009.
Referências Complementares: AGUIRRE, Argentino Jose. Introdução a cartografia. Santa Maria: Ed. UFSM, 2007. ALMEIDA, Rosângela Doin. Do desenho ao mapa: iniciação cartográfica na escola. São Paulo: Contexto, 2004. DUARTE, Paulo Araújo. Fundamentos da Cartografia. Florianópolis: Ed.UFSC, 2008. FERNAND, Joly. A cartografia. Campinas: Papirus, 2011. LACOSTE, Yves. A geografia: isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra. Campinas: Papirus, 2010.

2.3.5 Flexibilização curricular

Considerando-se a necessidade de permitir ao discente a conciliação de um saber com base na autonomia, é necessário que o acadêmico curse 180 (cento e oitenta) horas de componentes curriculares complementares de graduação, dentro do conjunto total das horas de integralização de seu currículo. Estes componentes curriculares podem ser escolhidos dentro de um conjunto de tópicos especiais e outros componentes curriculares derivados dos eixos integradores que formam a matriz curricular do curso, e seus respectivos núcleos. Destaca-se que a organização do curso em eixos integradores organizados em núcleos temáticos e/ou conceituais fomenta, de uma maneira ou outra, a flexibilização curricular, na medida em que busca oferecer uma formação profissional interdisciplinar e atenta as necessidades do contexto social de ação do curso. Além disso, o acadêmico pode optar, caso haja possibilidade – em concordância com a justificativa do curso e o perfil do egresso – por cursar componentes ofertados em outras unidades universitárias da Universidade Federal do Pampa ou em outra instituição de ensino superior devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação.

Paralelamente, as atividades complementares de graduação (ACG) também provêm a flexibilização curricular e uma dinâmica formação profissional. O curso busca promover, a partir dos projetos de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos, oportunidades de realização de ACG. Da mesma forma, os projetos de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos no curso fomentam a flexibilização curricular na formação dos licenciados em História. O Curso de História - Licenciatura ainda possibilita a flexibilização da formação do futuro professor na

execução e no fomento à participação em Programas de Iniciação à Docência (PIBID) e Programas de Educação Tutorial (PET).

3. RECURSOS

3.1. Corpo Docente

De acordo com o Projeto Institucional, em termos gerais, o perfil docente desejado para atuar no Curso de História - Licenciatura deve preconizar o conhecimento enquanto elemento relevante para a vida social e pública, oportunizando a formação de professores críticos e intelectualmente autônomos. Em sua prática, o docente deve primar pelo desenvolvimento de ações pedagógicas inovadoras e concatenadas com o contexto social, econômico, educacional e político regional, agregando a interação coletiva e a mobilização dos diferentes saberes como pressupostos epistemológicos para a produção do conhecimento, para que, em última instância, este aja simultaneamente sobre as necessidades locais e globais nas quais a comunidade se encontra. Na superação dos modelos de aula convencionais, o docente deve articular o ensino, a pesquisa e a extensão como bases da formação acadêmica e referenciais para os professores em formação, a partir das particularidades dos envolvidos, para que o egresso torne-se finalmente um cidadão participativo, crítico e responsável, ciente da necessidade de uma vivência social sustentável e desejoso de uma formação continuada. Para que, desta maneira, o conhecimento científico pautado na excelência acadêmica, assim como na ética e no compromisso com os interesses públicos, possa ser atualizado pelo docente e o egresso nas atividades de graduação e pós-graduação.

Destaca-se ainda que o corpo docente da UNIPAMPA encontra suporte pedagógico junto à Coordenadoria de Apoio Pedagógico (CAP), bem como no Núcleo de Apoio Educacional (NuDE). Ambos com equipes lotadas em cada um dos campi da Universidade.

No que tange às especificidades do corpo docente do Curso de História - Licenciatura, atualmente esta concentra-se nas seguintes áreas: História das Sociedades do Mediterrâneo Antigo e Medieval, Arqueologia, Sociologia e Antropologia, História da América, História do Brasil, História da África e Cultura Afro-brasileira, Ensino de História, Patrimônio e História Moderna. O Curso, além de docentes com formação em História, conta com professores colaboradores (lotados em outros cursos da instituição), conforme se pode observar na tabela que segue abaixo.

Docente	Titulação	Área da titulação	Área de Atuação no Curso
Adelmir Fiabani	Doutor	História	História da África e da Cultura Afro-Brasileira
Adriana Fraga da Silva	Doutora	História	Arqueologia, Patrimônio e Processo

			de Hominização
Arlete Maria Feijó Salcides (Colaboradora)	Doutora	Educação	Políticas Públicas em Educação
Caiuá Cardoso Al-Alam	Mestre	História	História do Brasil
Édison Bisso Cruxen	Mestre	História	História Antiga e Medieval
Everton de Oliveira Ferrer	Mestre	Educação	Políticas públicas em Educação
Fernanda Maria Duarte Severo	Doutora	História	História do Brasil
Günter Tlajja Leipnitz	Mestre	História	História da América, Metodologia da Pesquisa
Hilda Jaqueline Fraga	Doutora	Educação	Patrimônio, Didática, Metodologia do Ensino de História e Estágio Supervisionado
Rafael da Costa Campos	Mestre	História	História Antiga e História Moderna
Vágner Silva Cunha	Mestre	Política Social	Sociologia, Antropologia e Direitos Humanos

O Curso de História conta com um código de vaga proveniente do processo de redistribuição docente para a Universidade Federal de Pelotas, ocorrido no segundo semestre de 2012. Tal código tramita em processo de redistribuição de outro servidor, para a UNIPAMPA/Curso de História, com perfil para assumir componentes curriculares da área da História Contemporânea e de temas ligados à História Regional. Contudo, observa-se que, para a finalização da implantação deste curso, necessita-se de ao menos dois outros códigos de vagas. Isto possibilitará a oferta qualificada de componentes curriculares ligados ao núcleo de formação pedagógica (incluindo estágio curricular) e ao eixo integrador Cultura, Sociedade e Investigação, em específicos nos componentes relacionados às Teorias da História. Além disso, possibilitará oferta, atendendo as especificidades da área de implantação desta Universidade, de componentes curriculares como História da Região Platina e do Rio Grande do Sul, estes últimos vinculados aos núcleos de História da América e Regional e de História do Brasil, conforme apresentado neste projeto. Se contemplado por novas vagas que permitam a atuação de docentes nos temas listados acima, o curso qualificará e ampliará seu papel na formação de professores de História na e para a fronteira, considerando o projeto institucional da UNIPAMPA e as demandas da região de atuação.

3.2. Corpo Docente

A Comissão de Curso de História - Licenciatura busca a promoção de atividades de ensino, pesquisa e extensão como forma de permitir uma vivência acadêmica mais integrada e

interativa. Os laboratórios de curso promovem periodicamente atividades vinculadas a projetos de pesquisa e extensão coordenados por seus docentes, bem como atualmente três membros do corpo docente são responsáveis por um programa PET (Programa de Educação Tutorial) em História da África, e dois PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência), em Educação Patrimonial e Ensino de História. Uma boa parte dos discentes conta com bolsas de permanência (PBP) e de instalação estudantil (PBI), com suporte do NUDE (núcleo de desenvolvimento educacional), CAP (coordenadoria de apoio pedagógico) e o NINA (Núcleo de Inclusão e Acessibilidade). Espera-se que, com o doutoramento dos demais docentes do Curso, e com a ampliação da oferta de editais de fomento, que haja significativa ampliação de discentes bolsistas em projetos de ensino, pesquisa e extensão.

3.3 Infraestrutura

O prédio do campus Jaguarão da Universidade Federal do Pampa possui área física de 5.626,53 m², com 16 salas de aula divididas pelos cinco cursos de graduação. O prédio também conta com um auditório com capacidade para cerca de 250 pessoas, uma sala coletiva de trabalho para os docentes de cada curso e uma sala coletiva para as coordenações de cursos. Além disso, o prédio do Campus Jaguarão possui outros espaços físicos, como: a biblioteca (com acervo catalogado até o momento em 20 mil exemplares); sala de reuniões com equipamento de videoconferência; sala de apoio pedagógico (NUDE – Núcleo de Desenvolvimento Educacional) que conta com Assistente Social, Técnico em Assuntos Educacionais e Pedagoga; secretaria acadêmica que concentra os serviços de registro acadêmico, encaminhamentos dos cursos de graduação e demais atividades relacionadas ao corpo discente; sala de coordenação acadêmica; salas administrativas; laboratório de informática; copa para servidores e funcionários terceirizados; salas para laboratórios de cursos.

Observa-se ainda que o prédio conta com rampa de acesso à entrada principal, bem como um elevador que, em breve, estará em funcionamento, visando acessibilidade de portadores de necessidades especiais a todos os andares. A infraestrutura referente aos laboratórios, por sua vez, será implementada com a instalação de divisórias, mobiliário e equipamentos que encontram-se em fase de compras. Atualmente, os laboratórios do curso compartilham uma ampla sala que, como apontado, receberá divisórias com o objetivo de qualificar os espaços institucionais e as condições de trabalho na pesquisa, na extensão e nos processos de ensino e aprendizagem.

3.3.1 Laboratórios

Com o objetivo de desenvolver práticas acadêmicas articuladoras do ensino, da pesquisa e da extensão, torna-se necessário a instalação de espaços laboratoriais que possibilitem a formação de licenciados em história para além do espaço da sala de aula. Neste sentido, o Curso de História - Licenciatura da UNIPAMPA conta com uma estrutura de laboratórios que se encontram em fase de instalação, com locação no andar térreo o prédio do campus Jaguarão, em salas devidamente equipadas, respeitando a natureza das atividades e das temáticas desenvolvidas em cada um dos espaços, bem como o perfil do público usuário dos

espaços. Tais espaços têm como foco, além do desenvolvimento da pesquisa e de ações extensionistas, a emergência de práticas pedagógicas relacionadas aos componentes curriculares ministradas no curso. Portanto, antes de tudo, trata-se de espaços de ensino, na formação de professores de história. Além dos laboratórios que seguem descritos abaixo, os discentes do Curso de História - Licenciatura pode contar com os laboratórios de informática do campus, citados no item anterior. Trata-se de espaços de uso coletivo, composto por modernos computadores com acesso à internet e o atendimento de monitoria para eventuais auxílios necessários.

1. **Laboratório de Cultura Material e Arqueologia (LACUMA)** – o Laboratório de Cultura Material e Arqueologia da UNIPAMPA pretende o desenvolvimento de projetos de pesquisa, ensino e extensão que visem contribuir à formação de profissionais sensibilizados aos trabalhos que envolvam o patrimônio arqueológico, bem como em diferentes aspectos do trabalho a partir da cultura material. Visa, portanto, promover ações e debates que contribuam na significação e no reconhecimento dos patrimônios arqueológicos e no desenvolvimento de políticas públicas para a valorização e manutenção do patrimônio material, sem, é claro, deixar de observar e debater sua esfera simbólica e relação com o patrimônio imaterial, memórias e históricas locais e regionais. A formação de novos educadores e de ações e políticas, como citados anteriormente, desenvolver-se-ão através da implementação de projetos de pesquisa em arqueologia e da cultura material de diferentes períodos e contextos históricos que fomentam e são fomentados por ações extensionistas e práticas educativas.
2. **Laboratório Interdisciplinar de Imagem e Som (LIIS)** – o Laboratório Interdisciplinar de Imagem e Som da UNIPAMPA se constituirá como um espaço reflexivo e tecnológico para o desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão integrando componentes curriculares do Curso de História e propostas multidisciplinares. Almeja-se a partir do uso de tecnologias apropriadas para assistências, audições e experiências formativas suscitar a qualificação profissional dos envolvidos, oportunizando a ampliação dos horizontes culturais e possibilidades de produções de “escritas da história” diferenciadas. Complementarmente, pretende-se promover estudos teóricos, epistêmicos, conceituais e metodológicos sobre as potencialidades do uso das imagens e sons como fontes de pesquisa e meios de expressão privilegiados do período contemporâneo. Visa-se, desse modo, consolidar uma programação para integrar interdisciplinarmente as potencialidades internas da comunidade universitária, dos profissionais vinculados ao ensino, pesquisa e gestão pública da área da história, cultura, produção cultural, memória, patrimônio, sociedade e áreas afins ampliando a utilização das tecnologias em práticas de ensino, pesquisa e extensão de modo acessível.
3. **Laboratório de Pesquisa em Ensino de História (LAPEH)** – o Laboratório de Pesquisa em Ensino de História orienta-se por uma visão de que prática educativa deva ser objeto permanente de reflexão, em todos os âmbitos, sendo assim complementada pela pesquisa, que por sua vez, não pode prescindir de sua divulgação e problematização para cumprir seu sentido. Assim, o LAPEH vem ao encontro das necessidades próprias à boa formação dos profissionais que serão graduados pelo Curso de História - Licenciatura da UNIPAMPA, sejam na qualidade de educadores ou pesquisadores. Ele dialoga com a prática educativa não apenas no âmbito tradicional da docência de História pensada no espaço formal da sala de aula, mas igualmente com as dimensões "não-formais", principalmente com a área da

educação patrimonial. Tem como principais objetivos qualificar a formação de educadores ligados ao ensino de História e promover pesquisas que investigam temáticas e objetos relacionados ao mesmo.

4. **Laboratório de História Social e Política (LAHISP)** – o Laboratório de História Social e Política tem como objetivo, formar e qualificar pesquisadores na área da História Social e Política, assim como promover pesquisas na mesma temática. Na UNIPAMPA, tal laboratório que contemple estes temas de pesquisa em História, possibilita além de um diálogo com a produção acadêmica na área de pesquisa nacional e internacional, a viabilização de novos trabalhos que levem em conta a formação social e política da região. Tais contribuições, incorporadas em projetos de pesquisa e extensão, podem ser úteis para que a população reflita sobre o passado e presente da localidade, reconhecendo as continuidades, as permanências, assim como as mudanças, relativas ao mundo social e sua organização.
5. **Laboratório de Estudos do Império Romano e Núcleo de Estudos sobre Antiguidade e Medieval (LEIR/NEAM)** – vinculado a um projeto nacional (LEIR), este laboratório tem o propósito de estimular a pesquisa, ensino e a extensão sobre o Mundo Antigo e Medieval. A despeito de uma ideia de distanciamento e excentricidade, os reflexos sobre a tradição cultural clássica e as sociedades pré-industriais ainda é extremamente relevante e fértil para a compreensão do desenvolvimento da sociedade contemporânea, fato manifestado pelas recepções que a Modernidade e a Contemporaneidade possuem da Antiguidade e do Medieval. Assim, o objetivo principal das atividades tem como foco a retomada do gosto por estes elementos históricos e culturais, bem como a abreviação de um equivocado distanciamento conferido ao estudo destas sociedades, ricas evidências para a compreensão de nosso tempo presente.

4. AVALIAÇÃO

4.1. Avaliação Institucional pela Comissão Própria de Avaliação (CPA)

Na Universidade Federal do Pampa, os procedimentos de avaliação institucional são coordenados a partir da Comissão Própria de Avaliação (CPA), cuja principal função é:

a condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP conforme a lei do SINAES (10.861/2004) A Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal do Pampa – CPA/UNIPAMPA – é um órgão colegiado permanente constituído pela Portaria nº 697, de 26 de março de 2010, que assegura a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada.⁷⁵

A Comissão Própria de Avaliação efetiva seus trabalhos por meio de dois órgãos: a Comissão Central de Avaliação (CCA) e os Comitês Locais de Avaliação (CLA). Entre outras atribuições, compete à Comissão Central de Avaliação:

⁷⁵ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Elementos do Projeto Político Pedagógico do Curso, 2011, p. 14.

- I. Elaborar o Projeto de Autoavaliação Institucional em articulação com a comunidade acadêmica, com a Administração e com os conselhos superiores;
- II. Promover a cultura avaliativa no âmbito institucional, de acordo com o Projeto Institucional, o Estatuto, o Regimento Geral e os demais documentos oficiais da Instituição;
- III. Coordenar os procedimentos de construção, implantação e implementação da autoavaliação;
- IV. Acompanhar e orientar o processo de avaliação nas unidades acadêmicas e administrativas.⁷⁶

Já às Comissões Locais de Avaliação, organizadas a partir de cada *campus*, cabe:

- I. Sensibilizar a comunidade acadêmica do respectivo Campus para os processos de avaliação institucional;
- II. Desenvolver o processo de autoavaliação no Campus, conforme o projeto de autoavaliação da Universidade e orientações da Comissão Central de Avaliação;
- III. Organizar reuniões sistemáticas para desenvolver suas atividades;
- IV. Sistematizar e prestar as informações solicitadas pela Comissão Central de Avaliação.⁷⁷

Todos estes órgãos são constituídos por membros das três categorias que compõem a comunidade universitária (discentes, docentes e técnico-administrativos) juntamente com representantes da sociedade civil. O trabalho dos órgãos vinculados à avaliação institucional se concretiza através da realização de atividades de diagnósticos junto aos cursos, seminários de discussão e relatórios, buscando a participação direta da comunidade universitária.

4.2. Autoavaliação do Curso

Tão importante quanto a avaliação institucional, que dispõe de mecanismos próprios para sua execução, a autoavaliação do curso contribui para diagnosticar e servir de mecanismo para o exercício cotidiano de repensar o curso. As reuniões da Comissão de Curso e do NDE sempre congregam momentos de autoavaliação na medida em que discutem constantemente as práticas pedagógicas, sendo esta a primeira instância de avaliação.

Porém, para qualificar e sistematizar a autoavaliação, além dos elementos discutidos nas reuniões citadas acima, aplica-se aos discentes, anualmente, um instrumento de avaliação (questionário) do Curso, bem como um questionário de autoavaliação discente em relação ao desempenho e envolvimento acadêmicos. Este questionário é organizado pela Comissão de Curso e forma a base para a autoavaliação. Os dados coletados com os questionários são tabulados por uma subcomissão formada na Comissão de Curso (garantindo a participação da representação discente) e, em reunião que tem a autoavaliação como ponto único de pauta, a

⁷⁶ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Comissão Central de Avaliação. Disponível em: <http://porteiros.r.UNIPAMPA.edu.br/portais/cpa/comissao-central-de-avaliacao/>. Acesso em 13 de janeiro de 2012.

⁷⁷ Idem.

Comissão de Curso e o NDE analisam os dados e encaminham estratégias de divulgação. Divulga-se e discute-se os dados em reunião geral de Curso (docentes, discentes e técnicos), onde busca-se estratégias de superação, bem como no mural do prédio de aulas.

A autoavaliação, entretanto, além de aspectos específicos ao curso, considerando suas especificidades, aborda, igualmente, os elementos avaliativos propostos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), a saber: condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial as relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica (Lei 10.861/2004).

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), por sua vez, também configura um instrumento de autoavaliação. Seus indicadores e resultados atentam ao desempenho geral do curso e alertam para a elaboração de ações de qualificação a serem implementadas.

Atua em conjunto com a Comissão de Curso, apoiando seus instrumentos de avaliação a Comissão Local de Avaliação do campus Jaguarão, integrada por representantes dos três segmentos da comunidade universitária (discentes, docentes e técnicos). A Comissão Local de Avaliação faz parte, juntamente com a Comissão Central de Avaliação (CCA), da Comissão Própria de Avaliação (CPA).

Estas avaliações fornecem subsídios para um diagnóstico completo e contínuo de um curso que busca, constantemente, sua qualificação.

4.3. Acompanhamento dos egressos

Com base no perfil do egresso proposto neste documento (item 2.1.3.), considerando todas as possíveis áreas de atuação, desde a docência na Educação Básica até atuação em espaços não escolares, como no planejamento, organização, implantação e direção de serviços de pesquisa histórica, assessoramento voltado à avaliação e seleção de documentos para fins de preservação (Projeto de Lei do Senado 368/09), instituições culturais, como bibliotecas e museus, consultorias históricas, entre outros, a forma proposta de acompanhamento poderá ocorrer por meio de um banco de contatos com estes egressos e envio trienal de questionários via internet solicitando informações sobre suas situações profissionais e interesses de formação continuada. Assim se poderá planejar atividades que contemplem os regressos e os reaproximem da Universidade, incentivando a formação continuada e a constante qualificação profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, José Lindomar C. As identidades fronteiriças. In: *A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai*. São Paulo: Fapesp/Annablume, 2007.
- BAUMAN, Zigmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002.
- BOCCARA, Guillaume. Relectura de los procesos coloniales de etnogenesis, etnificación y mestizaje em tiempos de globalización. In: *Mundos em lãs fronteras del Nuevo Mundo*. Disponível em: www.cerna.com.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Nota Técnica. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb*. Disponível em http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/o_que_e_o_ideb/Nota_Tecnica_n1_concepcaoIDEB.pdf. Acesso em 06 de agosto de 2012.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Indicadores demográficos e educacionais. Jaguarão*. Tabela 3. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. Disponível em <http://ide.mec.gov.br/novo/relatorio/municipios/coibge/4311007>. Acesso em 06 de agosto de 2012.
- CNE. *Parecer CNE/CES 492/2001*, referente às Diretrizes Curriculares dos Cursos de História. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>. Acessado em abril de 2012.
- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO. FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *Idese – PIB Municipal Série História 1999-2009*. Disponível em: http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_pib_municipal_sh.php. Acesso em 08 de agosto de 2012.
- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA ESTADUAL DA EDUCAÇÃO. DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO. *Taxa de Rendimento - Ensino Fundamental-RS 2011*. Censo Escolar da Educação Básica 2011. Porto Alegre, 2012. Disponível em: http://www.educacao.rs.gov.br/dados/estatisticas_taxa_rend_ens_fund_2011.pdf. Acesso em 06 de agosto de 2012.
- FERREIRA, André Cassino. *Interações na fronteira Brasil-Uruguai: um estudo de casos das cidades de Jaguarão e Rio Branco*. 2010. Disponível em: <http://www.igeo.ufrrj.br/fronteiras>. Acesso em 11 de abril de 2011.

- FORQUIN, Jean Claude. *École et culture. Le point de vue des sociologues britanniques*. 2 ed. Belgium: De Boeck & Larcier, 1996.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.
- IPHAN. *Dossiê de Tombamento*. Conjunto histórico e Paisagístico de Jaguarão-RS, 2011.
- LOPEZ, Daniel; PIERA, Virgínia; KLAINER, Rosa. *Diálogos com crianças e jovens – Construindo projetos educativos em e para os Direitos Humanos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- MARTINS, José de Souza. Introdução. In: *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MICELI, Paulo. Por outras histórias do Brasil. In PINSKY, Jaime (org.). *O Ensino de História e a Criação do Fato*. São Paulo, Contexto, 1988.
- MORIN, Edgar. *A cabeça bem feita. Repensar a reforma. Reformar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império*. Relatos de viagem e transculturação. São Paulo: EDUSC, 1999.
- SANTOS Boaventura de S. *Produzir Para Viver: Os Caminhos da Produção não Capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SECRETARIA DA SAÚDE. *Diagnóstico Local de Saúde Jaguarão*. Porto Alegre, 2007.
- SECRETO, María Verónica, O destino não manifesto. A historiografia brasileira das fronteiras. *Dimensões. Revista de História da UFES*, n. 14, 2002.
- SEPLAG. *Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul*. Índice de Mapas. Disponível em: <http://www.seplag.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=630>. Acesso em 09 de agosto de 2012.
- STEPHANOU, Maria. Instaurando Maneiras de Ser, Conhecer e Interpretar. In: *Revista Brasileira de História*, vol. 18 n. 36 São Paulo, 1998. Disponível em: [ile:///Volumes/FERNANDA/UNIPAMPA/EPISTEMOLOGIA/Revista%20Brasileira%20de%20História%20-%20Instaurando%20maneiras%20de%20ser,%20conhecer%20e%20interpretar.webarchive](file:///Volumes/FERNANDA/UNIPAMPA/EPISTEMOLOGIA/Revista%20Brasileira%20de%20História%20-%20Instaurando%20maneiras%20de%20ser,%20conhecer%20e%20interpretar.webarchive). Acesso em: 05 jul.2011.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. *Projeto Institucional*. 2009.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Resolução nº 5, de 17 de junho de 2010. *Regimento geral da Universidade*. 2010.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. *Diretrizes orientadoras para elaboração dos Projetos Pedagógicos das licenciaturas da Universidade Federal do Pampa-UNIPAMPA*. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Elementos do projeto Político-Pedagógico de Curso de Graduação da UNIPAMPA. 2011.

YOUNG, Jock. *A sociedade excludente: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente*. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

ZARTH, Paulo & GERHARDT, Marcos. Aproximações entre História Agrária e História Ambiental: o pampa do Rio Grande do Sul. In: GARCIA, Graciela B. (org.). *Anais do II Encontro do GT História Agrária ANPUH-RS*. Porto Alegre, 2009.

APÊNDICE I



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

(Lei n. 11.640, de 11 de janeiro de 2008)

NORMATIVA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC I e TCC II)

DO CURSO DE HISTÓRIA – LICENCIATURA

CAMPUS JAGUARÃO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O presente regulamento visa normatizar as atividades relacionadas ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de História – Licenciatura da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), indispensável para a obtenção do grau de licenciado em História.

Art. 2º - O TCC, no Curso de História - Licenciatura, divide-se em dois componentes curriculares obrigatórios, intitulados Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC I) e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC II), a serem realizados, respectivamente, na forma de projeto e monografia. Ambos devem ser desenvolvidos de forma individual, sob a orientação de um docente do curso, envolvendo temas de abrangência da área da História e/ou seu ensino.

Art. 3º - Os objetivos gerais do TCC I e do TCC II são os de articular a pesquisa, extensão e o ensino e contribuir para a formação do(a) docente/pesquisador(a).

CAPÍTULO II

DOS PRÉ-REQUISITOS RECOMENDADOS DOS COMPONENTES CURRICULARES DE TCC I e TCC II

Art. 4º – Recomenda-se que, para matricular-se no componente curricular de TCC I e o TCC II o discente tenha concluído, com aprovação, os componentes curriculares obrigatórios ofertados até o sexto período do Curso, conforme consta em sua matriz curricular.

§ 1º – A aprovação no componente curricular de TCC I constitui-se em pré-requisito para cursar o componente curricular de TCC II (Trabalho de Conclusão de Curso II).

§ 2º - O não cumprimento desse requisito constitui motivo para cancelamento da matrícula no respectivo componente curricular.

CAPÍTULO III

DO COMPONENTE CURRICULAR PROJETO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC I)

Art. 6º - O objetivo do componente curricular TCC I é elaborar um projeto de pesquisa voltado para o estudo de uma problemática relacionada à área da História e/ou seu ensino.

§ 1º – O componente curricular TCC I será ofertado com carga de 60 (sessenta) horas-aula. Destas, 30 (trinta) horas-aula são destinadas a encontros coletivos, com discentes devidamente matriculados no componente TCC I, com o objetivo de apropriarem-se de discussões teóricas pertinentes à elaboração de um projeto de pesquisa relacionado às temáticas na área da História e/ou de seu ensino, sob responsabilidade do Coordenador de TCC, a quem o discente apresentará um pré-projeto. As demais 30 (trinta) horas são destinadas a elaboração de projeto, sob orientação dos respectivos orientadores. Nesta carga horária o discente realizará leituras, receberá orientações específicas através debates, leituras e reuniões e desenvolverá, ainda que inicialmente (para a elaboração do projeto final de TCC), a pesquisa bibliográfica e documental.

§ 2º - A escolha do professor orientador do TCC I ocorrerá a partir de uma lista tríplice de conjugação tema-professor (1ª opção, 2ª opção e 3ª opção). A Coordenação de TCC, junto à Comissão de Curso, definirá quais as orientações serão efetivadas. No Apêndice I, desta normativa, encontra-se o documento modelo intitulado “Termo de Compromisso e Solicitação de Orientação”. Tal documento deverá ser entregue ao Coordenador de TCC ao final do semestre anterior a matrícula no TCC I.

Art. 7º - O discente deve elaborar seu Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso de acordo com esta normativa e com as recomendações do seu docente orientador, apresentando-o juntamente com o cronograma de execução.

Parágrafo único. A estrutura formal do Projeto deve seguir os critérios técnicos estabelecidos no “Manual de elaboração e normatização de trabalhos acadêmicos, conforme a ABNT”, da UNIPAMPA⁷⁸.

Art. 8º - A estrutura básica do Projeto de Trabalho de Conclusão compõe-se de:

I. Sumário;

⁷⁸ Disponível para acesso em: <http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/aquicultura/files/2011/10/MANUAL-normas-academicas.pdf>

- II. Apresentação (título, autor, orientador, previsão de duração da pesquisa);
- III. Objeto (tema, delimitação do tema, formulação do problema);
- IV. Justificativa;
- V. Objetivos: Gerais e Específicos;
- VI. Embasamento Teórico;
- VII. Metodologia (método de abordagem e procedimento);
- VIII. Estrutura da Monografia (Sumário Provisório);
- IX. Cronograma de Atividades;
- X. Referências.

Art. 9º - O Projeto de Trabalho de Conclusão do Curso (TCC I) deve ser entregue ao Coordenador de TCC I, assinado pelo orientando e pelo orientador responsável, com no mínimo 15 (quinze) dias úteis de antecedência ao término do semestre letivo, para conhecimento no NDE.

Art. 10º - A avaliação do TCC I será dada pelo Coordenador de TCC e pelo professor orientador, em média de 0 a 10,0 (zero a dez), sendo 6,0 (seis) a nota mínima para aprovação.

§ 1º - A primeira parte da avaliação é realizada pelo Coordenador de TCC, ao final das 30 horas de atividade do componente de TCC I, através de um pré-projeto (igualmente estruturado conforme apresentado no Art. 8º, desta normativa) realizado pelo discente. A data de entrega fica a critério do Coordenador de TCC.

§ 2º - A segunda parte da avaliação é realizada pelo Coordenador de TCC e pelo respectivo orientador (média entre estas notas), através do projeto final entregue pelo discente.

§ 3º - A nota final do componente curricular TCC I é composta pela média entre a primeira parte da avaliação (conforme parágrafo primeiro deste artigo) e a segunda parte da avaliação (conforme parágrafo segundo deste artigo).

§ 4º - Os critérios de avaliação estão indicados nas fichas padrão apresentadas no apêndice II desta normativa.

CAPÍTULO IV

DO COMPONENTE CURRICULAR TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC II)

Art. 11º - O componente curricular TCC II é aquele em que o discente desenvolve, com orientação específica, o trabalho monográfico propriamente dito. Tem carga horária de 60 horas-aula em que o discente recebe orientações semanais, devidamente registradas, dá

continuidade à pesquisa (campo, bibliográfica, documental, etc.), à análise de fontes e às leituras, e elabora sua monografia, cujo resultado deverá ser aprovado por uma banca pública.

Art. 12º - O Trabalho de Conclusão de Curso, também classificado como Monografia, deve ser elaborado considerando-se:

I – sua estrutura formal, os critérios técnicos estabelecidos no “Manual de elaboração e normatização de trabalhos acadêmicos, conforme a ABNT”, da UNIPAMPA.

II – seu conteúdo, as finalidades estabelecidas no artigo 6º desta normativa e a vinculação direta do seu tema com a área da História e/ou seu ensino.

Art. 13º – Para a matrícula no componente curricular TCC II, o discente deverá ter obtido aprovação no componente curricular TCC I.

Art. 14º – No TCC II o discente segue sob orientação do docente que o orientou no TCC I.

Art. 15º – O discente deverá entregar a primeira versão completa do Trabalho de Conclusão de Curso ao professor orientador até, no máximo, 6 (seis) semanas antes do prazo fixado no calendário acadêmico da UNIPAMPA para o término do respectivo semestre. Contudo, antes deste prazo cabe, ao orientador, solicitar sempre que julgar necessário que o discente entregue o até então produzido em TCC II.

§ 1º – O professor orientador terá o prazo de uma semana, a partir do recebimento da mesma, para avaliar a primeira versão completa do Trabalho de Conclusão de Curso e fazer observações e sugestões pertinentes ao conteúdo e forma para serem incluídas na versão final.

§ 2º – O discente deverá entregar ao orientador de TCC II 3 (três) cópias encadernadas em espiral da versão final do Trabalho de Conclusão de Curso e sua versão digital (formato PDF, em CD) até o último dia fixado pela Coordenação de TCC e a Coordenação do Curso, para que sejam organizadas as agendas de defesas, ainda dentro do Calendário Acadêmico. A entrega deverá ser acompanhada de uma carta do orientador com a expressão “apto para a defesa”, juntamente com o documento de marcação/agendamento de bancas apresentado no apêndice IV desta normativa.

§ 3º – O prazo de entrega do texto revisado (em sua versão final) deverá ser fixado pelo Coordenador de TCC, visando a organização do calendário de defesas, desde que a banca examinadora receba o trabalho com, no mínimo, 10 (dez) dias de antecedência da data prevista para a defesa pública.

Art. 16º - A estrutura da TCC II em formato de Monografia compõe-se de:

- I. Capa;
- II. Folha de rosto;
- III. Termo ou folha de aprovação;

- IV. Dedicatórias (opcional);
- V. Agradecimentos;
- VI. Resumo seguido de três palavras-chave (apresentar, igualmente, o resumo e as palavras-chave traduzidos para língua estrangeira – inglesa, francesa ou espanhola);
- VII. Epígrafe (opcional);
- VIII. Lista de ilustrações (quando for o caso);
- IX. Lista de tabelas (quando for o caso);
- X. Lista de abreviaturas ou siglas (quando for o caso);
- XI. Lista de símbolos (quando for o caso);
- XII. Sumário;
- XIII. Introdução;
- XIV. Desenvolvimento do trabalho (capítulos);
- XV. Conclusão;
- XVI. Referências;
- XVII. Glossário (quando for o caso);
- XVIII. Apêndices (quando for o caso);
- XIX. Anexos (quando for o caso)

§ 1º – O TCC II deve possuir no mínimo 25 (vinte e cinco) e no máximo, 60 (sessenta) páginas de texto (contando somente os itens XIII, XIV e XV, de acordo com o estabelecido no “Manual de elaboração e normatização de trabalhos acadêmicos, conforme a ABNT”, da UNIPAMPA⁷⁹).

§ 2º – O Trabalho de Conclusão de Curso que extrapolar o limite máximo estabelecido no parágrafo anterior, para a apresentação, deve ter a devida justificativa encaminhada e aprovada pelo orientador que, por sua vez, encaminhará e discutirá com o Coordenador de TCC. Este, em última instância, aprova ou não o ato de ultrapassar o limite máximo de páginas estabelecidas.

§ 3º – O exposto acima também deverá ser observado para o caso de trabalhos que não contemplem o número mínimo de páginas estabelecidas no parágrafo primeiro.

⁷⁹ Disponível para acesso em: <http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/aquicultura/files/2011/10/MANUAL-normas-academicas.pdf>

CAPÍTULO V

DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II E SUA BANCA EXAMINADORA

Art. 17º – O sistema de verificação do rendimento acadêmico do discente do componente curricular (nota final) de Trabalho de Conclusão de Curso II será constituído pela média ponderada das avaliações feitas por cada um dos membros da banca examinadora.

§ 1º – A nota final do TCC II é a média aritmética da nota dos três avaliadores (orientador e os professores convidados).

§ 2º - a nota atribuída pelo trabalho escrito, monografia, tem peso 7,0 (sete), ao passo que a nota da apresentação oral tem peso 3,0 (três). No apêndice III desta normativa encontram-se as planilhas padrão contendo os critérios de avaliativos do texto e da apresentação oral.

Art. 18º – As sessões de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso deverão ser, obrigatoriamente, públicas.

Parágrafo único – Não é permitido aos membros das bancas examinadoras tornarem públicos os conteúdos dos trabalhos antes de suas defesas.

Art. 19º – Cabe ao Coordenador de TCC, em diálogo com os respectivos orientadores de TCC II, indicar as bancas examinadoras.

§ 1º – Caberá ao Coordenador de TCC apresentar as bancas indicadas à Comissão do Curso que, em última instância, aprova ou não as indicações.

§ 2º – O Coordenador de TCC será o responsável pela coordenação dos trâmites, como elaboração de calendários de bancas, reserva de espaços e equipamentos necessários para a defesa.

§ 3º – É o Coordenador de TCC quem emite as cartas convite para os membros das bancas, assim como os atestados de participação. Ambos os documentos deverão ser assinados por este e pela Coordenação de Curso.

Art. 20º – Ao término da data limite para entrega das cópias do Trabalho de Conclusão de Curso, o Coordenador de TCC deverá divulgar publicamente a composição das bancas examinadoras, o local, as datas e as salas destinadas à realização das defesas.

§ 1º – Quando o texto final não for entregue no prazo estabelecido, caberá ao Coordenador de TCC analisar a relevância ou não do motivo apresentado pelo discente.

§ 2º – Comprovada a existência de justo motivo pelo Coordenador de TCC, e com o consentimento do professor orientador, poderá ser estabelecida outra data específica para a defesa, desde que respeitando o calendário acadêmico vigente, ou seja: ainda dentro do semestre letivo.

Art. 21º – Na defesa, o discente terá até 20 (vinte) minutos, prorrogáveis por mais 5 (cinco) a critério da banca examinadora, para apresentar seu trabalho. Cada componente da banca examinadora terá até 20 (vinte) minutos para fazer sua arguição, dispondo ainda o discente de 15 (quinze) minutos para responder a cada um dos examinadores.

Art. 22º – A atribuição das notas dar-se-á após o encerramento da etapa de arguição, obedecendo ao sistema de notas individuais por examinador, levando em consideração o texto escrito, a sua exposição oral e a defesa na arguição apresentada pela banca examinadora.

§ 1º – Utilizam-se, para a atribuição das notas, fichas de avaliação individuais (apêndice III deste documento de normatização), onde cada examinador registra suas notas para cada item a ser considerado;

§ 2º – A nota final do discente é o resultado da média aritmética das notas atribuídas pelos membros da comissão examinadora;

§ 3º – Será considerado aprovado, no Trabalho de Conclusão de Curso, o discente que atingir nota final igual ou superior a 6,0 (seis);

§ 4º – Para os discentes que obtiverem nota inferior a 6,0 (seis), não haverá atividade de recuperação. Isto é: o discente que não obtiver nota igual ou superior a 6,0 (seis) será reprovado em TCC II e deverá cursar novamente o componente curricular.

Art. 23º – A banca examinadora, por maioria, após a defesa oral, pode sugerir ao discente que reformule aspectos de seu Trabalho.

Parágrafo único – O prazo para apresentar as alterações sugeridas é de no máximo 10 (dez) dias, podendo ser inferior a critério da banca examinadora.

Art. 24º – O discente que não entregar o Trabalho de Conclusão de Curso, ou que não se apresentar para a sua defesa oral, sem motivo justificado na forma da legislação em vigor, está automaticamente reprovado no componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso II.

Art. 25º – Em caso de reprovação o discente poderá recorrer a Comissão do Curso de História – Licenciatura, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da data de publicização do resultado.

§ 1º – Caso o recurso de discente seja aceito pela Comissão do Curso de História - Licenciatura, será constituída uma comissão revisora da avaliação, composta por três professores distintos dos componentes da banca examinadora e, preferencialmente, da área de concentração do trabalho.

§ 2º – A Comissão revisora terá 3 (três) dias para apresentar julgamento da revisão da nota.

§ 3º - Se reprovado, fica a critério do discente continuar ou não, quando cursar novamente TCC II, com o mesmo tema do TCC I e com o mesmo orientador.

§ 4º - Optando por mudança de tema, o discente deve reiniciar o processo de elaboração do projeto, ficando previsto o prazo limite de até 15 (quinze) dias, a contar desde o primeiro dia letivo do semestre, para apresentar novo projeto de TCC I ao professor orientador e ao Coordenador de TCC. A mudança de tema só será permitida mediante a elaboração de um novo Projeto e preenchimento dos seguintes requisitos:

I - Ocorrer mudança dentro de um prazo não superior a 15 (quinze) dias úteis, contados da data de início do período letivo;

II - Haver a aprovação do docente orientador e do Coordenador de TCC;

III - Haver a concordância do docente orientador em continuar com a orientação, ou a concordância expressa de outro docente em substituí-lo;

Parágrafo quinto - Pequenas mudanças que não comprometam as linhas básicas do Projeto são permitidas a qualquer tempo, desde que com anuência do orientador.

Art. 26º – Ao discente cujo Trabalho de Conclusão Curso tenha sido reprovado, é vedada a defesa do mesmo, ou de novo trabalho, qualquer que seja a alegação, no semestre da reprovação.

Art. 27º – A avaliação final, assinada por todos os membros da banca examinadora, deve ser registrada em ata, conforme modelo padrão apresentado no anexo V desta normativa.

§ 1º – Pode fazer parte da banca examinadora, além do orientador, outros docentes lotados na UNIPAMPA, docentes de outras IES, ou profissionais não docentes, desde que estes últimos tenham correlação com o referido tema proposto na monografia;

§ 2º – Quando da designação da banca examinadora deve também ser indicado um membro suplente, encarregado de substituir qualquer dos titulares em caso de impedimento, à exceção do próprio orientador.

Art. 28º – A banca examinadora somente pode executar seus trabalhos com 3 (três) membros presentes.

§ 1º – Não comparecendo 2 (dois) dos professores designados para a banca examinadora, suspende-se a avaliação final do trabalho de conclusão de curso, de modo que o orientador e o Coordenador de TCC deverão organizar nova banca de avaliação a ser realizada em no máximo 2 (dois) dias úteis.

§ 2º – Para o caso apontado no parágrafo anterior, o Coordenador de TCC deverá chamar o suplente e comunicar o fato por escrito à Coordenação de Curso.

Art. 29º – Todos os professores do Curso de História - Licenciatura da UNIPAMPA podem ser convocados para serem orientadores de Trabalho de Conclusão de Curso, bem como para participar das bancas examinadoras.

Parágrafo único – Deve, sempre que possível, ser mantida a equidade no número de indicações de cada professor para compor as bancas examinadoras, procurando ainda evitar-se, quando viável, a designação de qualquer docente para um número superior a 06 (seis) bancas examinadoras por semestre.

CAPÍTULO VI

DA FREQUÊNCIA NOS COMPONENTES CURRICULARES TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I E TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II

Art. 30º – A frequência mínima nos componentes curriculares de TCC I e TCC II será de 75%, de acordo com a legislação vigente, relativamente às orientações com os professores, de acordo com o cronograma de atividades estabelecido nos dois componentes curriculares e as atividades solicitadas.

Art. 31º – De forma alguma os componentes curriculares de TCC I e TCC II poderão ser cursados no mesmo período.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 32º – Os casos de plágio comprovados incorrerão em reprovação imediata do acadêmico, sendo passíveis de punições e processo interno.

Parágrafo único – A percepção de plágio deverá ser comunicada imediatamente ao Coordenador de TCC, acompanhado de documentação comprobatória do mesmo; constatado o fato pelo Coordenador de TCC, este deverá solicitar a convocação de uma reunião em caráter extraordinário, com o intuito de submeter a suspeita de plágio ao conhecimento e análise dos membros da Comissão de Curso.

Art. 33º - Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação da presente normativa serão solucionados pela Coordenação do Curso, pelo Coordenador de TCC e pela Comissão do Curso de História - Licenciatura.

Art. 34º - Estas normas entram em vigor na data da sua aprovação pela Comissão do Curso e Núcleo Docente Estruturante do Curso de História - Licenciatura.

Jaguarão, 04 de dezembro de 2012.

Apêndice I (da normativa de TCC)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

CURSO DE HISTÓRIA-LICENCIATURA

CAMPUS JAGUARÃO

TERMO DE COMPROMISSO DO DISCENTE

E

SOLICITAÇÃO DE ORIENTAÇÃO (TCC I e TCC II)

Eu, _____, matriculado sob o número _____, discente do curso de História - Licenciatura, comprometo-me a desempenhar as atividades referentes ao Trabalho de Conclusão de Curso, conforme especificado nos documentos por mim já conhecidos (Normativa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC I e TCC II) – do Curso de História - Licenciatura, Projeto Pedagógico de Curso de História – Licenciatura e a Resolução nº 29, de 28 de abril de 2011 - Aprova as Normas Básicas de Graduação, Controle e Registro das Atividades Acadêmicas. UNIPAMPA). Para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso, provisoriamente intitulado _____

_____ ,
solicito (como 1º opção) a orientação do(a) docente _____
que, previamente, se disponibiliza em fazer a devida orientação.

Outras opções de orientação:

Nome do(a) docente para 2º opção de orientação: _____

Nome do(a) docente para 3º opção de orientação: _____

Assinatura do discente

Assinatura do provável docente orientador (1º opção)

Recebido pelo Coordenador de TCC em ___/___/___

Assinatura do coordenador de TCC _____

Jaguarão, ____ de _____ de _____.

Apêndices II (da normativa de TCC)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

CURSO DE HISTÓRIA-LICENCIATURA

CAMPUS JAGUARÃO

FICHA DE AVALIAÇÃO DE PRÉ-PROJETO DE TCC I

Avaliador (Coordenador de TCC): _____

Acadêmico: _____

Código de Matrícula: _____

Título do TCC: _____

Data da Avaliação: ___/___/___

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	PONTUAÇÃO	
	VALOR DO ITEM	NOTA OBTIDA
Introdução, objetivos e justificativa.	2,0	
Fundamentação Teórica	2,0	
Metodologia	2,0	
Objetividade, precisão e coerência na escrita do texto	1,5	
Apresentação do material	1,0	
Cumprimento das normas de redação científica e de referenciais bibliográficos completos	1,5	
Total de Pontos		

Observa-se que a nota indicada como “nota obtida”, compõem peso 5 (cinco) na nota final do TCC I.

Sugestões e recomendações indicadas/ outras observações:

Assinatura do Avaliador (Coordenador de TCC)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

CURSO DE HISTÓRIA-LICENCIATURA

CAMPUS JAGUARÃO

FICHA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO FINAL - TCC I

- Pelo Orientador -

Acadêmico: _____

Número de Matrícula: _____

Título do TCC I: _____

Data da Avaliação: ____/____/____

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	PONTUAÇÃO	
	VALOR DO ITEM	NOTA OBTIDA
Assiduidade e pontualidade nas orientações	1,0	
Cumprimento das tarefas programadas	1,0	
Qualidade e organização do material apresentado	1,0	
Articulação dos conteúdos com o tema do trabalho	2,5	
Leitura e discussão do material indicado no trabalho	2,5	
Interesse, participação e engajamento no trabalho	1,0	
Objetividade e precisão na escrita e cumprimento das normas de redação científica	1,0	
Nota final		

Observa-se que a nota indicada como “nota obtida”, compõem peso 5 (cinco) na nota final do TCC I.

Professor Orientador: _____

Assinatura: _____

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

CURSO DE HISTÓRIA-LICENCIATURA

CAMPUS JAGUARÃO

FICHA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO FINAL - TCC I

- Pelo Coordenador de TCC -

Acadêmico: _____

Número de Matrícula: _____

Título do TCC I: _____

Data da Avaliação: ____/____/____

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	PONTUAÇÃO	
	VALOR DO ITEM	NOTA OBTIDA
Assiduidade e pontualidade nas orientações	1,0	
Cumprimento das tarefas programadas	1,0	
Qualidade e organização do material apresentado	1,0	
Articulação dos conteúdos com o tema do trabalho	2,5	
Leitura e discussão do material indicado no trabalho	2,5	
Interesse, participação e engajamento no trabalho	1,0	
Objetividade e precisão na escrita e cumprimento das normas de redação científica	1,0	
Nota final		

Observa-se que a nota indicada como “nota obtida”, compõem peso 5 (cinco) na nota final do TCC I.

Coordenador de TCC: _____

Assinatura: _____

Apêndice III (da normativa de TCC)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

CURSO DE HISTÓRIA-LICENCIATURA

CAMPUS JAGUARÃO

PLANILHA DE AVALIAÇÃO INDIVIDUAL DE TCC II

Nome do Acadêmico(a):.....

Título do Trabalho:.....

Professor(a) orientador(a):

Avaliador:.....

ITENS PARA AVALIAÇÃO ESCRITA	VALOR	NOTA OBTIDA
	MÁXIMO	
Redação, clareza, objetividade e coerência interna do trabalho	1,0	
Articulação teórico-metodológica e trato adequado dos dados e das fontes de pesquisa	2,5	
Adequação e atualidade da bibliografia	1,5	
Observância dos princípios éticos que orientam a profissão	1,0	
Linguagem e formatação técnico científica clara e adequada.	1,0	
NOTA PARCIAL = soma das notas dos itens acima	7,0	

ITENS PARA AVALIAÇÃO ORAL	VALOR	NOTA OBTIDA
	MÁXIMO	
Contextualização do tema e a definição clara do problema na exposição	0,5	
Forma de apresentação do trabalho (competência discursiva e habilidade de comunicação)	0,5	
Domínio do conteúdo do TCC, segurança na exposição e argumentação.	1,0	
Coerência entre o que foi apresentado e o que está efetivamente escrito no artigo (análise e síntese do trabalho)	1,0	
NOTA PARCIAL = soma das notas dos itens acima	3,0	

NOTA FINAL DO TCC II (Soma das duas notas parciais - escrita e texto): _____

Data: _____ Assinatura do Avaliador: _____

Apêndice IV (da normativa de TCC)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

CURSO DE HISTÓRIA-LICENCIATURA

CAMPUS JAGUARÃO

**MARCAÇÃO DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II
CURSO DE HISTÓRIA - LICENCIATURA**

NOME DO DISCENTE:

N.º MATRÍCULA:

CURSO:

TÍTULO DO TRABALHO:.....

.....

PROFESSOR ORIENTADOR (NOME, TITULAÇÃO, UNIDADE ACADÊMICA A QUAL O MESMO PERTENCE):

.....

MEMBROS DA BANCA (NOME, TITULAÇÃO, UNIDADE ACADÊMICA A QUAL O MESMO PERTENCE, OU INSTITUIÇÃO A QUAL PERTENCE (SE FOR DE FORA UNIPAMPA), COM ENDEREÇO COMPLETO DA MESMA):

.....

.....

.....

DATA DA DEFESA: / /

HORÁRIO:

OBSERVAÇÕES (SE HOUVER):

.....

.....

.....

.....

.....

ASSINATURA DO ORIENTADOR (A):

.....

ASSINATURA DO

ORIENTANDO(A):.....

Apêndice V (da normativa de TCC)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

CURSO DE HISTÓRIA-LICENCIATURA

CAMPUS JAGUARÃO

ATA DE DEFESA NÚMERO ____

DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC II)

Aos ____ dias do mês de _____ de _____, realizou-se na sala _____, do prédio do Campus Jaguarão da Universidade Federal do Pampa, a defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado _____

_____,
de autoria do(a) discente _____, matriculado(a) sob o número _____ no Curso de História – Licenciatura. A banca examinadora, composta pelos docentes _____,

_____ e _____
_____ atribuiu nota ____ (_____) para o texto e nota ____

(_____) para a apresentação e defesa oral. Sendo assim, o(a) discente _____ obteve nota final ____ (_____) sendo, portanto, _____ no componente curricular TCC II. Sem mais a tratar lavram os membros da banca a presente ata.

Orientador (nome assinatura): _____

Avaliador I (nome e assinatura): _____

Avaliador II (nome e assinatura): _____

APÊNDICE II



NORMATIVA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

CURSO DE HISTÓRIA – LICENCIATURA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

CAMPUS JAGUARÃO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º – Os estágios curriculares no curso de História-Licenciatura caracterizam-se por oportunizar aos discentes diálogos mais concretos entre a teoria e a prática docente. Diz respeito tanto ao espaço escolar formal, nas escolas de ensino fundamental e médio, como ao não formal, onde os discentes procurarão exercer outros saberes relacionados ao tema do ensino de História em diversos espaços da região, como as instituições culturais e organizações da sociedade civil.

Art. 2º – Esta normativa que regulamenta os componentes curriculares referentes aos estágios baseia-se na seguinte legislação:

- Projeto Institucional da Universidade Federal do Pampa;
- Resolução nº29 de 28 de abril de 2011 que aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas;
- Resolução nº20 de 26 de novembro de 2010 que dispõe sobre a realização dos Estágios destinados a estudantes regularmente matriculados na Universidade Federal do Pampa e sobre os Estágios realizados no âmbito desta instituição;
- Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008 que dispõe sobre os estágios de estudantes,
- Parecer CNE/CP 009/2001 que dispõe das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da Educação Básica em nível superior, curso de Licenciatura, de Graduação Plena;
- Parecer CNE/CP 9 de 5 de dezembro de 2007 que dispõe da reorganização da carga mínima dos cursos de Formação de Professores, em nível superior, para a Educação Básica e Educação Profissional no nível da Educação Básica

- Parecer CNE/CES nº 492, de 03 de abril de 2001 que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social;
- Parecer CNE/CES nº 744/97, aprovado em 3 de dezembro de 1997 Orientações para cumprimento do artigo 65 da Lei 9.394/96 - Prática de Ensino.
- Parecer CNE/CES nº 503/98, aprovado em 3 de agosto de 1998 Solicita esclarecimentos da Lei 9.394/96 no que se refere às normas para realização dos estágios supervisionados dos alunos regularmente matriculados no ensino médio ou superior.
- Parecer CNE/CES nº 518/98, aprovado em 5 de agosto de 1998 Consulta sobre denominação de disciplinas e sobre a carga horária de estágio supervisionado, tendo vista a nova LDB (Lei nº 9.394/96).
- Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002 Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.
- Resolução CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002 Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.
- Parecer CNE/CES nº 109/2002, aprovado em 13 de março de 2002 Consulta sobre aplicação da Resolução de carga horária para os cursos de Formação de Professores.
- Parecer CNE/CES nº 232/2002, aprovado em 6 de agosto de 2002 Consulta sobre o art. 65 da LDB 9.394/96 e Parecer CES/CNE 744/97, que tratam da prática de ensino nos cursos de licenciatura.
- Parecer CNE/CEB nº 35/2003, aprovado em 5 de novembro de 2003 Aprova Projeto de Resolução que estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio.
- Resolução CNE/CEB nº 1, de 21 de janeiro de 2004 Estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos.
- Parecer CNE/CEB nº 34/2004, aprovado em 10 de novembro de 2004 Consultas sobre estágio supervisionado de alunos da Educação Profissional, do Ensino Médio, inclusive na modalidade de Educação Especial, e de Educação de Jovens e Adultos.
- Parecer CNE/CES nº 197, de 7 de julho de 2004 Consulta, tendo em vista o art. 11 da Resolução CNE/CP 1/2002, referente às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.
- Parecer CNE/CES nº 228, de 4 de agosto de 2004 Consulta sobre reformulação curricular dos Cursos de Graduação.

- Resolução CNE/CEB nº 2, de 4 de abril de 2005 Modifica a redação do § 3º do artigo 5º da Resolução CNE/CEB nº 1/2004, até nova manifestação sobre estágio supervisionado pelo Conselho Nacional de Educação.
- Parecer CNE/CES nº 15, de 2 de fevereiro de 2005 Solicitação de esclarecimento sobre as Resoluções CNE/CP nºs 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, e 2/2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Art. 3º– Objetivo geral: os estágios supervisionados objetivam a inserção dos discentes nos diversos contextos de ensino, no sentido de compreenderem, de forma ampla, os espaços educativos que contribuem e influenciam a formação docente, considerando-se o crescimento das atuais demandas no que tange ao ensino de História, bem como ao seu papel político e social nos diferentes espaços de atuação profissional.

Art. 4º – objetivos específicos:

§ 1º – oportunizar estágio em espaços formais e não formais de ensino, a fim de propiciar práticas docentes e a experiência da rotina do trabalho escolar;

§ 2º – distinguir o estágio das demais situações de aprendizagem realizadas ao longo do curso, como um momento privilegiado da sua formação docente;

§ 3º – assumir as responsabilidades pertinentes à sua atuação profissional docente prevista nesta etapa de formação;

§ 4º - vivenciar situações de reflexão-ação-reflexão que permitam o fortalecimento da construção da identidade docente;

§ 5º – socializar aspectos relativos à sua prática com o orientador, supervisor e colegas de estágio, a fim de rever posições, compartilhar e aprimorar planejamentos na troca de experiências;

§ 6º – interagir e dialogar com os diferentes agentes do processo educativo de forma ética e profissional, considerando os limites e as possibilidades dos envolvidos;

§ 7º – articular conhecimentos específicos com as necessidades educativas detectadas nos diferentes espaços de atuação profissional.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA DOS ESTÁGIOS

Art. 5º – Atendendo ao disposto no Art. 15 das Normas do Estágio da UNIPAMPA, e considerando a diversidade dos campos de atuação da docência, ficam estabelecidos 3 (três) componentes curriculares referentes ao Estágio Curricular Supervisionado para o Curso de História – Licenciatura, cujo início se dará a partir do sexto semestre e apresenta a seguinte estruturação:

§ 1º – Estágio Supervisionado I: ofertado no sexto semestre do curso, compreende 150 (cento e cinquenta) horas de trabalho teórico e prático envolvendo situações de observação e o conhecimento da realidade do Ensino Fundamental. Corresponde a 60 (sessenta) horas presenciais referentes às fundamentações teóricas próprias ao ensino de História (práticas didático-pedagógicas, currículo, avaliação, legislação), 30 (trinta) horas concernentes à observação preliminar em espaço escolar de Ensino Fundamental, na turma em que o estagiário atuará; 30 (trinta) horas para regência na sala de aula em que atuará e 30 (trinta) horas para elaboração de relatório.

§ 2º – Estágio Supervisionado II: ofertado no sétimo semestre do curso, compreende 150 (cento e cinquenta) horas de trabalho teórico e prático envolvendo situações de observação e o conhecimento da realidade do Ensino Médio. Corresponde a 60 (sessenta) horas presenciais referentes às fundamentações teóricas próprias ao ensino de História (práticas didático-pedagógicas, currículo, avaliação, legislação), 30 (trinta) horas concernentes à observação preliminar em espaço escolar de Ensino Médio, na turma em que o estagiário atuará; 30 (trinta) horas para regência na sala de aula em que atuará e 30 (trinta) horas para elaboração de relatório.

§ 3º – Estágio Supervisionado III: ofertado no oitavo semestre, compreende 105 (cento e cinco) horas de trabalho teórico e prático em espaços não escolares como instituições culturais e organizações da sociedade civil. Corresponde a 60 (sessenta) horas presenciais referentes às fundamentações teóricas próprias às ações educativas em História em espaços não escolares (educação não formal), 10 (dez) horas concernentes à observação no espaço de atuação, 15(quinze) horas destinadas a planejamento e orientações, 10 (dez) horas relativas à atuação educativa no espaço não escolar em questão, e 10 (dez) horas para elaboração de um artigo reflexivo sobre a prática.

CAPÍTULO IV

DOS PRÉ-REQUISITOS

Art. 6º – o discente do curso de História-Licenciatura da Universidade Federal do Pampa, para ingressar nas atividades de estágio supervisionado, deverá estar regularmente matriculado no componente curricular de Estágio e, preferencialmente, ter integralizado os componentes curriculares obrigatórios, com aprovação, até o quinto semestre.

CAPÍTULO V

DA DOCUMENTAÇÃO

Art. 7º – são documentos necessários para a realização do estágio:

- I. Convênio entre Unipampa e Instituição concedente de estágio;
- II. Termo de compromisso entre Unipampa/Jaguarão, instituição concedente e discente (03 vias originais);
- III. Carta de Apresentação (02 vias): Escola (original) e Coordenação de estágio (cópia);
- IV. Carta de Aceite do Estagiário (02 vias originais): Escola e Coordenação de estágio.

CAPÍTULO VI

DOS PROCEDIMENTOS DE ESTÁGIO

Art. 8º – A Coordenação de estágio responsável pela organização e funcionamento dos componentes curriculares referentes às práticas de docência segue o disposto nos Artigos 134 e 135 da Resolução Número 29/2011, da Unipampa. É exercida por um docente da Comissão de Curso, indicado pela Coordenação Acadêmica, para coordenar os estágios dos discentes matriculados, como atividade de ensino.

Art. 9º – São da competência da Coordenação dos Estágios as seguintes atribuições:

§ 1º – Zelar pelo bom andamento dos estágios supervisionados, de acordo com esta normativa;

§ 2º – Realizar o acompanhamento do estágio conjuntamente com os professores orientadores;

§ 3º – Proceder nos casos de solicitações de desligamento, de interrupção dos estágios devido a baixo desempenho e comprometimento com as atividades por parte dos estagiários e/ou em situações de mudanças de estágio;

§ 4º – Repassar à Coordenação do Curso os relatórios finais de cada componente curricular dos estágios para arquivamento.

§ 5º – Auxiliar na resolução de situações tanto pedagógicas quanto administrativas envolvendo os campos de estágios juntamente com os professores orientadores.

§ 6º – Entrar em contato com os estagiários, orientadores e supervisores sempre que se fizer necessário e/ou quando os mesmos não se comunicarem com os seus orientadores.

Art. 10º – são atribuições do estagiário:

§ 1º – Encaminhar todos os documentos de oficialização do estágio: carta de apresentação, carta de aceite e termo de compromisso;

§ 2º – Contatar com as instituições de estágio para possibilidade de abertura de vagas para a realização da prática de estágio;

§ 3º – Comunicar à Coordenação de Estágios e orientadores a instituição indicada para o desenvolvimento dos estágios;

§ 4º – Apresentar toda a documentação referente aos estágios aos orientadores;

§ 5º – Observar e cumprir as normas da administração e organização da instituição concedente de estágio;

§ 6º – Manter a assiduidade, pontualidade e postura ética em todas as situações e atividades dos estágios;

§ 7º – Cumprir com os prazos de entrega dos documentos e planos de estágio solicitados pelo orientador;

§ 8º – Apresentar no final de cada componente curricular de estágio o relatório das ações desenvolvidas no campo de estágio de acordo com as normas previstas pela Unipampa, para a elaboração do mesmo;

§ 9º – Informar ao supervisor, orientador e à Coordenação dos Estágios ausências e/ou quaisquer questões que interfiram no andamento dos estágios;

§ 10º – Demonstrar postura crítica e argumentativa nas apresentações orais previstas em forma de Seminários de Socialização de Experiências Docentes acerca das experiências e projetos significativos vivenciados durante os estágios.

Art. 11º – são atribuições do professor orientador:

§ 1º – Preencher, organizar e encaminhar aos estagiários e à Coordenação dos Estágios os documentos de oficialização e realização dos estágios: carta de aceite de orientando, carta de apresentação, termo de compromisso, fichas de frequência, planos de estágio, relatórios;

§ 2º – Elaborar juntamente com os estagiários e Coordenação dos Estágios o programa de atividades do plano de estágio;

§ 3º – Acompanhar o andamento dos estágios através de visitas às instituições e observar presencialmente, no mínimo, 2 (duas) horas-aula proferidas pelo estagiário;

§ 4º – Realizar reuniões sistemáticas de orientação e avaliação das atividades de estágios com os alunos estagiários;

§ 5º – Encaminhar à Coordenação de Estágio as avaliações finais, a carga horária cumprida pelos estagiários e relatórios finais para arquivamento;

§ 6º – Intervir nas situações de natureza pedagógica junto às escolas e aos estagiários;

§ 7º – Comunicar aos supervisores e à Coordenação de Estágios quaisquer fatos que interfiram no andamento dos estágios;

§ 8º – Proceder a avaliação processual e sistemática durante e no final dos estágios, bem como proceder com o lançamento e registros das notas finais e presenças.

CAPÍTULO VII

DA REDUÇÃO DA CARGA HORÁRIA

Art. 12º – Quanto ao cumprimento da carga horária exigida para os estágios curriculares supervisionados, está previsto na Resolução nº 29, de 28 de abril de 2011, da UNIPAMPA, que, no caso dos “acadêmicos que exerçam atividade docente regular na Educação Básica, poderá haver a redução da carga horária do estágio curricular supervisionado de até no máximo de 200 (duzentas) horas”, mediante comprovação documentada e avaliação da Comissão de Curso e da Coordenação de Estágio.

CAPÍTULO VIII

DA AVALIAÇÃO

Art. 13º – A avaliação dos componentes curriculares do estágio supervisionado será construída de forma processual e sistemática durante as situações de docência e conforme os seguintes critérios:

- I. participação nas aulas e responsabilidade nas apresentações de trabalhos e leituras;
- II. assiduidade, pontualidade e postura ética nas situações que envolvem o estágio;
- III. capacidade de reflexão acerca das demandas atuais do ensino de História nas modalidades de ensino fundamental e médio;
- IV. elaboração de um referencial teórico próprio sobre o ensino de História a partir da experiência da docência;
- V. qualidade da produção acadêmica envolvendo o planejamento de aulas, a análise sobre o vivenciado e observado, postura investigativa dos processos educativos e a elaboração de Relatório a ser apresentado ao final de cada componente curricular de estágio;
- VI. argumentação crítica nas apresentações de cunho pedagógico, ou seja, de projetos de docência, nos Seminários de Socialização das Práticas de Estágio, organizados no final de cada componente curricular de estágio.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 14º – Casos omissos a este regulamento serão analisados na Coordenação de Estágio e na Comissão do Curso de História - Licenciatura para a resolução dos mesmos. Este regulamento entra em vigor na data de sua aprovação.

Jaguarão, 04 de dezembro de 2012.

Apêndice III

Equivalências de Componentes Curriculares

Curso de História – Licenciatura

Componente Curricular Ofertado	Carga-Horária	Equivalência na matriz Curricular do Curso	Carga-Horária
Fundamentos da História	75h	Fundamentos da História	60h
História Cultura e Fronteira	60h	História da Região Platina	60h
Psicologia da Aprendizagem	75h	Psicologia da Aprendizagem	60h
História e Memória	60h	Tópicos Especiais em Teorias da História	60h
Pré-História	60h	História do Processo de Hominização	60h
Antropologia	30h	Antropologia	60h
Tópicos Especiais em Ciências Sociais	60h		
Sociologia	30h	Sociologia	60h
Tópicos Especiais em Ciências Sociais	60h		
Turismo Cultural e Museus	60h	Patrimônio e Museus ou Tópicos Especiais em Patrimônio e Museus	60h
História Medieval I	60h	História Medieval ou Tópicos Especiais em História Medieval	60h
História Antiga Oriental	60h	História Antiga ou Tópicos Especiais em História Antiga	60h
História da América I	60h	História da América Colonial	60h
História Antiga Ocidental	60h	História Antiga ou Tópicos Especiais em História Antiga	60h
Arqueologia	30h	Arqueologia	60h
Tópicos Especiais em Arqueologia	60h		
Educação Patrimonial	60h	Educação para o Patrimônio	60h
Pesquisa em Educação	60h	Tópicos Especiais em Ensino de História	60h
História do Brasil I	60h	História do Brasil Colonial	60h
Leitura Ambiental e Interpretação do Patrimônio	60h	Tópicos Especiais em Metodologias e Técnicas da Pesquisa Científica em História	60h
História Moderna I	60h	História Moderna ou Tópicos Especiais em História moderna	60h
História Medieval II	60h	História Medieval ou Tópicos Especiais em História Medieval	60h
História Cultura e Cidades	60h	Tópicos Especiais em Teorias da História	60h
Filosofia	60h	Tópicos Especiais em Ciências Sociais	60h
História Moderna I	60h	História Moderna ou	60h

		Tópicos Especiais em História Moderna	
Ciência Política	60h	Sociologia	60h
		ou	
		Tópicos Especiais em Ciências Sociais	
Cartografia Histórica	60h	Mapa como recurso didático	60h
História das Religiões	60h	Tópicos Especiais em Antropologia	60h
Estudos do Patrimônio Histórico	60h	Patrimônio, Cultura Material e Arqueologia	60h
		ou	
		Patrimônio e Museus	
Ética e Cidadania	60h	Direitos Humanos e Cidadania	60h
Fronteiras no mundo antigo: economia, política e sociedade	60h	Tópicos Especiais em História Antiga	60h
Tópicos Especiais em História e Fontes	60h	Tópicos Especiais em Metodologias e Técnicas da Pesquisa Científica em História	60h
História Moderna II	60h	História Moderna	60h
		ou	
		Tópicos Especiais em História Moderna	
Instrumentação para o Ensino	60h	Metodologia do Ensino de História	60
Políticas Públicas em Educação	75h	Políticas Públicas em Educação	60h
História Social e Política	60h	Tópicos Especiais em Teorias da História	60h
		ou	
		Tópicos Especiais em História Contemporânea	